

Maria Immacolata Vassallo de Lopes

Pesquisa em comunicação



MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

SÉRIE COMUNICAÇÃO

O rádio dos pobres, M^ª Immacolata V. Lopes

Crítica da comunicação, L. Sfez

História das teorias da comunicação, Armand e Michele MatteCart

A manipulação da palavra, Philippe Breton



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lopes, Maria Immacolata Vassallo de
Pesquisa em comunicação / Maria Immacolata Vassallo de Lopes. – 7. ed.
– São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Bibliografia.
ISBN 85-15-00109-8

1. Comunicação – Pesquisa 2. Pesquisa – Metodologia I. Título.

01-6480

CDD-302.2072

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---|----------|
| 1. Comunicação : Pesquisa : Ciências sociais | 302.2072 |
| 2. Pesquisa em comunicação : Ciências sociais | 302.2072 |

Diagramação

Ademir Pereira

Revisão

Cristina Peres

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335

04218-970 São Paulo, SP

☎ (0**11) 6914-1922

☎ (0**11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

Editorial: loyola@loyola.com.br

Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-00109-8

7ª edição: maio de 2003

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1990

*A João Aloísio Lopes,
que fez da pesquisa um modo de vida*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

INTRODUÇÃO

COMUNICAÇÃO, PESQUISA E METODOLOGIA 13

CAPÍTULO I

MERCADO CULTURAL NO BRASIL E PESQUISA EM
COMUNICAÇÃO 17

1. Constituição do mercado cultural no Brasil e o processo “nacional” de desenvolvimento 19
2. Constituição do mercado cultural no Brasil e o processo “transnacional” de desenvolvimento 26

CAPÍTULO II

PARADIGMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E
PESQUISA EM COMUNICAÇÃO 35

1. Paradigmas científicos nas Ciências Sociais 36
2. Paradigmas científicos das pesquisas em Comunicação Social 51

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO	71
1. Pesquisa na Universidade	72
2. Pós-graduação e pesquisa em Comunicação Social	78

CAPÍTULO IV

PROBLEMÁTICAS METODOLÓGICAS NA PRÁTICA DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO	89
1. A dupla concepção de metodologia	93
2. Metodologia e opções metodológicas	100

CAPÍTULO V

MODELO METODOLÓGICO: LEITURA E PRÁTICA DA PESQUISA	113
1. Modelo e discurso científico	113
2. Modelo, construção e reconstrução metodológica	115

CAPÍTULO VI

MODELO METODOLÓGICO: AS INSTÂNCIAS DA PESQUISA	119
1. A instância epistemológica	121
2. A instância teórica	123
3. A instância metódica	126
4. A instância técnica	128

CAPÍTULO VII

MODELO METODOLÓGICO: AS FASES DA PESQUISA	135
1. A definição do objeto	136
2. A observação	142
3. A descrição	149
4. A interpretação	151
CONCLUSÃO	157
BIBLIOGRAFIA	165

APRESENTAÇÃO

Este é um livro fundamental sobre a metodologia da pesquisa em comunicação. Simultaneamente ao esclarecimento de algumas características principais da comunicação, esclarece os lineamentos básicos de sua metodologia de pesquisa.

Como nos ensina este livro, toda pesquisa científica sobre comunicação apóia-se necessariamente na definição do tema, ou do objeto, continuando na coleta e sistematização dos dados colhidos. E desenvolve-se com a descrição de situações e relações, bem como de variáveis e fatores. É assim que se alcança a explicação propriamente dita, com a qual se revelam processos e estruturas ou nexos e tendências da realidade.

Aqui, Maria Immacolata Vassallo de Lopes esclarece que toda atividade científica tem um embasamento importante na metodologia da pesquisa. Além do referencial teórico indispensável, é também indispensável o embasamento metodológico. A metodologia da pesquisa desempenha um papel decisivo no modo pelo qual se define o universo empírico, a eleição dos dados significativos, a sistematização dos dados e sua tradução em conceitos. A partir do referencial teórico, e com o apoio em métodos e técnicas de pesquisa, a atividade científica não só se organiza como também alcança seus objetivos. A combinação inteligente de teoria e metodologia permite realizar a mágica da metamorfose de um "assunto" em um "tema" propriamente científico e, em conseqüência, a realização da pesquisa e a formulação de uma explicação nova, ou o aperfeiçoamento de alguma

explicação conhecida. Nesse percurso, revelam-se inclusive algumas das implicações epistemológicas da reflexão no âmbito das categorias envolvidas na comunicação.

Note-se, ainda, que a contribuição de Maria Immacolata Vassallo de Lopes para a metodologia da pesquisa em comunicação é também uma contribuição importante para a consolidação da problemática da comunicação como campo de ensino e pesquisa. Em uma época em que os meios de comunicação se tornam cada vez mais fundamentais na vida de indivíduos e coletividades, povos e nações, quando a informação e o entretenimento tornam-se esferas relevantes do mundo da cultura e dos imaginários de uns e outros, em todo o mundo, é indispensável que aproveitemos os ensinamentos deste livro acerca da problemática da comunicação como uma atividade científica da maior importância e atualidade.

Esta é uma oportunidade rara e altamente gratificante para mim, como professor: encontrar, como encontro agora, neste livro sobre *Pesquisa em Comunicação*, a continuidade de um diálogo intelectual iniciado com Maria Immacolata Vassallo de Lopes nos tempos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia, em São Paulo. É altamente gratificante, como aventura intelectual, encontrar neste livro ressonâncias de um trabalho intelectual passado, que se vivifica e enriquece no presente, abrindo novas perspectivas para uns e outros que se iniciam na estrada do futuro.

OCTAVIO IANNI

INTRODUÇÃO

COMUNICAÇÃO, PESQUISA E METODOLOGIA

Este é um trabalho que deve ser lido a partir de uma dupla matriz. É um estudo de *metodologia* que visa contribuir para os esforços que estão sendo desenvolvidos sobre a investigação científica em Comunicação, e é um estudo de enfoque *histórico* porque trabalha com o objeto Comunicação enquanto realização histórica de fenômenos superestruturais na sociedade atual.

O tratamento que daremos ao objeto Comunicação e à metodologia de sua investigação delimita nosso estudo no domínio dos fenômenos da cultura e da comunicação de massa no Brasil.

No marco desse amplo parâmetro, é necessário firmar uma série de questões que, por serem básicas, fornecerão as diretrizes de todo o livro.

A primeira questão diz respeito ao esclarecimento conceitual de Comunicação. A palavra "comunicação" costuma ser empregada tanto para indicar uma disciplina ou estudo, a Comunicação, quanto seu objeto de estudo, a comunicação. A ambigüidade da palavra não deve obscurecer o fato de a Comunicação ter sido constituída como um campo de estudos que progressivamente se *autonomiza* dentro da grande área de conhecimento que são as Ciências Sociais e Humanas. Isto porque progressivamente tem

demonstrado a especificidade intrínseca de seu objeto — os fenômenos comunicacionais da sociedade atual.

O processo de autonomização científica do campo da Comunicação é correlato à crescente autonomização da organização cultural nas sociedades contemporâneas, ou seja, a constituição da cultura de massas e de seus principais agentes, os meios de comunicação de massa (MCM). A esfera cultural — como conjunto distinto de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos — passa a reger-se por uma lógica própria, dentro do conjunto dos demais setores da sociedade. É nessa ordem histórica que surge o ensino da Comunicação nos chamados Cursos de Comunicação. Estes têm por objetivo a formação especializada de profissionais para o mercado cultural ao mesmo tempo que passam a concentrar a pesquisa acadêmica em Comunicação, o que vem a dar formas de legitimidade ao campo. Verifica-se que nesse processo de autonomização do campo da Comunicação interagem fatores de diversas ordens que são histórico-sociais (a organização capitalista da cultura), institucionais (os cursos de Comunicação) e científicos (especificidade do estudo dos fenômenos de massa).

Portanto, o estudo dos fenômenos da comunicação dentro da cultura industrializada é o que concebemos como o objeto da Comunicação. Deste ponto de vista caberia perfeitamente a esse campo de estudos a designação de Comunicação Social ou Comunicação de Massa.

A segunda questão refere-se à pesquisa em Comunicação e, portanto, aos problemas que envolvem a produção científica nesse campo. Como partimos do pressuposto de que a Comunicação se constitui historicamente como campo autônomo de estudos (aliás, o que ocorreu na história de cada ciência), ela não pode ser investigada fora dos marcos do contexto econômico, social, político e cultural que a envolve. As condições de produção dessa pesquisa são as condições concretas impostas pela realidade do país onde ela se faz. Daí podermos apreender toda a concretude da afirmação de que os problemas substantivos que se impõem à pesquisa em determinado país não são os mesmos da pesquisa em outro. A historicidade do objeto da Comunicação é um *a priori*

essencial para se compreender e avaliar a situação da pesquisa em determinado lugar.

Os problemas substantivos que a realidade cultural de nosso país apresenta para a pesquisa em Comunicação passam necessariamente pelos processos de transformação cultural acarretados pela atuação da indústria cultural em presença de uma vasta população pertencente às chamadas classes baixas. É dentro dessa dinâmica cultural concreta e específica dos países capitalistas periféricos que se insere o objeto de estudo da Comunicação entre nós. Esse objeto é, em síntese, o domínio das relações entre Comunicação de Massa e Cultura das classes sociais numa sociedade subdesenvolvida.

Esta nossa posição se refletirá ao longo de todo o trabalho mediante o destaque que daremos à problemática da Cultura Popular e da Comunicação de Massa nas pesquisas em Comunicação.

A terceira questão diz respeito aos problemas metodológicos envolvidos na investigação em Comunicação. Aqui também partimos de um pressuposto, que é a necessidade urgente de refletir sobre a ciência que se está fazendo em Comunicação no país. A legitimação da Comunicação no campo científico depende muito do avanço da prática da pesquisa, que é essencialmente uma prática metodológica. A preocupação com a teoria (que é um dos níveis de qualquer discurso científico) na pesquisa tem relegado para segundo plano as questões de metodologia, tanto em termos de seu estudo (Metodologia enquanto disciplina) como em termos de sua aplicação (Metodologia enquanto prática). Esse desequilíbrio entre o conteúdo teórico e a forma como ele é constituído parece ser um traço específico da pesquisa em Comunicação no país e contribui para reforçar um dualismo teoria-metodologia fundamentalmente perigoso para o reconhecimento científico do campo da Comunicação.

Estudos metodológicos em Comunicação são urgentes e deveriam provir de todos os seus setores (jornalismo, televisão, publicidade, rádio, relações públicas etc.).

MARIA IMMACOLATA V. LOPES

CAPÍTULO I

MERCADO CULTURAL NO BRASIL E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

O estudo sistemático da Comunicação de Massa no Brasil é mais resultado da presença do vigoroso fenômeno da comunicação de massa — em pleno desenvolvimento desde a década de 50 —, do que das descobertas científicas que justificam o aprofundamento de um campo de conhecimento. A instalação das bases industriais do mercado cultural nos anos 60 e sua consolidação nos anos 70 outorgaram aos fenômenos de comunicação de massa a importância que tem se expressado tanto pela atenção crescente da parte de disciplinas afins ou próximas, como pela demanda de um mercado ávido por profissionais competentes.

Todo esse processo integra a organização capitalista da cultura no país em sua etapa contemporânea. Ela se expressa basicamente na constituição progressiva do campo simbólico como sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens culturais. Ocorre o aumento, a diferenciação e a profissionalização dos produtores e empresários de bens simbólicos; as agências de legitimação e de difusão passam a ser regidas por leis internas ao mercado cultural e assiste-se à constituição de um público cada vez mais extenso e socialmente diversificado. O acesso ao

consumo cultural, num primeiro momento restrito a pequenas parcelas da população, generaliza-se rapidamente, incorporando inclusive as classes de baixa renda.

Ainda está por se fazer uma ampla investigação que mostre a presença dos conteúdos e dos modos de expressão das culturas das classes subalternas na constituição da Indústria Cultural entre nós.

Trata-se de explorar o enfoque oposto ao do modelo de análise que se firmou nas Ciências Sociais, notadamente por meio dos estudos de Cultura Brasileira, e que posteriormente influenciaria os estudos de Comunicação Social. Esse modelo, que continua dominante, parte da concepção de que a cultura de massas constituiu-se historicamente a partir dos processos de vulgarização e degradação da “alta cultura”, originária da Europa Ocidental. A fim de escapar a essa visão etnocêntrica e classista, haveria que combinar na análise tanto os problemas de dominação política e cultural, pelos quais se constrói e exerce a hegemonia de uma classe ou setor de classe, como as diferentes realidades culturais vividas pelas classes em presença. A cultura de massas, por ser a forma histórica em que a cultura se organiza no capitalismo atual, concomitantemente às fortes tendências de homogeneização que põe em marcha, repõe as distinções sociais em outro patamar, reproduzindo e produzindo novos hábitos de classe. Portanto, o enfoque macroestrutural e histórico da cultura de massas permitiria falar do massivo como um dos modos de existência do popular e também do que não é popular (elementos culturais de outras classes) numa sociedade hoje¹. E permitiria, principalmente, rechaçar a visão dualista que continua opondo a cultura de massas à cultura de classe, para passar a encarar a cultura de massas como lugar privilegiado para a pesquisa dos conflitos e contradições que hoje dinamizam a cultura em nossa sociedade.

Desse ponto de vista, seria importante verificar as formas pelas quais certos elementos das culturas populares foram sen-

1. Cf. Alberto M. Cirese, *Cultura egemonica e culture subalterne*, Palermo, Palumbo, 1976.

do apropriados e inseridos, desde o início, na constituição e no desenvolvimento de uma cultura de massas entre nós. Por exemplo, no jornal, na revista, no rádio, no cinema, na música (disco) e na televisão².

É nesse modelo não dominante de análise que dirigiremos nossa atenção para a especificidade da constituição do mercado cultural do país. Essa especificidade vai tornar possível a autonomização da Comunicação Social dentro do vasto campo das Ciências Sociais.

A forma histórica da constituição do mercado cultural no Brasil e também em outros países da América Latina foi marcada pela presença ativa do Estado como instituição organizadora de cultura e pela progressiva hegemonia dos meios de comunicação de massa (MCM), como agentes produtores de cultura, em presença de uma população marcada por violentos desníveis socio-culturais. As ações conjugadas dessas duas instituições, nem sempre harmoniosas e pontuadas por episódios conflitivos, fundam as bases sociais para se pensar a relação entre Cultura e Comunicação nos últimos cinquenta anos no país e na região.

Numa tentativa de periodizar a constituição do mercado de bens culturais no Brasil, achamos importante diferenciar duas etapas que também regem as transformações ocorridas no mercado de bens materiais: a etapa do “desenvolvimento nacional” e a do “desenvolvimento transnacional”.

1. Constituição do mercado cultural no Brasil e o processo “nacional” de desenvolvimento

Esta etapa vai dos anos 30 até meados dos 50 e configura, numa visão abrangente, o início das transformações constitutivas

2. No caso do rádio comercial, ver duas análises aproximativas deste enfoque: Rosa Maria Alfaro, “Modelos Radiales y Proceso de Popularización de la Radio Limeña”, in *Contratexto*, n. 1, Peru, Universidad de Lima, 1984, e Maria Immacolata V. Lopes, *O rádio dos pobres. Comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*, São Paulo, Loyola, 1988.

da fase contemporânea da sociedade brasileira. É quando ganham realce os processos socioeconômicos da urbanização e da industrialização e os processos político-culturais do nacionalismo e do populismo.

Não há como minimizar, mesmo a partir de uma visão crítica do período, os efeitos do projeto social de desenvolvimento que a Revolução de 30 trazia no bojo, orientado por um modelo de industrialização autônomo³.

Com ele pretendia-se impulsionar a produção industrial, o mercado de trabalho e a renda interna. A base foi uma profunda reorganização do Estado diante da crise de hegemonia entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes e diante da emergência de novas forças sociais, dentre as quais as camadas médias e as classes populares urbanas. A presença política delas vai tornar explícitas as tensões sociais provocadas por uma industrialização desigual e insuficiente, ao mesmo tempo que justificará uma política nacional populista.

A inflexão que em geral os estudos sobre o populismo no Brasil e na América Latina dão aos modos de desintegração do popular vinculados à construção do nacional impede que se revelem os modos como o popular se “nacionaliza”, isto é, como a participação das classes populares nos movimentos sociais dos anos 30 fecunda um projeto novo de nação.

Queremos apontar dois aspectos que normalmente não são investigados pela linha de estudos sobre as relações do Estado populista e as classes sociais. Sem negar os processos de manipulação ideológica e controle político exercidos pelas classes dominantes, esses aspectos negligenciados incidem de maneira complementar e dialética a esses processos.

3. Vários autores defendem a tese de que a emergência histórica neste século de inúmeras nações subdesenvolvidas no cenário internacional apresenta, para a manutenção do sistema capitalista (e, portanto, fora da alternativa socialista), o embate permanente entre a realização do modelo de “desenvolvimento autônomo e o modelo de “desenvolvimento associado”. Por exemplo, Luiz Pereira, “Caracterização do subdesenvolvimento”, in *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*, São Paulo, Pioneira, 1978, cap. 2.

Em primeiro lugar estão alguns aspectos propriamente culturais do processo de desenvolvimento gestado em 1930. Dele nos interessa focalizar não só a característica da proeminência da urbanização sobre o desenvolvimento econômico, mas também o *ethos* urbano, resultado da grande concentração demográfica. Este se manifesta por um estilo de vida específico (conjunto de práticas e idéias) e por um “clima mental” distinto do predominante em áreas não-urbanas. Portanto, o desenvolvimento da urbanização implica a assimilação desse “clima” por populações rurais que se deslocam para a cidade⁴.

E aqui os MCM desempenham dois papéis centrais: na forma de difusores do efeito-demonstração do estilo de vida urbano e na forma de agências de socialização antecipada. Em outro lugar⁵, tivemos a oportunidade de desenvolver uma análise detalhada desses dois fenômenos com relação aos MCM. O que então notávamos era a sua intensa atuação sobre os contingentes de trabalhadores de origem rural, predispondo-os a atitudes migratórias e à adesão ao urbanismo enquanto padrão de vida mais elevado do que o até então vivido. A ênfase no caráter mágico e substitutivo dessa socialização, verdadeira ideologia do urbano e conseqüente mito do “Estado protetor”, não deve obscurecer o crescimento das tensões sociais que a presença política das populações mais desfavorecidas acarreta no cenário urbano. As aspirações, em face do consumo material (de bens) e imaterial (cultural), serão o primeiro espaço onde as relações de dominação sofrerão uma primeira retradução simbólica, o que não deve ocultar sua dimensão propriamente política.

A pressão que se generaliza por oportunidades de ganhar a vida, adequadas à efetivação do consumo potencial ou aspirado (emprego e salário), põe o sistema permanentemente em crise,

4. É o que explica a rapidez com que a produção da indústria superou a da agricultura na renda interna já a partir de 1956 e o fato de a população urbana ter superado a rural em 1970.

5. Maria Immacolata V. Lopes, *O rádio dos pobres*, op. cit., cap. I, principalmente pp. 20-30.

pois revela o estado de um profundo desequilíbrio entre a produção e as necessidades de consumo nas sociedades capitalistas periféricas como a brasileira.

Os MCM parecem atuar analogamente ao movimento contraditório do projeto de desenvolvimento nacional. Este afirmava a progressiva realização do sistema capitalista no país, ao mesmo tempo em que concentrava a renda e excluía volumosas parcelas da população do processo, agudizando as tensões em vez de aliviá-las. Caracterizávamos os MCM através de um movimento pendular: por um lado, os Meios agem no nível cultural e ideológico no sentido de introduzir padrões "modernos" de conduta, contribuindo para a difusão do estilo de vida urbano e para a adesão, por meio da socialização antecipada, às superiores oportunidades inerentes àquele estilo de vida⁶.

Por outro lado, os Meios agem como aguçadores de tensões sociais: ao serem submetidos às pressões do aumento das necessidades de consumo (material e imaterial, potencial e efetivo) que não se satisfazem pela insuficiente oferta de oportunidades de vida, vastos contingentes populacionais vão adquirindo consciência dessa discrepância graças ao efeito-demonstração e à socialização antecipada provocados pelos MCM.

O caráter difuso ou não-organizado dessas tensões não impede que o estado de "exclusão integrada"⁷ torne flagrante a explosividade potencial e/ou efetiva em que se constituem as camadas mais desfavorecidas da sociedade. A condição histórica para o funcionamento do sistema não será implantar um regime de *apartheid* ou de bolsões isolados, mas fixar um modelo de

6. Isto não significa que endossemos as teses sobre "Comunicação e Desenvolvimento". A Teoria da Modernização que as sustenta é criticável tanto por sua concepção dualista de sociedade subdesenvolvida (ou desenvolvida), quanto por seu caráter finalista, pois acredita que o setor "moderno" tendencialmente anulará o "tradicional".

7. "Exclusão integrada" é o conceito a que chegamos para dar conta das formas assumidas pela marginalidade social enquanto produto estrutural e específico de sociedades como a nossa, de desenvolvimento capitalista periférico.

inserção e de participação particular e específico para os estratos sociais de baixa renda.

Nessa abordagem dos MCM no âmbito de uma Sociologia do Desenvolvimento, podemos esclarecer algumas relações entre o Estado populista, os MCM e a cultura das classes sociais.

Em segundo lugar, vamos nos referir ao aspecto da participação cultural das classes populares no mercado de bens simbólicos entre os anos 30 e 50.

Essa participação no Brasil é eminentemente política e integra desde o início (fins do século XIX) a questão da identidade, do que é nacional. Sabemos que a elaboração da identidade pelos intelectuais sempre se apoiou na tentativa de associar a cultura popular à cultura nacional, seja passando pela visão conservadora (Sívio Romero, Gilberto Freyre), seja pela visão das esquerdas (ISEB, CPC)⁸.

A problemática da cultura popular tem sido uma questão política porque sempre esteve profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro.

É possível entender mais adequadamente o papel dos MCM no projeto nacional populista como um dos meios para converter as massas em povo e o povo em nação. O acesso das massas ao cenário social é inseparável do processo de "massificação" que implica uma nova inserção dos modos de vida e de atuação das classes populares nas condições de existência de uma sociedade que se industrializa e urbaniza. A rearticulação do mundo popular exigida pela nova etapa do modo de produção capitalista no país progressivamente transformará os MCM em meios por excelência de interpelação das massas. Interpelação que proce-

8. Não iremos tratar da Questão Cultural nem dos debates intelectuais que suscitou ao longo do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Para isso, consultar, principalmente, Carlos Guilherme Mota, *A ideologia da cultura brasileira*, São Paulo, Ática, 1977, e Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

dia sem dúvida do Estado populista, mas que não pode obscurecer o fato de que os MCM se tornavam meios cada vez mais eficazes (em relação à escola, por exemplo) à medida que as massas reconheciam nos conteúdos veiculados algumas de suas demandas mais básicas e a presença de seus modos de expressão⁹. Na ressemantização dessas demandas e expressões residiu a função dos MCM e a base da retórica oficial.

É possível ir além dos conteúdos ideológicos e comerciais dos discursos de massa e apontar, no período em exame, as bases populares do sucesso dos MCM mais expressivos. Lembremos, no rádio, a radionovela, o radioteatro e os programas de auditório, cujo paradigma foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro nos anos 40 e 50¹⁰; no cinema, o início da filmografia brasileira, com a Cinédia (1930), as chanchadas da Atlântida (1941) e os filmes da Vera Cruz (1949)¹¹; nas revistas de fotonovelas, as histórias em capítulos de *Grande Hotel* (1951) e *Capricho* (1952)¹²; e a introdução da TV (TV Tupi, Canal 3 de São Paulo) em 1950, copiando inicialmente formatos radiofônicos de sucesso. Apesar de incipiente, o mercado cultural já dispunha de base publicitária — a implantação do IBOPE data de 1944, o que já faz entrever a formação de uma massa de público. Porém, foram o rádio e o cinema os meios que nesse período mais propiciaram às classes populares, seja às pessoas do interior, seja aos migrantes nas cidades, as primeiras vivências cotidianas da nação, difundindo a experiência cultural simultaneamente partilhada por nordestinos, paulistas, gaúchos, cariocas...

9. Já se tornou clássico o trabalho pioneiro de Hoggart sobre os diversos sentidos da integração dos conteúdos de massa no imaginário da classe operária inglesa. Ver Richard Hoggart, *The Uses of Literacy*, Londres, Penguin Books, 1956.

10. O trabalho de Miriam Goldfeder sobre a Rádio Nacional demonstra claramente as formas de corrosão e de resistência dentro do discurso dessa rádio que era estatal e, portanto, meio de manipulação do governo populista. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

11. Cf. Dora R. Mourão, "O cinema brasileiro e o populismo na década de 30", in José Marques de Melo (org.), *Comunicação e populismo*, São Paulo, Cortez, 1981.

12. A importância de leituras de fotonovelas entre as classes populares foi vivamente reportada por Ecléa Bosí, *Cultura de Massas e Cultura Popular — leituras de operárias*, Petrópolis, Vozes, 1973.

Como diz Barbero, a outra dimensão da massificação é a de transmutar a idéia política de nação, em vivência, sentimento e cotidianidade¹³.

Já nesta fase da constituição do mercado de bens culturais no Brasil, nota-se uma segmentação irreversível e que se acentuará na fase seguinte. Trata-se da distinção entre a órbita de atuação do Estado e a da iniciativa privada no campo cultural. A política cultural do Estado, por meio de agências de fomento e de realização, vem operando basicamente em atividades de proteção e conservação do acervo histórico e artístico nacional, do folclore e daquelas manifestações que só conseguem sobreviver à custa dos subsídios governamentais, como música erudita, artes plásticas, cênicas (teatro, dança) e cinematográficas. Essa política também reservou ao Estado os direitos de concessão dos meios de radiodifusão e a elaboração de mecanismos de controle sobre os diversos meios (lei de imprensa, órgãos de censura). De forma complementar, vem cabendo fundamentalmente às empresas privadas operar em atividades e veículos de grande rentabilidade como estações de rádio, jornais, revistas, discos e, mais tarde, TV, FM e cassetes.

É principalmente no setor privado da Indústria Cultural no país que se produz uma relação necessariamente contemporânea e viva com a cultura popular. Esta comparece não apenas como público *consumidor* de certos bens culturais, mas também na forma de um código cultural (de produção e percepção simbólicas) que se faz presente na própria constituição do *emissor*. Essa presença do popular no interior do massivo não é uma presença estranha a ser "integrada", mas uma proposta que coexiste conflitivamente com outras que procedem de expressões de outros sujeitos sociais. É mais um dos processos que, a nosso ver, contribuem para o caráter ambíguo dos MCM em suas funções de absorver as diferenças e ao mesmo tempo acomodar as disparidades entre o popular e o não-popular, o nacional e o

13. Jesús Martín Barbero, *La comunicación desde la cultura: crisis de lo nacional y emergencia de lo popular*, Universidad de Cali, Colômbia, 1985 (mimeo).

transnacional. Cabe ressaltar que a atuação do Estado brasileiro na Indústria Cultural parece cada vez menos suscetível de recepção popular em suas realizações, uma vez que estas atendem predominantemente às demandas às elites culturais.

2. Constituição do mercado cultural no Brasil e o processo "transnacional" de desenvolvimento

Esta etapa teve início propriamente com o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) e se desenvolveu com base na ideologia desenvolvimentista. Contudo, a possibilidade de concretização do "modelo nacional" já estava minada pela base: o aprofundamento do processo de substituição de importações acelerado nesse governo — passando-se em poucos anos da produção de bens de consumo não-duráveis para a produção de bens duráveis de consumo, de insumos industriais e de bens de equipamento — fez-se com a grande participação de capitais estrangeiros, que passaram a dominar os ramos-chave do aparelho industrial. Configurou-se assim, nitidamente, um modelo de desenvolvimento "associado" em contraposição ao nacional-desenvolvimentista. Esse processo, que se aprofundou ao longo do governo militar (1964-1985), é parte integrante das rearticulações globais do capital transnacional que repõem em outras bases não apenas as questões econômicas, mas também políticas e culturais, da dependência e da autonomia dos países periféricos.

Por isso a história recente da sociedade brasileira mostra que o governo militar combinou dois aspectos não necessariamente antagônicos: a organização de um Estado autoritário e o desenvolvimento econômico. A ampliação sem paralelo das funções instrumentais do Estado no crescimento do capitalismo brasileiro tem consequências importantes para o setor cultural. Paralelamente à expansão do mercado material interno, o Estado implanta a infra-estrutura tecnológica do sistema de telecomunicações (sistema de satélite, Telebrás, Embratel) e sistema

básico de microondas (possibilidade de integração nacional por TV, TV em cores — 1972), que permite pela primeira vez falar adequadamente na consolidação de um mercado cultural nacional. Já indicamos que a crescente atuação do Estado particulariza a realidade do mercado cultural no Brasil e se traduz na combinação das funções de controle dos mecanismos da Indústria Cultural e de incentivo de sua expansão.

Duas observações sobre essa realidade do mercado cultural:

Em primeiro lugar, a Indústria Cultural passa a ser um lugar privilegiado de mediação do Estado em suas relações com a sociedade civil. Isso fica claro com o desgaste da política repressiva e o processo de abertura política no governo Geisel (1974). A despeito do fato de a Indústria Cultural se tornar um dos principais veículos de exercício da hegemonia cultural pelas classes dominantes, tal fato não deve induzir à conclusão equivocada sobre a ausência de contradições. Estas permeiam a produção, o produto final, sua distribuição e continuam atuando no momento da recepção — as diferentes interpretações e reelaborações que cada segmento social dará ao produto. Em segundo lugar, a despeito da forte política estatal na área da cultura, uma marca da atual Indústria Cultural no país é sua crescente *autonomização*¹⁴. A produção cultural voltada para o mercado tem representado nos últimos anos um importante papel na atividade econômica geral do país, assumindo gradativamente a forma produtiva própria de outras mercadorias que circulam no mercado.

14. A autonomização relativa, mas sempre crescente, do campo cultural com relação a determinantes externos (todo tipo de sustentação: mecenato, aristocracia, Igreja etc.) tem início com a Revolução Industrial. A partir daí passa a haver a interiorização progressiva de determinantes para seu funcionamento: os imperativos da produção de mercado (concorrência, conquista de mercados), a criação de públicos próprios (consumidores da produção) e critérios internos de legitimação e de autoridade (temas, técnicas, estilos, diferenciados segundo a produção ser, por exemplo, erudita ou não). Sobre este processo de autonomização, cf. Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1982 (cap. 3: "O mercado de bens simbólicos").

Portanto, a realidade do mercado cultural no país nesta segunda fase se caracteriza, fundamentalmente, pela consolidação do mercado cultural em bases industriais e pela reorganização da política cultural do Estado enquanto promotor do desenvolvimento capitalista em sua forma mais avançada. Os contrastes com a fase anterior demonstram o avanço das formas "românticas", espontâneas e amadorísticas para atividades marcadas pela eficiência, pelo profissionalismo e pelo padrão técnico elevado do período atual¹⁵.

A atuação do Estado e da Indústria Cultural na esfera da cultura dentro da sociedade brasileira contemporânea vai levar para outro patamar a segmentação que já se notara no período anterior, além de demonstrar a compatibilidade do "dualismo" comercial/não-comercial que se afirmava no mercado cultural¹⁶.

A abrangência da política governamental no mercado cultural pode ser mostrada por meio da:

- 1) Atuação *direta* nos setores de cultura "artística", financiando obras de: teatro (SNT), cinema (EMBRAFILME), livro didático (INL), arte e folclore (FUNARTE, INACEM), acervo cultural (SPHAN).
- 2) Atuação *indireta* nos setores da Indústria Cultural, onde não há propriamente contradições entre a esfera pública e a privada. Aqui, o Estado se afigura como promotor de uma infra-estrutura técnica visando à integração nacional, como concessionário dos MCM, como incentivador final de produtos culturais (Lei Sarney, 1986), como

15. Uma interessante discussão sobre as diferenças que marcaram a atuação da Indústria Cultural na fase "nacionalista", representada pelo império Cha-teaubriand, e na fase "transnacional", pelas Organizações Globo, é feita por Sérgio Caparelli, *Televisão e capitalismo no Brasil*, Porto Alegre, L&PM, 1982.

16. Basta lembrar os produtos diversificados, sob a mesma rubrica. Por exemplo, na música: a produção subvencionada de orquestras, óperas e concertos e a produção da indústria do disco; na TV e no rádio: a TV e o rádio educativos, de caráter não-comercial, e as emissoras de rádio e TV privadas, comerciais; no teatro: as encenações subsidiadas de obras clássicas e as peças do chamado teatro digestivo; no cinema: a política de financiamento da EMBRAFILME para filmes consi-

promotor do turismo (EMBRATUR), como poderoso anunciante nos MCM.

- 3) Normalização do mercado cultural por meio de leis, decretos-leis, portarias que disciplinam e organizam a produção, os produtores e a distribuição de bens culturais. Por exemplo, a regulamentação do trabalho dos profissionais de comunicação, artistas e técnicos; a obrigatoriedade de longas e curtas-metragens brasileiras, o controle sobre o conteúdo das obras (censura, lei de imprensa, Lei de Segurança Nacional).

Paralelamente ao crescimento dessa política cultural do Estado dá-se o avanço da Indústria Cultural em bases de concentração regional (as redes estão localizadas quase exclusivamente no eixo Rio-São Paulo) e de oligopólios (a maioria das empresas do setor tende a possuir diversos veículos de comunicação — Globo, Manchete, Abril). Forma-se pela primeira vez um público massivo em função do porte nacional alcançado pelo mercado da TV, da revista, do rádio e do jornal. A expansão quantitativa e qualitativa do setor publicitário dos últimos anos é bem representativa da dinâmica interna da Indústria Cultural brasileira e de sua crescente autonomização¹⁷.

Ao cabo dos últimos vinte anos, pelo menos uma característica da Indústria Cultural brasileira resulta surpreendente ao desmentir prognósticos feitos por estudiosos acerca de sua inescapável situação de dependência da produção cultural dos países centrais¹⁸. A produção de bens culturais tem apresentado crescente índice de nacionalização à medida que o mercado interno se expande, substituindo o produto importado. No início da década de 80 cerca de 3/4 da programação da TV já era

17. Sobre esse recente dinamismo da Indústria Cultural no Brasil, consultar também Sérgio Miceli, "Entre no ar em Belíndia (A Indústria Cultural hoje)", in *Cadernos LFCH — Unicamp*, Campinas, outubro de 1974, e Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

18. Tendência assinalada, entre outros, por Roberto A. Amaral Vieira, "O papel do rádio e da TV na formação da cultura brasileira, ou, da monocefalia à atomização", in *Comum*. 2. Rio de Janeiro, 1979, e por Sérgio Caparelli, *Televisão*

nacional, e igual índice do mercado editorial e discográfico era de autores nacionais. A nacionalização também aumenta na área cinematográfica e na publicitária; ela é total na produção atual de telenovelas e quase total na de revistas em quadrinhos. Repetindo o fenômeno de outros setores, essa produção é feita com grandes investimentos de capital estrangeiro através de diferentes modalidades de associação no rádio, na TV e na imprensa (apesar de a legislação brasileira proibir o controle acionário de grupo econômico estrangeiro nesses meios), como no disco e na publicidade. Essas modalidades vão desde o investimento puro e simples através da instalação de subsidiárias, passando pela compra de tecnologia (por exemplo, o famoso acordo da Time-Life com a Globo) e pelas diversas formas de sociedades e de participação, até a compra de enorme espaço publicitário nos meios.

Essa produção nacional está sendo organizada segundo o modelo transnacional que rege o setor da Comunicação de Massa. Por exemplo, se importamos menos programas dos EUA, a consolidação do modelo norte-americano de televisão entre nós é uma realidade. É justamente a consolidação desse modelo transnacional da Indústria Cultural no país que se expressa crescentemente na produção tecnologicamente avançada, no aperfeiçoamento do domínio da linguagem dos meios e no experimento de gêneros nacionais. Aí reside, a nosso ver, o êxito na exportação de programas de TV, filmes, fascículos, livros, música popular, e as tentativas de estabelecer empresas de comunicação subsidiárias no exterior (como a Telemontecarlo das Organizações Globo).

É essa a base da surpreendente característica da Indústria Cultural brasileira que passa a redefinir a posição do país no mercado internacional de cultura, não mais de mera situação colonial. Isso exige necessariamente uma mudança no foco tradicional de leitura, que deve rever as limitações das teses sobre o imperialismo cultural e encontrar novos instrumentos para a análise de um país da periferia capitalista que construiu uma Indústria Cultural complexa e avançada com crescente participação no mercado da produção internacional.

Ao cabo dos últimos trinta anos a Indústria Cultural tornou-se o setor mais dinâmico e hegemônico do mercado de bens culturais do país. Como um autêntico sistema de ensino paralelo, tem-se imposto culturalmente diante da fragilidade da instituição escolar.

A participação das classes populares no conjunto do mercado cultural e especificamente na Indústria Cultural tem sido um dos fenômenos na cultura brasileira atual mais escamoteados e simplificados em sua importância¹⁹. Queremos apontar a rapidez com que os intelectuais julgam como “diversão” e “alienação” os discursos de massa especialmente consumidos pelas classes baixas, traduzindo atitudes de menosprezo ou de obviedade para com esses discursos. Como diz Barbero, citando Dufrenne: “É nessa cultura que as massas hoje investem desejo e extraem prazer; e isso, em que pese a nós, universitários e intelectuais, mascararmos com demasiada freqüência nossos gostos de classe por trás de etiquetas políticas que nos permitem recusar a cultura de massa em nome da alienação que ela produz, quando na realidade esta recusa é da classe que gosta dessa cultura, de sua experiência vital outra, vulgar e escandalosa”²⁰.

Outro exemplo que concorre para a “invisibilidade” da participação popular no mercado cultural de massa são os mecanismos das pesquisas de mercado, que, segmentando as “classes A, B, C e D” em variáveis quantitativas (sexo, idade, escolaridade, renda), impedem um mapeamento abrangente dos códigos que regem as diferentes práticas e preferências de consumo cultural nos diferentes setores de classe. Os “perfis médios” acabam por veicular informações carentes de significados reais que são distintos de classe.

19. Tome-se por exemplo a TV, que é sem dúvida o veículo-síntese da segunda etapa da constituição do mercado cultural no Brasil. Seu estudo deveria combinar tanto a análise da Rede Globo, com seu modelo transnacional de televisão, mas que tem num gênero popular — a telenovela, seu principal produto, inclusive de exportação —, quanto a análise da Rede SBT, do Grupo Sílvio Santos, com seu modelo de televisão feito à base de audiência assentada primordialmente nas classes populares.

20. Jesús-Martin Barbero, “Desafios à pesquisa em comunicação na América Latina”, in *Boletim Intercom*, 49/50 (1984):33.

Ainda nesta ordem de idéias é interessante notar quão pouco se sabe sobre as reapropriações ou decodificações que as classes populares fazem dos produtos da Indústria Cultural. É que os usos dos discursos pelas classes subalternas não são tão claros, pois acabam sendo prejudicados pelas já assinaladas leituras dualistas e etnocêntricas.

Além disso ocorre a "explicitação" dos usos do massivo pelas outras classes médias e altas. É que afora o caráter familiar, próximo desse uso, para a leitura intelectual trata-se do próprio modelo do "moderno difundido pelos MCM, principalmente pela publicidade. Contrapondo-se a essa "transparência" de usos do massivo há a opacidade e as ambivalentes formas com que as classes subalternas incorporam o massivo a seus modelos de vida e a suas concepções de mundo. Formas como refuncionalizações, resistências, cumplicidades, dominações, conflitos, deformações etc. Aqui não há familiaridades e o modo cultural do "outro" exige instrumentos adequados para ser captado e entendido. Por isso, apesar da incon-testável importância para a Comunicação de uma Teoria de Recepção, as investigações nesta linha ainda são poucas no Brasil, o que faz predominar as explicações dualistas (cultura popular oposta à cultura de massa) e etnocêntricas (cultura popular como atraso e negatividade). Observe-se também nessa teoria o risco das tendências de reificar o popular superestimando seu poder de resistência e recusa, e de dar escassa importância aos mecanismos de dominação ideológica em seu interior.

Podemos agora adiantar alguns pontos sobre a segunda fase da constituição do mercado cultural no Brasil:

- 1) O processo de transnacionalização que rege o atual modelo de desenvolvimento do país atinge a esfera cultural e torna-se responsável pelo crescimento acelerado da Indústria Cultural. Esta se torna em curto espaço de tempo seu setor hegemônico e mais dinâmico.
- 2) A crise das políticas tradicionais, aristocráticas ou populistas, acarretada pelo processo de transnacionalização, exige não somente a transformação do sentido

do político, mas também a valorização do cultural. A questão da democratização do país se coloca para além da esfera do político, nos movimentos sociais e no papel que as diferentes culturas (ou subculturas) aí desempenham. Não que a cultura tome o lugar da política, mas apenas a constatação de que ela se constitui hoje, em função de sua dinamicidade, em espaço de revelação de dimensões inéditas do conflito social.

Isso faz, por exemplo, com que seja no campo da Comunicação de Massa, mais do que em qualquer outro, que a questão do nacional encontre seu ponto de fusão. A definição da identidade nacional passa a situar-se na intersecção da crise de uma cultura política provocada pela transnacionalização e dos conflitos de uma pluralidade cultural, reavivados pelo crescimento da cultura de massa no país.

A investigação no campo da Comunicação Social é historicamente datada, pois seu objeto são os atuais modos de inserção da Indústria Cultural dentro da dinâmica cultural contemporânea do país. E no fundo isso nada mais é que pensar a própria especificidade histórica do campo de problemas que é a Comunicação no Brasil e, conseqüentemente, criticar os modelos teóricos e os esquemas metodológicos que não se assentam sobre essa especificidade.

Por isso, discutiremos em seguida algumas questões sobre o desenvolvimento dos modelos teórico-metodológicos dentro das Ciências Sociais e no campo da Comunicação. São os fatores envolvidos nesse desenvolvimento que fornecem as chamadas condições científicas ou internas da produção da pesquisa em Comunicação.

CAPÍTULO II

PARADIGMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

“O investigador, para encontrar a realidade total e concreta, (...) deve esforçar-se para integrar no estudo dos fatos sociais a história das teorias a respeito desses fatos.”¹

No caso do estudo dos fenômenos em Comunicação Social, a afirmação de Goldmann remete a considerações sobre o desenvolvimento interno das correntes teóricas nas Ciências Sociais e que hoje estão presentes nas abordagens sobre os fenômenos de massa. Remete, ainda, aos modos pelos quais as diversas correntes teórico-metodológicas das Ciências Sociais e Humanas têm dado conta dos fenômenos da cultura e da comunicação de massa, firmando uma tradição de investigação na Sociologia, na Antropologia, na Ciência Política, na Psicologia, na Semiologia e em outras².

1. Lucien Goldmann, *As ciências humanas e a filosofia*, São Paulo, DIFEL, 1984, p. 28.

2. Para nós, a necessidade de estudar a metodologia das pesquisas em Comunicação consolidou-se a partir da investigação que realizamos sobre o rádio e sua inserção na vida de populações de baixa renda em São Paulo. Tivemos então acesso a uma bibliografia que demonstrava a grande diversidade de enfoques, que decorria não somente de perspectivas teóricas, heterogêneas e freqüentemente antagônicas, mas também de perspectivas que se entrecruzavam de maneira não-usual e até surpreendente do ponto de vista acadêmico.

1. Paradigmas científicos nas Ciências Sociais

É fato comum nos referirmos à diversidade teórica e metodológica como sendo a realidade das condições de produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Não obstante, os próprios cientistas refletem pouco sobre essa diversidade, seu sentido e os modos de lidarem com ela durante a prática da investigação. Deveremos voltar a esta questão fundamental das implicações da diversidade teórico-metodológica por ocasião das discussões que faremos sobre as opções metodológicas na prática da pesquisa em Comunicação. Por enquanto, basta afirmar que essa diversidade não aparece por azar ou destino nem por autoria de gênios ou criadores isolados, mas é antes de tudo resultado de uma relação dinâmica entre o estado do conhecimento de uma ciência e seu contexto social. Isso implica explicar algumas questões gerais relativas ao processo de desenvolvimento de uma ciência.

Em primeiro lugar, a produção de conhecimento em uma ciência vincula-se ao desenvolvimento de uma tradição intelectual comum, que é usada e renovada para resolver seus problemas. Kuhn chama as idéias de uma tradição científica de *paradigma*³.

O paradigma pode ser considerado a visão de mundo partilhada por uma comunidade científica que se expressa por meio do trabalho teórico. Ele determina quais problemas são investigados, quais dados são considerados pertinentes, que técnicas de investigação são utilizadas e que tipos de solução se admitem aos problemas. O paradigma também consiste em orientações para a resolução de problemas referentes à construção de infe-

3. Cf. o desenvolvimento desse conceito em Thomag Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1976, principalmente o capítulo "O progresso através das revoluções — Posfácio — 1969". Apesar de o autor tomar como base de suas reflexões as Ciências Exatas, que chama de Ciências "modernas", acreditamos que o conceito de paradigma também pode ser usado para identificar as diversas correntes teórico-metodológicas nas Ciências Sociais, consideradas pelo autor como Ciências "imaturas". Para estas deveriam ser retidas nos paradigmas as idéias de descontinuidade, ao invés de sucessão, e de ruptura não-cumulativa.

rências (interpretações, generalizações, "leis"), à prova das inferências (princípios de verificação, teste de hipóteses) e aos fundamentos de inferência (princípios de causalidade, de determinação). Na organização desses elementos é importante notar que o paradigma resolve de certa maneira questões relativas ao ajustamento entre sujeito e objeto (valores, objetividade, ideologia) e ao próprio processo de produção do conhecimento. Quer dizer, remete a uma teoria do conhecimento ou a uma epistemologia, pois propõe-se a responder sobre as possibilidades do conhecimento, seus limites, validade, prova etc.

Kuhn vê a história de uma Ciência "moderna" como sendo, essencialmente, uma sucessão de paradigmas (que também designa como "matrizes disciplinares"), cada um dos quais com sua própria teoria e seus próprios métodos de pesquisa, cada um guiando uma comunidade de cientistas durante certo período, sendo depois substituído por outro. Sejam quais forem as razões concretas que no desenvolvimento de uma Ciência levam à substituição de um paradigma (anomalias, deficiências, novos temas e áreas), elas retratam processos de ruptura e de crise. Uma crise ocorre quando o paradigma em uso se torna incapaz de resolver problemas que, por esse motivo, se acumulam e forçam a busca de paradigmas alternativos. O desenvolvimento científico processa-se então "como uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas"⁴.

Nas Ciências Sociais, o próprio objeto é dinâmico e mutável porque os problemas estudados são fenômenos históricos, instituições, relações de poder, classes sociais, manifestações culturais etc. E o que muda não é somente o dado ou o objeto. As próprias "verdades" e "comprovações" produzidas por essas ciências se relacionam com o processo histórico. Daí se reconhecer que o conhecimento científico nas Ciências Sociais procede normalmente por rupturas, descontinuidades e crises. Principalmente a elas cabe o princípio de que a epistemologia, enquanto "ação polêmica incessante da razão científica" (G. Bachelard),

4. Th. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, op. cit., p. 255.

não teria toda a sua força se não se prolongasse numa análise das condições sociais nas quais se produzem as teorias sociais. Por conseguinte, a Sociologia do Conhecimento se torna um instrumento indispensável para a reflexão epistemológica sobre o conhecimento nas Ciências Sociais. Já se escreveu muito dentro dos marcos da Sociologia do Conhecimento sobre o condicionamento social do conhecimento científico, pelo que não acreditamos ser necessário retomar aqui essas análises⁵.

Se o conhecimento é socialmente determinado e se é produzido numa sociedade historicamente marcada por desníveis de classe, somos levados a concluir pelo condicionamento, basicamente de classe, na produção do conhecimento científico na sociedade capitalista. E, mais ainda, para os cientistas sociais, as condições de existência social demarcadas em classes, nas quais se encontram inseridos, são componentes fundamentais de sua própria atividade científica. Dito de outra maneira, o objeto de estudo das Ciências Sociais é, em outro nível, situação condicionante da atividade científica dirigida para esse objeto. "As representações que grupos e classes sociais constroem sobre a sociedade em que se encontram inseridos afetam, em grau variável, as possibilidades e as tendências do pensamento."⁶ Essas representações abrem diferentes e muitas vezes antagônicas tendências ao pensamento científico.

Por isso, há certas problemáticas que somente se impõem a partir de determinadas teorias, ou somente com base em dada teoria é que certa problemática se resolve plenamente.

5. É interessante notar que enquanto a Sociologia do Conhecimento já firmou uma tradição como disciplina com objeto próprio de estudo, sua penetração entre os cientistas das Ciências Exatas tem sido reduzida, fruto da desconsideração da importância dos condicionantes "externos" da Ciência. Uma das razões do impacto das teses de Kuhn no desenvolvimento da Ciência é justamente a importância que atribui ao estudo da "estrutura comunitária da ciência". Diz ele: "O conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e o utilizam". Th. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, op. cit., p. 257.

6. Octávio Ianni, *Sociologia da sociologia latino-americana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 9.

Diferentes momentos históricos são explicados por diversas teorias devido ao processo de transformação do social e ao desenvolvimento histórico da ciência. Em outras palavras, a interação entre a historicidade do objeto de estudo das Ciências Sociais e os processos de mudança interna dessas ciências é que nos ajuda a entender o desenvolvimento de uma ciência e a diversidade dos paradigmas teóricos que aí têm lugar.

Estamos interessados nos paradigmas enquanto "matrizes disciplinares" de determinadas construções teóricas sobre o objeto da Comunicação comumente adotadas nas pesquisas de Comunicação Social. Assim, permitimo-nos a utilização de alguns aspectos da noção de paradigma para examinar certas questões relativas a essas pesquisas.

A primeira é a já tradicional questão da *existência nas Ciências Sociais de três "modelos clássicos"* ou posições teórico-metodológicas "básicas" ou "matrizes" de pensamento: o funcionalismo, o weberianismo e o marxismo, correntes personificadas respectivamente em Durkheim, Weber e Marx, e seus seguidores. Não obstante a difícil convivência que tem marcado essas escolas, os complicados desdobramentos internos de cada uma e suas variadas atualizações, pode-se proceder como se no âmbito das Ciências "imaturas" (como ainda são consideradas as Ciências Sociais), essas três correntes funcionassem, pelo menos em determinado sentido, como paradigmas. Tal procedimento parece-nos pertinente porque, para além do alcance e profundidade de suas contribuições originais e de sua influente presença na investigação social até os dias atuais, uma sociologia desses três modelos teóricos revela basicamente serem eles tipos de "consciência possível" dentro da configuração social capitalista. Esses tipos, como diz Sartre referindo-se aos grandes sistemas filosóficos, "são insuperáveis enquanto o movimento histórico de que são expressão não tiver sido superado". Deste modo, os "revisionismos" não passariam de um truísmo porque não tem sentido readaptar uma teoria viva ao curso do mundo: "Ela se lhe readapta por si mesma através de mil iniciativas particulares,

pois não se dissocia do movimento da sociedade. Aqueles mesmos que se acreditam os porta-vozes mais fiéis de seus predecessores, apesar de sua boa vontade, transformam os pensamentos que desejam somente repetir; os métodos modificam-se porque são aplicados a objetos novos⁷. Quando esse movimento entra em crise configura-se uma "crise de teoria", que é a expressão particular de uma crise social, e seu imobilismo é condicionado pelas contradições que dilaceram a sociedade. Aí, segundo Sartre, de nada mais valem as "revisões" feitas por "especialistas" porque é o próprio movimento da História que libertará o pensamento cativo de uma teoria superada e o dirigirá para o desenvolvimento de outra.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, os paradigmas, como tipos de consciência possível, se traduzem em sistemas teóricos distintos sobre a realidade social. Neste sentido lato usamos o termo paradigma.

Apesar da diversidade, os três paradigmas teórico-metodológicos que emergem no século XIX são igualmente respostas à necessidade de legitimação científica e social das Ciências Sociais. Cada um se apresenta como um modelo diferenciado de solução dos problemas de interpretação, generalidade e objetividade científica, sustentado por uma concepção diversa da sociedade (ontologia) e de ciência (epistemologia). Lidam também com os fatos sociais em diferentes níveis de historicidade. A despeito dessas diferenças, os três modelos clássicos têm as seguintes características em comum: 1) são sistemas explicativos, altamente integrados, globalizantes, e partem de problemas concretos para os quais propõem soluções; 2) são sistemas explicativos porque, além da reconstrução da realidade, propõem explicações sobre seu funcionamento e sua mudança por meio de determinações básicas; 3) constituem modelos integrados, uma vez que todos apresentam a sociedade como uma estrutura que articula diferentes esferas ou setores; 4) são sistemas globalizantes porque trabalham com a categoria de totalidade numa

7. Cf. Jean-Paul Sartre, *Questão de método*, São Paulo, DIFEL, 1966, p. 12.

concepção macroestrutural ou sistêmica de sociedade⁸; 5) partem de problemas concretos de seu tempo (o suicídio, a burocracia, a origem do capitalismo, a mercadoria, a divisão do trabalho) e chegam a um alto grau de abstração e generalização; e 6) todos propõem soluções para os problemas tratados, indicando uma preocupação básica com a intervenção sobre o real por meio do conhecimento.

A história do desenvolvimento científico das Ciências Sociais mostra que a formação dos modelos clássicos responde a problemas sociais concretos de um lado e a tradições científico-filosóficas de outro, o que questiona seriamente desde esses primórdios a natureza não necessariamente excludente e antagônica desses modelos e, em certas questões, até a possibilidade de integrações, complementaridades, influências recíprocas etc., sem que com isso se recaia numa atitude eclética e cientificamente inconsistente⁹.

8. As Ciências Sociais norte-americanas firmaram uma tradição histórica que tem se caracterizado fundamentalmente por: 1) estudos empíricos de problemáticas isoladas e de curto alcance; 2) investigações meramente descritivas, com baixo nível de interpretação e generalização; 3) pesquisas empíricas aplicadas *ad hoc* aos problemas. Essa tradição aponta, por um lado, para um nível de análise "menor" em relação à herança clássica (basicamente dos modelos de Durkheim e Weber) e significou um distanciamento de seus pressupostos. Por outro lado, a produção científica norte-americana aparece como uma adequação desses paradigmas às características da estrutura da sociedade norte-americana, às suas condições de vida e à visão dos cientistas sobre seus fenômenos sociais particulares. Isso sugere que o modelo das Ciências Sociais norte-americanas reflete não a única, mas uma das realizações possíveis dos paradigmas funcional e weberiano, aí fundidos na denominação estrutural-funcionalismo (paradigma não-marxista). Por isso, o modelo das Ciências Sociais norte-americanas não é e nem deve ser tomado como um paradigma dentro das Ciências Sociais.

9. Ficando apenas em dois exemplos: 1) as técnicas de pesquisas empíricas desenvolvidas dentro do paradigma funcionalista nas Ciências Sociais norte-americanas, cuja incorporação crítica já se fez em muitas pesquisas empíricas de referencial marxista; 2) o desenvolvimento diferenciado do funcionalismo numa vertente quantitativa nos EUA e numa vertente mais qualitativa que possui na Europa parece mostrar que o quantitativismo é tão-só uma das formas possíveis do paradigma funcional. Entre os autores brasileiros que acentuam essas possibilidades de aproximação dos modelos, citamos O. Ianni, *Sociologia da sociologia latino-americana*, op. cit., e Florestan Fernandes em suas obras teóricas, principalmente "O problema do método na investigação sociológica", in *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, São Paulo, Pioneira, 1960.

Entretanto, na prática da pesquisa o que comumente ocorre são atitudes rígidas de adesão e defesa total a um paradigma e conseqüentemente a rejeição e o menosprezo total dos outros. Ao contrário do que se afirma, um exame mais detido das pesquisas em Comunicação no Brasil e na América Latina, por exemplo, revela escassa preocupação com questões teóricas básicas — como é o caso das influências recíprocas e as conexões existentes entre os paradigmas teóricos —, o que mostra também uma perigosa visão dogmática e banalizadora da própria história do desenvolvimento científico nas Ciências Sociais¹⁰.

A segunda questão refere-se à *atualização dos paradigmas teóricos*. Gostaríamos de enfatizar o que já dissemos a respeito disso. As novas condições histórico-sociais da sociedade capitalista tornam possível o surgimento de novas teorizações sobre velhos e novos objetos. As teorias são sempre explicações sobre o comportamento de fenômenos básicos em algum setor do mundo. Desta forma, por serem setorializadas, as teorias mantêm uma relação de subordinação a um paradigma teórico que determina a seleção dos problemas, os aspectos a serem investigados, os métodos e as técnicas de pesquisa. Mas, em vez de inaugurarem outro paradigma, ou um paradigma alternativo, o que as teorias expressam são as contínuas readaptações de um mesmo paradigma, no sentido de realização de suas potencialidades ainda não esgotadas. O marco do capitalismo, como sistema macroestrutural histórico, ainda não foi superado, ocorrendo o mesmo com os paradigmas teóricos que são fundamentalmente sua tradução científica. Desse modo, as construções teóricas de Parsons e Merton, de Adorno e Habermas, de Gramsci e Althusser não são “revisões” dos paradigmas funcionalista, weberiano e marxista, nem “novos” paradigmas, e muito menos paradigmas “alternativos”¹¹.

10. É o caso das verdadeiras “fórmulas” a que se reduziram muitas observações sobre o funcionalismo e a Escola de Frankfurt que pontuam as pesquisas em Comunicação no Brasil e na América Latina e também do solene “silêncio” sobre a teoria marxista que ainda se nota na maioria das pesquisas brasileiras.

11. Deste ponto de vista não há como se falar em paradigma “alternativo”, dentro do qual estariam sendo realizados os atuais estudos sobre a recepção crítica,

A terceira questão é a *inserção dos paradigmas teóricos das Ciências Sociais na produção científica de sociedades capitalistas periféricas* como o Brasil e outros países da América Latina. O uso desses paradigmas nas atuais pesquisas de Comunicação passa necessariamente por certas mediações que, a nosso ver, não estão sendo levadas suficientemente em conta. Essas mediações são, fundamentalmente:

- 1) as características da dependência científica;
- 2) as características da comunidade científica;
- 3) as problemáticas investigadas.

1. As características da dependência científica

Convencionou-se denominar dependência cultural a expressão, no nível do pensamento, dos mecanismos estruturais e históricos da dependência que caracteriza as sociedades da América Latina. A inserção da atividade científica (enquanto modalidade de *práxis social*) no processo de desenvolvimento dessas sociedades identificou definitivamente a Ciência com a modernidade por um lado, e, por outro, definiu o modo de produção de conhecimentos como heterônomo ou dependente. De que maneira pode ser entendida a dependência na Ciência? Ela pode ser definida em termos do complexo sistema de decisões que é “atualizado” durante o processo de investigação e que reflete certa organização do controle sobre o processo de trabalho científico. Em outros termos, é o maior ou menor grau de controle das decisões durante a investigação que permite definir uma prática científica como autônoma ou heterônoma.

No caso da pesquisa em Ciências Sociais na América Latina, um estudo de Eliseo Verón¹² mostrou que o caráter de dependência não está meramente na relação com fontes de financiamento externas, mas nas características dessa relação. Na fase

a cultura da cotidianidade, ou o popular e o massivo. Trata-se, pelo contrário, do movimento de reatualização de um paradigma clássico — o marxista — à problemática da cultura e da comunicação contemporâneas.

12. Cf. Eliseo Verón, “As ideologias estão entre nós”, in *Ideologia, estrutura e comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1970.

de organização e consolidação da maioria dos centros de pesquisa social (acadêmicos e não-acadêmicos) na América Latina, tem sido comum a obtenção de recursos externos destinados a realizar projetos de pesquisa de caráter internacional. Os traços essenciais desses projetos são:

- 1) a problemática teórica que define o campo conceitual dos projetos já é elaborada nos países centrais;
- 2) a metodologia e as técnicas normalmente são determinadas pela problemática, cabendo aos pesquisadores locais a tarefa de tradução e adaptação dos questionários/formulários;
- 3) a análise e a interpretação dos dados (elaboração dos resultados) se realiza habitualmente no centro estrangeiro onde se originou o projeto.

As conseqüências dessa organização do trabalho científico estenderam-se muito além dos limites dos projetos. A primeira conseqüência é que quando os centros locais estão associados ou formam parte de faculdades e universidades, a tendência normal é a transferência das problemáticas e orientações teóricas às atividades da docência. A vinculação da docência à pesquisa, longe de neutralizar, reforçará a orientação teórica dominante¹³.

A segunda conseqüência é que a realidade de um paradigma dominante, aqui representado pela vertente do estrutural-funcionalismo norte-americano, aciona um mecanismo ideológico importante na prática científica das Ciências Sociais. Trata-se da generalização de uma ideologia cientificista, que propaga uma imagem unitária de Ciência (ou de Ciência Social) com base

13. Em outro trabalho sobre a influência estrangeira, este no campo da Comunicação, Luis Ramiro Beltrán aponta para o papel dos professores e da bibliografia maciçamente internacional dos cursos de Comunicação como dois dos principais canais de veiculação e reforço do paradigma teórico predominante dos autores de "maior prestígio acadêmico". No balanço que realizou até fins dos anos 70, em 130 escolas de Comunicação da América Latina, pelo menos 90% do inventário era constituído por obras não-latino-americanas. Ver "Estado y perspectivas de la investigación en Comunicación Social en América Latina", in *Memórias de la Semana Internacional de la Comunicación*. Bogotá. Pontificia Universidad Javeriana

num consenso a que se teria chegado no plano dos conceitos. Entretanto, uma crítica mais aprofundada dessa ideologia acaba por revelar que o vocabulário compartilhado (*status*, papel, estrutura social, classe etc.) não anula a existência nem da diversidade teórica, encoberta pela orientação dominante que goza de poder institucional e financeiro dentro das Ciências Sociais, nem da ambigüidade conceitual, pois o fato de se usar os mesmos conceitos não significa que se lhes esteja atribuindo o mesmo significado. Sabe-se que o sentido de um conceito depende de seu papel dentro de determinada estrutura teórica.

A terceira conseqüência é que, tal como aconteceu no plano da dependência estrutural, o caráter dependente da Ciência na América Latina também é reforçado por uma ideologia que desvincula a teoria e a prática, e coloca *sob suspeita o trabalho teórico* que se realiza nos centros científicos locais. Dentro da própria comunidade científica, fazer teoria passa a ser visto por intelectuais conservadores como um luxo reservado aos países ricos, competindo a nós aplicar e consumir. Segundo os mais liberais, o problema da importação de teorias seria resolvido formulando critérios de nível — importar o melhor e o mais aperfeiçoado. Mesmo intelectuais críticos passam a negar ou a ter escassa preocupação com questões teóricas porque os problemas "reais" e a urgência de soluções não dão direito nem tempo ao trabalho teórico. E, contudo, como afirma Martín Barbero, "a teoria é um dos espaços-chave da dependência. Imediatamente, através da crença em sua neutralidade-universalidade ou na tendência a viver das modas, a buscar as ferramentas teóricas não a partir de processos sociais que vivemos, mas a partir de um compulsivo reflexo de estar atualizado. Mas a dependência não consiste em assumir teorias produzidas 'fora', dependente é a concepção mesmo de Ciência, de trabalho científico e sua função na sociedade. Como em outros campos, aqui também o grave é que sejam exógenos não os produtos, mas as próprias estruturas de produção"¹⁴.

14. Jesús-Martín Barbero "Desafíos à pesquisa em comunicação na América

A quarta conseqüência é a constatação da escassez de projetos de pesquisa destinados a desenvolver hipóteses teóricas básicas ou de projetos de pesquisa básica no campo das Ciências Sociais. Diferentemente, trata-se em geral de pesquisas que dificilmente dão lugar a um processo de construção de teorias. Este aspecto da predominância das pesquisas de caráter meramente descritivo, que não alcançam o plano explicativo, no campo da Comunicação, será objeto de detalhamento posterior.

Todas as características do modelo dependente de Ciência, que acabamos de citar, levam necessariamente a indagar o que seria um desenvolvimento autônomo da produção de conhecimentos em países de capital periférico. No que é possível apontar nos limites da discussão neste trabalho, ele não implica necessariamente a elaboração de novos conceitos ou a criação de novas técnicas. A autonomia não se define por uma exigência de novidade ou de originalidade, ainda que esta seja muito desejável. Trata-se mais da consecução de uma unidade do processo de trabalho científico, por meio do qual suas diversas fases e níveis sejam solidamente articuladas. É a dissociação entre os momentos do processo de pesquisa que configura a dependência científica em relação aos países centrais. Trata-se, em suma, da necessidade de os pesquisadores locais deterem um *controle orgânico* dos componentes da investigação científica e, com isso, serem criadas condições para a construção da teoria e das técnicas em estreita relação com a pesquisa empírica, isto é, as problemáticas específicas desses países. Esta concepção de autonomia científica não tem nada a ver, em conseqüência, com nenhuma atitude xenófoba ou ingenuamente "nacionalista". Numa situação de autonomia, a teoria, a metodologia e as técnicas de investigação podem estar intimamente vinculadas com o desenvolvimento internacional do campo e, ao mesmo tempo, com um alto nível e uma permanente atualização do pesquisador.

2. As características da comunidade científica

A conexão ciência-desenvolvimento apresenta-se, na América Latina, como um imperativo histórico. O processo de desenvol-

vimento econômico e a correlata modernização da sociedade exige o progresso das ciências. Automaticamente, a elite intelectual é investida do papel de agente de mudança que deve liderar os esforços para a superação do "atraso" dos países da região. Contudo, longe da positividade desse papel assegurada por uma ideologia cientificista, a inserção do cientista no processo de mudança social implica necessariamente um compromisso político concreto.

Como não poderia deixar de ser, historicamente, na sociedade de classes, o papel do cientista social tem sido atuar como "intelectual orgânico" junto às camadas dominantes, traduzindo em discurso científico suas visões do mundo. Por isso, em países subdesenvolvidos, o papel modernizador do intelectual tem sido marcado pelo mesmo viés conservador das elites dirigentes e do Estado. Ao mesmo tempo, não somente os intelectuais críticos ou orgânicos das classes subalternas têm sido minoritários em número dentro das comunidades científicas nacionais, como também seu trabalho teórico tem sido conjunturalmente incorporado ou refuncionalizado por políticos populistas, desenvolvimentistas etc.

Se, em termos internos, nos países latino-americanos a hegemonia das classes dominantes tem se realizado com a ajuda da atividade dos intelectuais, principalmente dos cientistas sociais, é porque externamente eles têm sido os principais agentes de assimilação e readaptação de certas teorias produzidas nos países centrais.

Por isso é que a questão da importação das idéias estrangeiras aparece como um problema recorrente na história da cultura brasileira. Fundamentalmente ela se traduz numa não-contemporaneidade entre o momento de produção da teoria nos países centrais e o momento de consumo pelos intelectuais brasileiros.

Sobre o caráter imitador da cultura do país, Roberto Schwarz desenvolveu a tese das "idéias fora do lugar" ao estudar a disparidade entre as idéias do liberalismo europeu e sua adoção pela

sociedade brasileira, escravista, no século XIX¹⁵. Entretanto, essa tese encobre o importante fato de o consumo ser diferenciado: a importação pressupõe uma *escolha* por parte de quem consome. Deste ponto de vista, as teorias sociais não são consumidas passivamente, mas, antes, são "importadas" porque atendem a certas demandas internas. Entre as diversas teorias sociais disponíveis, os intelectuais brasileiros escolhem uma "linha" com base nas necessidades de seus projetos e visões sobre a realidade brasileira. De acordo com a inserção ideológica no quadro social interno, o comum é ocorrer uma identificação ideológica com as teorias mais conservadoras (paradigma funcional e weberiano) do que com as mais críticas. É que aquelas são "mais adequadas" ou convenientes para a leitura que se faz no Brasil. As teorias sociais importadas acabam por ter uma função legitimadora da produção intelectual nacional e uma função cognitiva da realidade, na medida em que resolvem dilemas teóricos acerca de determinadas problemáticas. E quando as teorias "pegam" nesse novo chão passam a veicular idéias que parecem "estar no seu devido lugar".

A nosso ver, tudo isso remete à validade histórica dos três paradigmas teóricos das Ciências Sociais e à capacidade de se atualizarem aos desdobramentos do capitalismo como tipo histórico de sociedade e do qual continuam sendo expressões teóricas centrais.

Essa refuncionalização das teorias importadas ocorre em função de um "sistema básico de codificação" (a ideologia dominante) que comanda a escolha e depois ordena, dentro de seu quadro, a problemática escolhida; nas teorias disponíveis selecionam-se os elementos considerados pertinentes pelo sistema básico de codificação.

No caso da problemática do nacional na história da cultura brasileira do início do século XX, foram certas teorias sociais e certas teorias da cultura que se revelaram adequadas à teorização sobre a identidade nacional numa época de transição (de uma

15. Roberto Schwarz, "As idéias fora do lugar", in *Estudos Cebrap* 3 (1976).

economia escravista para uma economia industrial, à base de mão-de-obra imigrante) e com um Estado ainda não consolidado. A defasagem entre o discurso ideológico da classe dirigente e a realidade social decorria de uma necessidade conjuntural (época de transição) e se impunha aos intelectuais como uma objetividade histórica.

3. *As problemáticas investigadas*

Sabemos que dentro da Ciência existe certa correspondência entre determinada teoria e a problemática empírica com a qual melhor operam seus conceitos. Significa dizer, por um lado, que a visão de mundo inerente a uma teoria social favorece a seleção de determinadas configurações da realidade mais que outras e, por outro, que a adoção de dada problemática empírica envolve a assimilação de teorias interpretativas e métodos de investigação, ou seja, a incorporação das próprias condições e limites da explicação.

Ao longo do desenvolvimento da produção científica em Ciências Sociais na América Latina, um traço constante tem sido o caráter externo de grande parte das problemáticas de estudo. Geralmente tematizadas acriticamente dentro do paradigma dominante, temos aqui novamente a interpretação que resulta insatisfatória, superficial ou errônea de um objeto transplantado¹⁶.

16. O. Ianni, no estudo sobre o desenvolvimento da sociologia latino-americana, aponta para as problemáticas que nela se firmaram: determinismo geográfico; europeização étnica, cultural e das instituições políticas; estudos de comunidade; indigenismo, relações raciais e miscigenação; mudanças sociais; estratificação e mobilidade social; urbanização e explosão urbana; formação e papéis das elites, principalmente empresariais e militares; sociedades atuais; modernização; instabilidade e ilegitimidade dos regimes políticos; sociologia da violência; posse e uso da terra; explosão demográfica e planejamento familiar; marginalidade. Aponta o autor que "quase todos esses assuntos estão relacionados à influência de centros acadêmicos, sociólogos ou cientistas sociais preeminentes nos países centrais e que, muitas vezes, a adoção desses assuntos está relacionada aos recursos financeiros e institucionais, bem como aos mecanismos de aquisição de prestígio acadêmico nos países periféricos". Ele cita, entre outros, os estudos sobre mudanças sociais fortemente estimulados pela UNESCO e sobre modernização pela OEA, BID e CEPAL: *Sociologia da sociologia latino-americana*, op. cit., p. 46.

Resumiremos agora alguns pontos que foram tratados acerca do modo de produção do discurso científico em Ciências Sociais no Brasil e na América Latina.

- 1) Mostrou-se o caráter "universal" dos três paradigmas centrais no campo das Ciências Sociais enquanto esquemas globais de pensamento que apreendem de maneiras distintas a estrutura e o funcionamento do tipo capitalista de sociedade. Essas maneiras distintas remetem à diferente inserção social dos cientistas sociais como intelectuais orgânicos vinculados às classes sociais. Isso significa explicar as variadas orientações teórico-metodológicas existentes nesse campo de conhecimento, bem como as diferenciações dentro de sua comunidade científica (nacional e internacional). As tradições científicas que se formam devem ser vistas dentro desse quadro geral.
- 2) Esses paradigmas teóricos, em consonância com o movimento vivo do sistema capitalista, não foram ainda superados, e têm se renovado para dar conta de novos objetos em diferentes realidades, como as dos países subdesenvolvidos da América Latina.
- 3) A predominância do paradigma estrutural-funcional, atualizado pelas Ciências Sociais norte-americanas, é responsável pelo caráter conservador tanto das teorias (redução do nível de análise, formalização de conceitos, abandono das preocupações dos clássicos) quanto dos métodos de investigação (refinamento dos procedimentos quantitativos) e dos temas selecionados (problemáticas não-substantivas) dentro do padrão de produção científica na América Latina.
- 4) Os mecanismos internacionais de financiamento e de prestígio acadêmico impõem restrições à autonomização do trabalho científico, principalmente no que tange aos fundamentos básicos de seu esquema teórico de trabalho. Os desdobramentos dessa limitação de autonomia são: perda da visão global da realidade, fraco progresso do *corpus* teórico, tendência à tecnicização da atividade

de investigação, imposição de alvos não-científicos à pesquisa. As teorias e os métodos podem regredir a formas meramente instrumentais de ações orientadas segundo os interesses daqueles que financiam o trabalho científico, a ponto de se afirmar que hoje, mais do que nunca, o grau de alienação do pensamento científico em países periféricos tem repercussões que vão muito além do âmbito da Ciência para se tornar uma questão central da soberania e da construção da nacionalidade nesses países.

2. Paradigmas científicos das pesquisas em Comunicação Social

Não fizemos uma história do desenvolvimento teórico das Ciências Sociais, preferindo examinar algumas questões sobre seus paradigmas. Também não é nosso propósito discutir esse desenvolvimento dentro do campo da Comunicação Social. A intenção é, antes, evidenciar, no nível dos paradigmas, quais são seus principais desdobramentos teóricos e metodológicos na abordagem dos fenômenos da Cultura e da Comunicação de Massa em países subdesenvolvidos.

Temos agora condições de remeter esta problemática às mediações que se fazem necessárias e que vimos examinando. Essas mediações são os elementos estruturais dos paradigmas, os elementos conjunturais dos paradigmas (atualizações européias e norte-americanas), seu ajustamento à realidade dos países subdesenvolvidos, as relações entre o paradigma predominante e os outros, e as condições de trabalho da comunidade científica local.

Porém, antes do exame dessas mediações na Pesquisa em Comunicação é conveniente proceder a uma periodização que demonstre em grandes linhas a trajetória dessa pesquisa no Brasil¹⁷.

17. A periodização que realizamos tem por base as considerações formuladas por Luis Ramiro Beltrán, "Estado y Perspectiva de la Investigación en Comunicación Social en América Latina", op. cit., e por José Marques de Melo, "A pesquisa da

PERIODIZAÇÃO DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Década de 50

- Pesquisas funcionalistas baseadas em métodos quantitativos: de conteúdo (dos meios, principalmente imprensa); de audiência (IBOPE e MARPLAN) e de efeitos (sondagens de atitudes e motivações).

Década de 60

- Pesquisas funcionalistas descritivas com base em métodos comparativos (CIESPAL) e de estudos de comunidade (difusão de inovações), dentro da linha de pesquisa de Comunicação e Desenvolvimento.
- Primeiros estudos críticos sobre a Indústria Cultural através da teoria da Escola de Frankfurt (temática da manipulação), com metodologias mais qualitativas.

Década de 70

- Pesquisas funcionalistas descritivas sobre políticas de comunicação nacionais e internacionais (linha de pesquisa: Comunicação e Política).
- Pesquisas críticas sobre a Indústria Cultural com temáticas da manipulação, dependência e transnacionalização, com metodologia sociosemiológica.

Década de 80

- Pesquisas funcionalistas sobre aspectos sistêmicos da produção (técnico-profissionais) e da circulação da comunicação.

comunicação na transição política brasileira", in *Comunicação e transição democrática*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. Deixamos de lado os estudos das décadas de 30 e 40 por se voltarem basicamente para aspectos históricos e jurídicos da imprensa. As tendências da década de 80 são apontadas por nós.

- Estudos críticos de modelos teóricos e esforços para a elaboração de uma teoria e metodologia da comunicação latino-americana.
- Politização das pesquisas em Comunicação com forte influência gramsciana, com metodologias qualitativas; temáticas: novas tecnologias de comunicação, transnacionalização, cultura e comunicação popular.

2.a. *Cultura e Comunicação de Massa dentro do paradigma estrutural-funcional da "Communication Research"*

A ausência do conceito de classe social como princípio explicativo de análise da sociedade capitalista e sua substituição por uma concepção de sociedade de massas resulta na não-identificação da cultura como modos de vida diferenciados das diversas classes sociais. É por isso que o conceito de cultura popular, por exemplo, dentro da teoria funcionalista, não tem significado classista. Pelo contrário, se um dia existiu a cultura popular, isso é passado, pois, como diz MacDonald, a Cultura de Massa integrou as "artes folclóricas" que eram a instituição própria do povo¹⁸.

O uso do paradigma funcionalista nos estudos de Cultura e Comunicação de Massa em sociedades subdesenvolvidas vai transpor para estas tão-somente o conceito de estratificação social, pelo qual os estudos da cultura dos estratos mais baixos não apresentam especificidade alguma, além de modalidades "atrasadas" de relações e representações sociais. Trata-se apenas de um dos grupos que existem na sociedade. Mesmo os estudos antropológicos de subculturas com os da linha da "Cultura da Pobreza", proposta por Oscar Lewis¹⁹, e que mais se aproximam do tema da Cultura em áreas atrasadas, mesmo esses, à ausência do conceito de classes subalternas, não conseguiram escapar de uma concepção essencialista e normativa de cultura.

18. Dwight MacDonald, "Uma teoria da cultura de massa", in B. Rosenberg e D. M. White (orgs.), *Cultura de massa*, São Paulo, Cultrix, 1978.

19. Cf. Oscar Lewis, *La Vida*, Nova Iorque, Vintage Books, 1959.

Os *princípios metodológicos* básicos do paradigma funcionalista que têm regido os estudos de comunicação e cultura são os seguintes:

- 1) a análise centrada no receptor;
- 2) o enfoque psicossociológico e psicolinguístico;
- 3) a preocupação com conceitos operacionais;
- 4) o nível descritivo de estudo.

1) A *análise centrada no receptor* caracterizou-se por uma progressão em sua orientação, partindo das antigas pesquisas de opinião e de mercado na década de 30 que recaíam sobre indivíduos isolados, passando para a descoberta da importância dos grupos primários e, posteriormente, para as funções dos grupos secundários.

A teoria do fluxo da influência (a comunicação vista como processo em duas etapas de influência e o papel importante do líder de opinião), proposta por Lazarsfeld e colaboradores, teve o sentido de correção da atomização do método de sondagem amostral e de tentativa de uma análise contextual que releva a importância dos quadros grupais de referência.

Na América Latina, esta teoria está até hoje no centro dos estudos de Comunicação de Inovações, tanto no contexto rural atrasado quanto no contexto urbano das populações periféricas. Mas é nos estudos funcionalistas que lidam com problemáticas de sociedades complexas e mais diferenciadas que se verificam as preocupações com explicações de caráter estrutural.

É aqui que recaem as críticas mais inconsistentes ao funcionalismo como matriz teórica que não conseguiria pensar a sociedade global. É aqui também que o funcionalismo se apresenta mais completamente como paradigma que é uma das concepções científicas possíveis sobre a sociedade capitalista. A preocupação com problemas de estrutura implica retomar o nível de análise macro que se revelara nos fundadores Durkheim e Weber. Através deste último, principalmente da teoria da ação social e do princípio metodológico dos tipos ideais, introduzidos na Ciência Social norte-americana por T. Parsons, realiza-se o equacionamento estrutural-

funcional do paradigma²⁰. A concepção de sociedade que emerge é de um sistema composto por um conjunto de subsistemas diferenciados e estruturados, cujo funcionamento é remetido em última instância a orientações básicas dos sujeitos, isto é, à cultura como quadro valorativo de referência à ação social.

Tem-se então delineadas as importantes linhas de estudos funcionalistas, como o são por exemplo as análises sobre caráter e estrutura social desenvolvidas por Merton, Riesman e W. Mills na Sociologia, e as análises sobre personalidade e cultura desenvolvidas por Linton, Wirth, Redfield e Lewis na Antropologia etc.

Todo este arcabouço teórico está na base da abordagem dualista da cultura das sociedades subdesenvolvidas, além de fornecer a chave de compreensão para a Teoria da Modernização, de larga adoção pelas Ciências Sociais latino-americanas e especificamente pelas linhas de pesquisa sobre Comunicação e Desenvolvimento e Políticas de Comunicação.

2) O *enfoque psicossociológico* permite a especialização no estudo de atitudes enquanto expressões diretamente observáveis (porque verbalizáveis) de disposições subjetivas para agir. Os fenômenos de comunicação são captados no nível dos processos de interação interpessoal e dos mecanismos psicológicos que regem a conduta linguística ou verbal das pessoas. Este componente do paradigma funcionalista é, sem dúvida, responsável pelo discurso "universalista" sobre as características humanas dos processos de codificação e decodificação da comunicação. Entretanto, sendo os codificadores e os decodificadores grupos sociais determinados, as categorias analíticas psicologizantes e a-históricas acabam produzindo explicações genéricas e abstratas e perdendo a especificidade do objeto de estudo das pesquisas em Comu-

20. Talcott Parsons é uma espécie de "clássico contemporâneo" nas Ciências Sociais norte-americanas, não só porque conseguiu a elas imprimir uma problemática teórica de grande importância, mas também por estabelecer uma espécie de ponte entre Durkheim e Weber através de sua construção teórica sobre o sistema social, ainda que nesta a atualização de Durkheim acabe sendo de maior peso. Cf., neste sentido, a leitura atualizada que realiza de Durkheim. Talcott Parsons, "Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais", in G. Cohn (org.), *Sociologia: para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, LTC, 1977.

nicação. Desta forma, uma teoria sobre o massivo e o popular não tem condições de se desenvolver. Por exemplo, no caso da mencionada linha de estudos sobre a “cultura da pobreza” de Lewis, o principal problema está na passagem do plano dos dados empíricos coletados, uma enorme massa de descrições de histórias de vida, para o plano da construção conceitual de “cultura da pobreza”. Ou seja, até que ponto a natureza psicológica das biografias suporta e valida uma teoria que implica a relação entre pobreza, cultura e comunicação.

3) A preocupação com *conceitos operacionais* leva à busca de relações causais entre variáveis suscetíveis de serem caracterizadas por uma variação quantitativa. É que a concepção organicista de sociedade do paradigma funcionalista atribui ao sistema social mecanismos reguladores que o assemelham ao organismo vivo como força, tensão, atração, repulsão, equilíbrio, desequilíbrio, energia etc.

A concepção do popular como setor a ser modernizado através de sua integração ao massivo (setor moderno) é guiada por esse princípio de auto-regulação e auto-equilíbrio que permite enfrentar um tema difícil para o funcionalismo que é a mudança social.

4) O *nível descritivo de estudo* passou a ser um traço marcante da pesquisa funcionalista nos EUA determinado pelo caráter empirista e pragmático que as Ciências Sociais lá desenvolveram, a ponto de alguns autores definirem essas ciências como técnicas de controle social, de que lançam mão agências governamentais e empresas privadas²¹.

A natureza descritiva da pesquisa social decorre menos de sua aplicação imediata ao problema investigado do que da segmentação ou recorte do objeto de estudo. No caso da pesquisa

21. O envolvimento da Sociologia nos EUA com o governo e a indústria é tratado em detalhe por Martin Nicolaus, “A organização profissional da sociologia: um enfoque a partir da base”, in R. Blackburn (org.), *Ideologia na Ciência Social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Sobre o caráter instrumental da pesquisa social nos EUA, ver especialmente Theodor W. Adorno, “Experiência científica em Estados Unidos”, in *Consignas*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

funcionalista em Comunicação, o modelo unilinear lasswelliano do processo de comunicação foi em grande parte responsável pela “especialização” da pesquisa sobre cada um dos componentes daquele esquema, tais como pesquisa do emissor (ou da produção), do canal (ou dos meios), da mensagem (ou de conteúdo) e do receptor (ou dos efeitos). O problema não reside tanto nessa especialização da pesquisa, mas principalmente na perda do princípio explicativo de análise do objeto da Comunicação, o qual reside em sua totalidade, isto é, enquanto fenômeno global que se insere de forma determinada numa sociedade historicamente dada. Por exemplo, quando a problemática é relativa à cultura das classes baixas e aos MCM, a pesquisa é definida como pesquisa de receptor ou de efeitos. Enquanto componente determinado no processo de Comunicação, o receptor é normalmente descrito por meio dos mecanismos de controle, persuasão e poder que atuam sobre ele a partir dos demais componentes do processo. Passa a ser tratado, usando a terminologia da pesquisa quantitativa, como “variável dependente” na relação causal emissor-receptor.

Apesar das poucas, porém dirigidas, observações, fica claro a importância que o paradigma funcionalista ganha no desenvolvimento das pesquisas de Comunicação no Brasil (onde ainda é o paradigma dominante), e particularmente na temática da Cultura e da Comunicação de Massa no país. É que por meio desta transfere-se para o campo da Comunicação a problemática dualista do setor arcaico e do setor moderno. Aliás, esta problemática é, segundo Verón, a versão do funcionalismo para a América Latina e sobre a qual se formam e consolidam as Ciências Sociais da região.

2.b. Cultura e Comunicação de Massa dentro do paradigma marxista da “Pesquisa Crítica”

A respeito da Cultura e da Comunicação de Massa, as principais abordagens marxistas tomaram rumos diversos. Antes de discutirmos um pouco essa diversidade teórica, cremos ser im-

portante apontar os *princípios metodológicos* básicos que regem o paradigma marxista nos estudos de Cultura e Comunicação:

- 1) a análise é centrada no produto e na produção cultural. A partir dela há inferências a respeito do consumo (da comunicação e da cultura) dentro de uma modalidade social histórica;
- 2) o estudo opera com *modelos macroestruturais*, incorporando categorias históricas na análise, como classe social, dominação, hegemonia, racionalidade técnica, ideologia etc.;
- 3) o nível do estudo da comunicação e da cultura é propriamente o *nível ideológico* das ações sociais, no qual reside o significado social. O sistema simbólico é analisado por meio dos produtos culturais (mensagens) que também são meios de dominação;
- 4) o *nível interpretativo* da abordagem é marcado pela busca de princípios determinantes do “sentido da ação social”, das formas de consciência que correspondem a determinada configuração histórico-social.

Não é nosso propósito entrar nas distinções entre as abordagens “historicistas” e “estruturalistas” dentro do paradigma marxista²². É importante, porém, fazer referência aos estudos teóricos sobre a ideologia, o que no campo da Comunicação foi possível pelo recurso ao instrumental da Lingüística contemporânea na análise das mensagens dos MCM.

São especialmente os trabalhos de Althusser sobre o materialismo histórico que possibilitam o tratamento semiológico do discurso, mantendo-se dentro dos limites do marxismo. A ideologia passa a ser percebida como estrutura regida por um código, isto é, por um sistema de regras organizador do discurso. A importância da semiologia européia, principalmente mediante autores como Greimas, Barthes, Eco, está presente até hoje nas investigações de Comunicação na América Latina e no Brasil.

22. Um bom detalhamento dessas abordagens teóricas pode ser encontrado em Gabriel Cohn, *Sociologia da comunicação — teoria e ideologia*, São Paulo, Pioneira, 1973.

Os trabalhos mais influentes desta linha ainda são os de A. Mattelart e E. Verón.

a) A perspectiva da Escola de Frankfurt

As idéias desta teoria acerca da comunicação e da cultura são bem conhecidas. Refletindo as problemáticas dos anos 30 por um lado — crise da democracia liberal burguesa, ascensão do fascismo e regressão do movimento socialista na Europa —, e, por outro, a progressão da sociedade de consumo nos EUA, um grupo de teóricos alemães qualificam a sociedade contemporânea como sociedade administrada e identificam sua cultura como afirmativa. Sociedade e cultura são o resultado da associação entre o capital e o progresso técnico, aquele produzindo uma satisfação “guiada” das necessidades materiais e fazendo do ser humano um objeto de administração, este criando formas de vida que parecem reconciliar as forças de oposição ao sistema.

A tendência é a completa integração e a “mimese”; segundo Adorno, uma identificação imediata do indivíduo com a sociedade. A razão crítica é incorporada pela razão técnica e a ideologia torna-se a própria realidade.

A unidimensionalidade do pensamento e do comportamento fornece a base do totalitarismo que se afigura na sociedade moderna. A função de transcendência das obras culturais torna-se impossível à medida que a esfera da cultura é absorvida pela esfera da administração e passa a ser regida pela lógica do mercado.

O fenômeno da Indústria Cultural nada mais retrata que essas mudanças estruturais que ocorrem na forma de organização e de distribuição da cultura na sociedade moderna. As formas da “alta cultura” decaem, perdem a “aura” e as formas “inferiores” perdem “através de sua domesticação civilizadora o elemento de natureza resistente e rude que lhe era inerente enquanto o controle social não era total”²³.

23. Theodor W. Adorno, “A indústria cultural”, in G. Cohn (org.), *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, Nacional, 1975, pp. 287-288.

A fraqueza das instituições socializadoras tradicionais (família, escola) aliada à crescente reificação da cultura capitalista torna a Indústria Cultural o principal aparelho ideológico da sociedade contemporânea. Suas funções centrais são obter o consenso para manter a reprodução da força de trabalho; impor as idéias do *status quo* numa permanente exortação ao conformismo; e impedir que se atinja a emancipação “para a qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam”²⁴.

Não nos deteremos sobre as inúmeras críticas que a teoria frankfurtiana suscitou. Porém, seria ingênuo descartá-la pura e simplesmente em nome de seu pessimismo radical e conservador. Como toda teoria, ela tem o mérito de chamar a atenção para certos problemas pertinentes, mas o demérito de impedir a compreensão de outros. Apenas diríamos que rejeitar a cultura capitalista como um todo é compreender mal seu desenvolvimento contraditório numa sociedade de classes e deixar passar o ponto crítico das qualidades e potencialidades da produção de massa e das novas relações sociais que engendra.

Gostaríamos agora de retirar desse breve quadro teórico da Escola de Frankfurt algumas inferências a respeito de sua aplicação às pesquisas de Comunicação no Brasil.

Em primeiro lugar, a maior influência das obras da Escola de Frankfurt no país se dá na década de 70, tardiamente em relação à época de seus escritos originais. O poder de penetração dessa teoria na comunidade intelectual brasileira estaria na proporção direta em que fornece uma chave de leitura para as mudanças que ocorrem na esfera cultural do país, promovidas por um regime ditatorial. A combinação da ideologia repressiva com o avanço da modernização da esfera cultural, ao mesmo tempo que tipifica a realidade da Indústria Cultural no Brasil, justifica as razões por que a teoria da Escola de Frankfurt “pegou” entre nós.

Em segundo lugar, a concepção elitista de cultura dos frankfurtianos concentra suas preocupações no destino das for-

24. Th. W. Adorno, “A indústria cultural”, op. cit., p. 295.

mas “altas” de cultura dentro da sociedade moderna e outorga apenas a elas a condição de meios de transformação da sociedade por desenvolverem formas de consciência crítica. Com isso desenvolvem a rejeição pessimista do proletariado, visto como uma vítima extremamente subserviente da cultura reificada, sem qualquer condição de resistência senão a de integrar o público consumidor de ideologias. Como afirma A. Swingewood numa lúcida crítica às posições frankfurtianas, “com a classe operária conscientemente integrada no capitalismo contemporâneo, a práxis se torna o ideal utópico de intelectuais marxistas; a posição genuinamente negativa e revolucionária se restringe a uma elite privilegiada e a uma arte subversiva”²⁵. Cabe ressaltar então que o eixo da análise da Escola de Frankfurt é sempre o binômio cultura erudita-cultura de massas, e é marcado pela ausência das categorias populares de cultura, em que pese a exceção sempre anotada de W. Benjamin.

É interessante notar a situação análoga em que se encontram as reflexões sobre a cultura popular no Brasil. Aqui se firmou a tradição intelectual de incorporar a problemática da cultura popular nos estudos de Cultura Brasileira, basicamente em torno das questões da identidade nacional e do nacional-popular. Nesses estudos, os pensadores conservadores associam à cultura popular o caráter de patrimônio histórico da nação e de folclore e os pensadores de esquerda ainda encaminham o debate sobre as formas de elevar a cultura popular à consciência crítica por meio de formas “superiores” de cultura como o cinema, o teatro, a literatura etc. O que ressalta nesses estudos é igualmente o elitismo da análise a que tem sido submetida a questão da cultura popular pelas Ciências Sociais no país. A penetração da teoria frankfurtiana da cultura moderna vem renovar aquela tendência de análise à medida que a realidade da cultura popular continua sendo focalizada a partir da esfera “cult”. Torna-se óbvia a limitação em compreender o real signi-

25. Alain Swingewood, *O mito da cultura de massa*, Rio de Janeiro, Interciência, 1978, p. 18.

ficado dos MCM num país subdesenvolvido em suas possibilidades de criar novas categorias culturais e estéticas. Mais importante que tudo é, porém, a verdadeira dificuldade dessa teoria em pensar a cultura de massa em sua interpenetração com a cultura popular, negando desta forma a participação e a presença das formas populares na cultura moderna que não seja na condição de objeto de alienação e manipulação²⁶.

26. Acreditamos que o trabalho de Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira*, é ilustrativo ao demonstrar como a problemática da cultura popular e a indústria cultural continua a ser tratada na perspectiva frankfurtiana. Queremos fazer três observações sobre esse importante trabalho. A primeira é o fato de o autor chamar a atenção para o descompasso entre a consolidação de uma cultura capitalista no país com a hegemonia da Indústria Cultural na década de 70 e sua fraca tematização pelos intelectuais brasileiros. A despeito dessa constatação, com a qual concordamos, causa estranheza que em sua leitura sobre este "silêncio temático" o autor não considere que a teoria frankfurtiana sobre os efeitos apocalípticos da Indústria Cultural tenha em parte contribuído para que os intelectuais não percebessem com clareza "as grandes transformações que se realizavam sob seus pés", ou seja, a consolidação de uma cultura de mercado no país. Dizemos estranheza porque é na década de 70 que se elabora o maior número de estudos dentro da perspectiva frankfurtiana. De onde se pode concluir que a "fraca tematização" sobre a Indústria Cultural no país deve-se em grande parte ao tema da dominação ideológica da Escola de Frankfurt que, por coexistir com o período de repressão política do regime autoritário, absorveu a maioria das análises dos críticos da cultura, "desviando-os de uma reflexão mais matizada e profunda sobre as transformações que estavam se realizando sob os seus pés".

A segunda observação é o fato de o autor continuar a tradição frankfurtiana de julgar negativamente a lógica do mercado que passa a reger a produção cultural no país. De seu ponto de vista, a lógica do mercado dificultaria as condições de criatividade e de invenção dessa produção. Não avança na possibilidade da criação de novas categorias estéticas que viessem legitimar novas formas de arte nos MCM. A cultura erudita continua sendo a única produção cultural que ainda sustenta uma autonomização em relação ao mercado.

E, finalmente, a terceira observação se refere à manutenção por parte do autor da tradição de análise da dinâmica cultural a partir da interpenetração dos níveis "superior" e de "massa". O silêncio permanece sobre a interpenetração dos níveis "inferior" e de "massa". Chega a surpreender a ausência de análise quanto à participação da cultura das classes populares na formação da cultura moderna no país. É sintomático que em sua análise da evolução da televisão brasileira Ortiz trate dos conglomerados Chateaubriand (TV Tupi), Simonsen (TV Excelsior) e Marinho (TV Globo) e não faça nenhuma referência ao Grupo Sílvia Santos (TVS) que, com base no consumo das classes CDE, possui hoje a segunda rede do país.

b) A perspectiva gramsciana

A contribuição mais importante para o tema da Cultura na sociedade de classes dentro do paradigma marxista se encontra na obra de A. Gramsci. Fundamentalmente porque se apóia no binômio cultura hegemônica-culturas subalternas.

Aprofundaremos a relação cultura-povo em Gramsci por sua especificidade dentro do marxismo e devido à influência que exerceu nos desenvolvimentos posteriores do tema.

A análise que Gramsci faz da cultura das classes subalternas é eminentemente histórico-concreta, com particular atenção às relações entretidas com o aparelho do Estado, em virtude do valor que essa cultura atribui à práxis política. Militante político, Gramsci vivencia a derrota do movimento operário italiano pelo fascismo como sendo a derrota de uma hegemonia alternativa das classes subalternas. Dentro da particular conformação da sociedade italiana de sua época, desenvolvida e industrial ao norte e estagnada e agrária ao sul, a cultura da classe operária é de origem camponesa, aliando tradicionalismo e novas formas de organização.

A problemática da cultura popular se encontra em Gramsci embutida em sua teorização da ideologia e, mais amplamente, na de hegemonia. Ele é o primeiro marxista a examinar a ideologia das classes populares como o conhecimento por elas acumulado e suas maneiras de ocupar-se com a vida. Nesse aspecto, sua contribuição está em reconhecer na ideologia um valor cognoscitivo no sentido de que indica o processo através do qual se formam as idéias, as concepções de mundo. O estatuto que rege a concepção de mundo das classes subalternas é o

- 1) de uma coexistência não-harmoniosa com outras culturas e ideologias, mas não necessariamente sempre conflitiva;
- 2) de uma coexistência desnivelada e sob a dominação de uma ideologia ou cultura. Coloca-se, desta forma, o princípio metodológico (e não ontológico) segundo o qual o estudo das culturas deve fazer-se sempre em contraposição. Isso não implica necessariamente que as cultu-

ras estejam explicitamente em contraposição, mas serve para dialetizar a investigação e apontar para estratégias de construção da hegemonia²⁷.

A cultura popular, como toda cultura, possui um traço gerador e distintivo, um modo de produção e percepção simbólica que funciona como uma matriz discriminadora do possível, do provável e até do perceptível: uma lógica de representações que outorga certa coerência aos produtos simbólicos dispersos. Numa sociedade de classes, a diversidade de situações objetivas produz um complexo campo de representações onde coexistem culturas não somente diferentes, mas desniveladas basicamente em dois planos — a cultura hegemônica e as culturas subalternas —, conectadas com a divisão em classes e conseqüente distribuição diferenciada do poder e da fruição da cultura.

Dessa oposição entre fatos culturais e grupos sociais resulta o princípio geral da conexão *classe-cultura* e por meio dele é possível verificar que:

- 1) as culturas subalternas (concepções e comportamentos) não são deduzidas da hegemônica;
- 2) as culturas subalternas têm uma espessura e uma presença sociocultural específicas, capacidade de resistência, adaptação e modificação das relações que mantêm com a cultura hegemônica;
- 3) o caráter transclassista (vertical) de certos elementos culturais é a forma pela qual o ideológico se constitui em matéria básica de construção/destruição da hegemonia de classe²⁸;

27. Segundo Gramsci, "o que distingue o canto popular no quadro de uma nação e de sua cultura não é o fato artístico, nem a origem histórica, mas seu modo de conceber o mundo e a vida, em contraste com a sociedade oficial". A. Gramsci, "Observações sobre o folclore", in *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 190.

28. No entender de Gramsci, a tarefa de toda cultura enquanto concepção de mundo consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social que é cimentado e unificado por determinada ideologia. A hegemonia é então a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas marcado por profundas contradições de classe. A hegemonia é um conceito de grande amplitude. Opera não apenas sobre a estrutura econômica

- 4) a cultura das classes subalternas não é um todo homogêneo, mas apresenta-se como uma vasta gama de representações de grupos que mantêm entre si relações dinâmicas nem sempre horizontais (operários, camponeses, braçais, grupos étnicos, marginais etc.)²⁹;
- 5) a ambigüidade política é uma característica central da cultura das classes subalternas porque impugnam e aceitam a dominação simultaneamente em virtude do desnivelamento da cultura numa sociedade de classes. Não é por ser do "povo" que a cultura popular é *a priori* revolucionária e contestadora, nem conformista e reprodutora do *status quo*³⁰.

De acordo com o delineamento teórico e metodológico da perspectiva gramsciana, o popular deve ser estudado como *posição relacional* e não como algo isolado em si mesmo. Dentro da dinâmica sociocultural de uma sociedade desnivelada, o popular é abordado em contraposição à cultura oficial e, inclusive, a outros tipos de "popular" existentes no mesmo espaço social. Metodologicamente, torna-se possível detectar na dinâmica entre cultura hegemônica e culturas subalternas formas históricas de um produto cultural que, de consumo exclusivo de determina-

e a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre o modo de conhecer. Acerca desse conceito, ver especialmente Luciano Gruppi, *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro, Graal, 1980.

29. Segundo Gramsci, "o próprio povo não é uma coletividade homogênea de cultura, mas apresenta numerosas estratificações culturais, variadamente combinadas, estratificações que, em sua pureza, nem sempre podem ser identificadas em determinadas coletividades populares históricas". *Literatura e vida nacional*, op. cit., p. 190.

30. Na Antropologia Cultural italiana, diversos estudos atualizam a questão da Cultura Popular na linha gramsciana. Ver principalmente Luigi L. Satriani, *Antropologia cultural e análise da cultura subalterna*, São Paulo, Hucitec, 1986, e Alberto M. Cirese, "Cultura obrera y lo elementalmente humano", in *Comunicación y Cultura*, 10 (1983). Satriani desenvolve a concepção de ambigüidade do popular, pois nele convivem elementos progressistas e conservadores derivados da impugnação ou aceitação da cultura hegemônica. Cirese introduz o conceito de "desníveis internos da cultura" para explicar a desigual participação dos diversos estratos sociais na produção e consumo de bens culturais no interior de uma sociedade dividida em classes.

dos grupos, em outros momentos passou para outros grupos. Torna-se possível também criticar o estudo essencialista ou imanente das culturas, porque, se por um lado este estudo dá conta da produção classista da cultura, por outro impede de entender a complexidade do movimento dos processos culturais, ou seja, a compreensão da produção social da hegemonia e do domínio de classe.

Outro aspecto importante do estatuto teórico do popular na cultura dentro da linha gramsciana é que o popular se define não por sua origem, mas por seu *uso*. É popular o que é adotado, usado e consumido (e não necessariamente criado) pelas classes subalternas dentro de seu modo desnivelado de conceber o mundo em contraposição às concepções de mundo oficiais. Referindo-se a uma distinção entre os cantos populares, Gramsci assim os descreve:

- 1) cantos compostos pelo povo e para o povo;
- 2) os compostos para o povo e não pelo povo;
- 3) os escritos nem pelo povo nem para o povo, mas por este adotados, pois adequados à sua maneira de sentir e de pensar. Parece-me que todos os cantos populares podem e devem ser reduzidos a esta terceira categoria³¹.

Desse ponto de vista, uma revista, por exemplo, só é popular se for adotada e consumida por grupos sociais subalternos. A investigação deve buscar como e de que modo a revista é consumida, o que faz com que ela seja tão consumida por certos grupos sociais e o que é também que tais grupos “fazem” com a revista.

Evidentemente essa assunção ou reinterpretação pelo popular se faz a partir de seus esquemas básicos de percepção, ação e valorização em virtude de sua posição na estrutura de classes, o que envolve uma *competência cultural*, enquanto gramática ou

31. Gramsci, op. cit., p. 190.

sintaxe de produção cultural socialmente produzida em contraposição à das classes dominantes. Equivale a dizer que a contraposição não deve ser feita apenas à base da análise dos conteúdos, mas da caracterização das condições sociais de produção e consumo dos produtos culturais. Essa idéia de consumo como espaço também de produção de sentido e, portanto, de contradição é fundamental para a investigação do popular em Comunicação. Estabelece a ruptura com a concepção do consumo como pólo sempre determinado e, portanto, passivo com relação aos pólos de produção e da mensagem e até do meio de comunicação de massa. O consumo passa a identificar o espaço da cotidianidade com suas formas não-explicitas de luta e de resistência e abre possibilidades para investigar concretamente as formas de refuncionalização, desarticulação e rearticulação da cultura popular dentro dos modos específicos de dominação no interior da formação social.

Portanto, a perspectiva gramsciana sobre a relação cultura-classes subalternas abre uma linha nova de investigação do popular nas Ciências Sociais que é a de abordar a condição cultural da subalternidade não como residual, mas como atual. Condição essa que se reatualiza nas modernas culturas em gestação, com as relações que mantém com o mercado, com os tipos diversos de discursos e práticas consumistas, com a Indústria Cultural nacional e transnacional e com a lógica de seus veículos de massa. Porém, sempre a partir da especificidade que é essa subalternidade, ou seja, “o lugar social” a partir do qual são feitas todas essas relações.

Tal como fizemos com a Escola de Frankfurt, faremos agora algumas considerações acerca da influência da perspectiva gramsciana sobre o tema da Cultura e da Comunicação de Massa no Brasil e na América Latina.

Nos anos 70, o instrumental gramsciano se populariza no Brasil, mas sintomaticamente menos nas análises sobre cultura do que nas de política. Segundo R. Ortiz, se por um lado os

estudos de Gramsci “são úteis na luta contra a ditadura, por outro omitem toda uma dimensão da cultura popular de massa, tema que fugia à preocupação do próprio Gramsci, na medida em que ele não viveu esta fase do capitalismo cultural”³². Contrariando essa afirmação, diríamos que o tema da cultura de massa não “fugia” às preocupações de Gramsci, pois, junto às manifestações concretas do folclore, ocupou-se também do jornalismo, do cinema, do rádio, bem como dos romances seriados, ressaltando-se a atenção que dedicou aos estudos sobre a literatura popular na Itália. Mas, principalmente, diríamos que a exploração da perspectiva gramsciana sobre a cultura popular moderna foi “deslocada” pela teoria frankfurtiana da cultura que na década de 70 predominava na análise crítica da cultura no Brasil.

Já afirmamos que esta última teoria correspondia a uma realidade em que se fazia necessária a denúncia dos mecanismos manipuladores e reprodutores de uma Indústria Cultural controlada pelo regime ditatorial, ao mesmo tempo que por meio dela se tinha uma explicação para a passividade e alienação das massas. Na medida em que a última coisa que essa teoria permitia pensar eram as formas de resistência ao poder onipotente dos MCM, tornava-se difícil aos intelectuais críticos procurar fazer uma reflexão alternativa sobre a Indústria Cultural através de Gramsci.

Será só no final dos anos 1970 que se começará a questionar a situação da cultura de mercado no Brasil e suas abordagens teórico-metodológicas, ante a incapacidade de o denunciamento proporcionar saídas aos impasses a que levava a análise frankfurtiana. Nossa tese é que a linha gramsciana passa a se afirmar nos estudos sobre Cultura e Comunicação no Brasil com o processo de redemocratização do país, e sua popularização se dá nos anos 80 nas pesquisas em Comunicação. Essa entrada nos estudos de Comunicação (seria preciso ver até que ponto se dá nos estudos antropológicos e sociológicos de Cultura) se faz através da América Latina, principalmente por meio de intelectuais que

32. R. Ortiz, *A moderna tradição brasileira*, op. cit., p. 16.

se valem de Gramsci para empreender uma renovação nas pesquisas sobre o popular e os meios de massa³³.

Ficam deste modo delineados os parâmetros para a constituição de uma importante linha de pesquisa em Comunicação, que são os estudos de recepção. As contribuições latino-americanas e brasileiras nesse sentido articulam-se objetivando a construção de uma Teoria da Recepção, cuja originalidade para a Teoria da Comunicação tende a ser reconhecida internacionalmente³⁴. As poucas porém influentes pesquisas empíricas sobre leitura crítica dos meios, recepção de telenovela, lazer e cotidianidade, usos populares dos meios, culturas urbanas e outras³⁵, apontam para essa construção teórica desmontando as teses de passividade e de manipulação dos receptores pelos

33. Entre os intelectuais latino-americanos, Jesús Martín Barbero destaca-se como o principal teórico da corrente de investigação sobre o massivo e o popular no campo da Comunicação. No conjunto de seus trabalhos, Barbero propõe três linhas de investigação sobre a Cultura Popular, a que denomina:

- 1) estudos do popular ao massivo, ou do processo de gestação do massivo a partir do popular;
- 2) estudos do massivo ao popular, ou dos modos de presença/ausência, de afirmação/negação da memória popular nos atuais processos massivos;
- 3) estudos dos usos populares do massivo, tanto dos processos de reelaboração como de refuncionalização do massivo pelo popular. Cf., especialmente, “Comunicación, ‘Pueblo y cultura en el tiempo de las transnacionales’”, Conferência apresentada ao *Segundo Seminario de CLACSO*, Buenos Aires, 1983 (mimeo.). “Pueblo y masa en la cultura: de los debates y los combates”, in *Conferência sobre cultura popular en América Latina*, Nova Iorque, Columbia University, 1985 (mimeo.). Importantes também são as sistematizações teóricas sobre o popular feitas por Jorge A. González Sánchez, “Sociología de las culturas subalternas”, in *Cuadernos del TICOM*, México, UAM/Xochimilco, 1981 e as de Nestor G. Canclini, *As culturas populares no capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

34. Cf. Oswaldo Capriles, “La nouvelle recherche latino-américaine en communication”, in *Communication. Information*, vol. V, n. 1, Quebec, 1982, e Miguel Horagas Spa, *Teoría de la comunicación — Investigaciones sobre medios en América y Europa*, Barcelona, Gustavo Gili, 1981.

35. Os estudos brasileiros têm nos trabalhos de Paulo Freire um marco comum. Entre outros, podemos citar os de Miriam Goldfeder, *Por trás das ondas da Rádio Nacional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; Anamaria Fadul, “Sobre a recepção crítica dos MCM no Brasil”, INTERCOM, 1982; Carlos Eduardo Lins da Silva, *Muito além do Jardim Botânico*, São Paulo, Summus, 1985; Marilena Chauí,

MCM³⁶. Consideramos que nessa teorização estão envolvidos esforços para retomar a unidade do objeto da Comunicação, evitando o parcelamento e o reducionismo na análise de seus componentes, tendência que constitui uma das características mais negativas no atual estado de pesquisa em Comunicação.

Na década de 1980 o panorama da pesquisa em Comunicação se caracteriza, como não podia deixar de ser, por atualizações dos paradigmas funcionalista e marxista. Acreditamos não incorrer em esquematismo ao afirmar que o funcionalismo continua a ser o paradigma teórico-metodológico dominante, enquanto a tendência gramsciana vem se impondo às teorizações da escola de Frankfurt sobre a comunicação e a cultura dentro do paradigma teórico marxista. Isso, a despeito da tendência frankfurtiana continuar predominando nos estudos sociológicos da cultura e da comunicação.

Conformismo e resistência — Aspectos da cultura popular no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1986; Ondina F. Leal, *Leitura social da novela das oito*, Petrópolis, Vozes, 1986; Mauro W. de Sousa, *A rosa púrpura de cada dia — Trajetória de vida e cotidiano dos receptores de telenovela*, São Paulo, ECA-USP, 1986 (mimeo.).

36. A fim de que os estudos da linha gramsciana em Comunicação não se esgotem em mais uma "onda" ou "moda" é necessário apontar os riscos de alguns erros trazidos pela politização da investigação em que esta linha necessariamente redundante. Em primeiro lugar está o risco em privilegiar exclusivamente os modos de reelaboração/resistência/refuncionalização dos conteúdos culturais pelas classes subalternas, outorgando escassa importância teórica aos modos de presença das ideologias dominantes nos conteúdos e práticas dessas classes. Em segundo lugar, o risco de pôr demasiada ênfase nos conteúdos culturais subalternos e contrapô-los de maneira mecânica e simplista aos outros conteúdos. É o risco de o pesquisador imputar subjetivamente um caráter contestatário ou conservador a certos elementos e práticas culturais. E, finalmente, em terceiro lugar, o que parece ser o risco principal, o da ortodoxia a que pode levar essa linha de investigação, recusando a reflexão sobre as contribuições de outras teorias e até de outros paradigmas numa verdadeira compulsão para superá-los ou descartá-los. Parece que pouco se arrisca ou se ousa fora dos limites da segurança dada pela tradição comum. Perdem-se assim as possibilidades de eventuais adequações e enriquecimentos que outros aportes poderiam trazer à matriz marxista. É o risco, enfim, de se repudiar a própria história do desenvolvimento científico que, como foi visto, se dá antes por descontinuidade e saltos, por coexistência com a diversidade teórica, do que por uma evolução pacífica de um paradigma para outro alternativo.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

Vistos os fatores histórico-sociais e científicos que regem as condições de produção da pesquisa em Comunicação, devemos agora examinar os de ordem institucional.

O que compreendemos por fatores institucionais incide na realidade mais próxima à prática da pesquisa em Comunicação. São fenômenos que vão desde o nível macrosocial da questão da dependência científica e das relações entre Ciência, Sociedade e Estado no Brasil, passam pelo nível mediato das relações que cercam a pesquisa na Universidade, e finalmente desembocam em determinado Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Aqui faremos um estudo de caso da área de Ciências da Comunicação do Programa de Pós-Graduação (PG) em Mestrado e Doutorado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Interessa-nos aqui a trajetória e a inserção da área de Metodologia da Pesquisa como objeto de ensino e de pesquisa. Essa trajetória será reconstruída com base em documentos da própria PG da ECA, possibilitando assim demonstrar as condições institucionais que caracterizam a realidade mais próxima que cerca a produção de pesquisas em Comunicação Social.

1. Pesquisa na Universidade

Já analisamos alguns aspectos que tocam as condições institucionais na produção científica no Brasil e na América Latina quando abordamos as questões da dependência científica e da comunidade científica¹. Constatávamos então os reflexos do modelo associado na elaboração de projetos de pesquisa social não-autônomos e pouco voltados para as problemáticas substantivas dos países da região e também o envolvimento orgânico dos cientistas sociais com o paradigma científico hegemônico, que costuma traduzir-se em projetos de pesquisa pouco comprometidos com a realidade das classes subalternas. Em consequência, assinalávamos a necessidade de os pesquisadores locais passarem a deter o controle orgânico do processo de investigação e de desenvolverem projetos relativos à realidade cultural e comunicacional das classes populares.

O núcleo da práxis científica é um processo de trabalho e o produto desse trabalho é o conhecimento. Vimos que esse produto resulta de um complexo sistema de decisões que é atualizado no processo de investigação. A estrutura de tal sistema reflete certa organização do controle de trabalho científico e, portanto, determinada configuração de relações sociais entre a comunidade científica e a realidade em que se insere.

A análise das relações entre Ciência e Estado no Brasil contemporâneo revela que a partir de 1964 a ideologia da “Segurança e Desenvolvimento” passa a orientar a política científica: do lado da “segurança”, cerceamento de manifestações críticas ao governo; do lado do “desenvolvimento”, a ênfase na pesquisa científica e na formação de cientistas e profissionais especializados como elementos indispensáveis ao crescimento econômico e à criação de um “Brasil, grande potência”. Assim é que atos como a intervenção na Universidade de Brasília em abril de 64 e o Ato Institucional n. 5, que aposenta compulsoriamente ou demite diversos cientistas e professores, são desen-

1. Ver item 1 do capítulo 2.

cadeados pela mesma lógica que promulga em 1969 a Reforma Universitária, baseada em recomendações do Acordo MEC-USAID.

A Reforma visava “conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem como conseqüência o aumento da produtividade econômica, transformando a universidade num centro de investigação científica e tecnológica, em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial brasileira” (Reforma Universitária — Relatório do Grupo de Trabalho — agosto de 1968)². A Reforma também apontava para a necessidade de implantar a educação técnica, diminuindo a concentração em áreas não relacionadas com o mercado de trabalho no país. O ensino superior é visto como investimento de alta rentabilidade, a longo prazo, e valorização de recursos humanos.

Como observa Luiz Antonio Cunha³, a Reforma Universitária vem instituir uma diferenciação interna no sistema universitário estabelecendo estudos de curta e longa duração, nível de graduação, nível de pós-graduação, subdividido em mestrado e doutorado, cabendo a cada nível um valor acadêmico diverso.

A Pós-Graduação constitui-se na nova meta do ensino superior em função de três razões principais:

- 1) formar professores para o magistério superior, o que viria sanar o impasse provocado pela expansão de matrículas nos cursos de graduação;
- 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica mediante a formação de pesquisadores, o que diminuiria a necessidade de enviar cientistas e técnicos para aperfeiçoamento no exterior;
- 3) assegurar um treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais de alto padrão para atender às necessidades do desenvolvimento nacional de ponta.

2. Citado por Regina Lúcia Moraes Morel, *Ciência e Estado — a política científica no Brasil*, São Paulo, TAQ, 1979, p. 59.

3. Luiz Antonio Cunha, “A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social”, in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 14, n. 5, 1974.

Vista de uma perspectiva administrativa, a política científica proposta e exercida pelo Estado se resume num conjunto de medidas financeiras e institucionais. Também revela a óptica tecnocrática que a orienta, segundo a qual o desempenho das instituições depende tão-somente de sua organização interna, da qualidade do pessoal e da adequação entre meios e fins.

Há muito se vem apontando para os efeitos perniciosos provocados por essa visão instrumentalista de ciência e de ensino universitário que foi, entretanto, paulatinamente se impondo na realidade cotidiana da prática científica nas universidades. Mormente em cursos profissionalizantes, como o de Comunicações, que são formulados e implantados sob a égide da Reforma Universitária. A despeito da precariedade dos recursos docentes, técnicos, bibliográficos e editoriais, que não é de forma alguma exclusiva dos cursos de Comunicação, o que parece específico desses cursos é uma particular relação ensino-pesquisa acrescida da fraqueza do estatuto teórico da Comunicação como campo novo de conhecimento.

O lugar inexpressivo da área de Metodologia da Pesquisa nos cursos de Graduação é uma realidade tanto no Brasil como no resto da América Latina⁴. Embora se possa pensar na formação do pesquisador como mais apropriada para a PG, temos evidências de que a falta de concepção teórico-curricular que contemple a formação em pesquisa a partir da graduação é altamente prejudicial, quer à qualidade da pesquisa de PG, quer ao próprio ensino de Comunicação.

4. Uma recente pesquisa da FELAFACS sobre a formação dada aos profissionais de Comunicação revela que a área de Metodologia nos currículos da América Latina (constituída por disciplinas como Métodos e Técnicas, Epistemologia, Lógica, Estatística e Matemática Aplicada) aparecia em penúltimo lugar na distribuição da carga didática, ficando acima apenas da área instrumental de línguas estrangeiras e datilografia. Isso num quadro curricular em que 60% das faculdades de Comunicação exigem um projeto ou uma tese de graduação. FELAFACS (Federación Latinoamericana de Asociaciones de Facultades de Comunicación Social), *La formación profesional de comunicadores sociales en América Latina*, Bogotá, 1985. No currículo de Comunicação Social da ECA-USP não existem disciplinas relativas a Lógica ou Epistemologia da Comunicação nem a Metodologia da Pesquisa em Comunicação.

Uma sondagem específica realizada nas faculdades de Comunicação da Grande São Paulo⁵ demonstrou que o ensino, por não atuar interativamente com a investigação dos fenômenos de Comunicação, tende basicamente ao tipo de conhecimento livresco e não a uma concepção de saber como ato produtivo. Acentuando a dimensão da reprodução, os conteúdos do ensino tendem a seguir a reboque da realidade, distanciados das práticas da sociedade e refratários às mudanças que não conseguem absorver. Nesse sentido a sondagem revelou existir uma importante relação causal entre a formação em pesquisa dos docentes e sua atuação como pesquisadores, e entre aquela formação e a abordagem ou enfoque que costumam imprimir aos conteúdos de suas disciplinas.

A fraca e, em alguns casos, até nula formação dos docentes em pesquisa parece ser responsável por um processo de "naturalização" da pesquisa científica nesses cursos, que tende a ser identificada com o simples processo de resolução de problemas: procurar informação, processá-la e tirar conclusões. Talvez estejamos mergulhados nesses equívocos por não termos conseguido distinguir pesquisa científica de pesquisa didática nem conseguido definir o sentido da pesquisa nos cursos de Comunicação. O bacharel profissional de Comunicação parece excluir o bacharel pesquisador, aquele que deveria ser capacitado para exercer a pesquisa não-acadêmica nas empresas de comunicação, nos setores de comunicação das empresas privadas e públicas, nos institutos de pesquisa etc., e conseqüentemente ser preparado para o aprofundamento em pesquisa nos programas de PG.

No que se refere à pesquisa na PG, percebe-se facilmente que a fraca e quase ausente formação em pesquisa na graduação agrava muito a situação. Aqui, também a área de Metodologia

5. "Os aspectos científicos do ensino do jornalismo. Análise comparativa do estudo da pesquisa em quatro cursos de jornalismo da Grande São Paulo" (ECA-USP, Instituto Metodista de Ensino Superior, Cásper Líbero e Faculdades Integradas Alcântara Machado). Essa pesquisa, da qual participamos, foi apresentada à disciplina "Jornalismo no Brasil; Tendências do Ensino e da Pesquisa", PG/ECA-USP, 1º semestre 1984 (mimeo.).

está longe de parecer consolidada. A escassez e a não-diversificação das disciplinas que tratam das questões metodológicas da pesquisa em Comunicação não têm até agora propiciado sua estruturação numa área de pesquisa ou estudo que organizasse programas de investigação e de ensino sistematizados.

Mas a questão de sedimentação de áreas ou subáreas, de linhas e programas de pesquisa, é geral nos cursos de PG de Comunicação. Os critérios de aceitação e de apoio a projetos de pesquisa obedecem normalmente a inclinações e preferências de cada orientador. Não que isso seja um fator negativo. Pelo contrário, é natural e até necessário que no processo de orientação da pesquisa os pesquisadores-docentes exerçam sua especialidade. "Mas em termos de linhas de pesquisa, o que se depreende dessa constatação, no entanto, é a falta de sistemas centralizadores, com base nos quais se ordenem processos de pesquisa cujos objetivos representem um real fortalecimento dos programas do curso"⁶.

A ordenação dos programas de ensino e dos projetos de pesquisa em linhas de pesquisa assentados em sistemas centralizadores ou eixos esbarra em condicionantes teóricos e institucionais que, por serem prévios a esses sistemas centralizadores, devem ser cuidadosamente examinados. Os condicionantes teóricos vêm a ser as concepções de Comunicação a partir de determinados paradigmas científicos, que estão na base de toda a investigação, como se viu no capítulo anterior. Os condicionantes institucionais dizem respeito à obtenção de recursos e financiamentos, o que se dá conforme o projeto de pesquisa esteja em sintonia com prioridades ou linhas de pesquisa predominantes⁷. Essas questões dizem respeito às próprias possibilida-

6. Eduardo Peñuela Cañizal, "Avaliação e perspectivas da área de comunicação". Relatório apresentado ao CNPq, 1982 (mimeo.).

7. De acordo com Antonio Fausto Neto, a fraca autonomia pedagógica e financeira das universidades para dirigir suas políticas de pesquisa é responsável por o setor da PG ser basicamente regulado e controlado por agências que lhe são externas, as quais, muitas vezes, em vez de auxiliá-lo no fomento e na definição da qualidade da pesquisa, funcionam mais como verdadeiros tutores. Mais grave ainda é o fato da inexistência, nas universidades, de recursos próprios para a pesquisa, o que tem levado muitos pesquisadores a deslocarem suas áreas de interesse

des de existência do pluralismo teórico e da prioridade de critérios de mérito e excelência da pesquisa. Não se trata de negar a presença de mecanismos de distribuição de poder e recursos, mas antes de objetar que sejam critérios eminentemente científicos que os orientam⁸.

O que se tem na maioria das vezes é o poder e a condução de linhas de pesquisa concentradas em pessoas que funcionam como difusores das orientações dominantes, e isso se reproduz em projetos de pesquisa sobre os mais variados temas de Comunicação. Por mais diversificados que sejam os objetos e por mais variados que sejam os cursos de PG em Comunicação, sua unificação nas orientações predominantes não escapa a uma análise mais atenta.

O estabelecimento deste modo de produção conta com um sistema de realimentação e ajuste interno bastante eficiente. Podemos mencionar algumas conseqüências imediatas disso. Uma primeira seria a tendência à neutralização de questões cruciais como a responsabilidade do pesquisador e o compromisso social da pesquisa pelo exercício acadêmico da pesquisa apenas para fins de titulação. Outra seria a baixa probabilidade de se desenvolver projetos de pesquisa que se vinculem com processos de transformação social. A mencionada concepção, digamos, tecnicista, de ciência, parece ser a principal responsável nos cursos de PG em Comunicação pela predominância de pesquisas descritivas e práticas voltadas principalmente para questões de

para aquelas privilegiadas pelos organismos financeiros. "As condições de trabalho dos pesquisadores da comunicação nas universidades", texto apresentado no *I Encontro ibero-americano de pesquisadores da comunicação*, IX Congresso INTERCOM, São Paulo, 1986 (mimeo.).

8. Isso não significa desconhecer as tentativas de montagem de sistemas objetivos de avaliação para os cerca de mil cursos de PG existentes hoje no Brasil. Entretanto, não há como desenraizar ideológica ou politicamente o avaliador de sua comunidade científica, nem deixar de apontar as limitações das avaliações quantitativas. Para um detalhamento dos problemas envolvidos nos sistemas de avaliação da produção científica no Brasil desenvolvidos pelos órgãos de financiamento CAPES, CNPq, FAPESP e FINEP, ver Simon Schwartzman e Cláudio de Moura Castro (orgs.), *Pesquisa universitária em questão*, Campinas, UNICAMP/Ícone/CNPq, 1986, principalmente os capítulos "A questão da qualidade" e "As avaliações da CAPES".

habilitação, capacitação e técnica profissional. Esta modalidade de pesquisa aplicada guarda muita distância das pesquisas aplicadas de intervenção social. Por outro lado, as pesquisas teóricas destinadas a desenvolver hipóteses básicas sobre fenômenos da Comunicação tendem a ser raras e os projetos de pesquisa empírica dificilmente dão lugar a um processo de construção cumulativa de teorias adequadas à realidade da comunicação do país.

Até onde podemos enxergar, a política de pesquisa implantada pela Reforma Universitária de 69 resultou em estruturas institucionais onde os mecanismos de realimentação têm sido superiores e têm se imposto aos mecanismos de autocorreção. As reformulações que se seguem ao fim do ciclo militar, tanto no quadro curricular dos cursos de Comunicação Social (Parecer CFE n. 480/83), em vigor desde 85, quanto no nível da PG (processos de avaliação, linhas de pesquisa, modalidades de teses etc.), ainda sofrem os efeitos de sua novidade e necessitam de tempo para produzir resultados mais definidos.

Após este resumo das condições institucionais que regem a pesquisa acadêmica em Comunicação, podemos entender de forma mais concreta o trajeto e a inserção da Metodologia como disciplina e como prática de pesquisa na PG da ECA-USP.

2. Pós-graduação e pesquisa em Comunicação Social

O curso de PG em Ciências da Comunicação da ECA-USP começou a funcionar no grau de mestrado em 1972 e de doutorado em 1980⁹. Ele foi montado com a finalidade de atender à formação de docentes, pesquisadores e estrategistas no planeja-

9. São cinco os cursos de PG em Comunicação atualmente existentes no país:

Instituição	ÁREA	Mestrado	Doutorado
UFRJ	Comunicação	1972	1983
USP	Ciências da Comunicação	1972	1980
PUC/SP	Comunicação e Semiótica*	1970	1978
IMS	Comunicação Social	1978	—
UnB	Comunicação	1974	—

* Tido como de Teoria Literária e Literatura, só a partir de 1980 é arrolado como curso de Comunicação pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC).

mento de Comunicação¹⁰. Embora hoje a clientela seja bastante heterogênea, no começo a maior demanda vinha de docentes universitários obrigados a obter títulos para progressão na carreira.

Uma das características do curso, que vem se mantendo ao longo do tempo, é a diversidade tanto dos assuntos investigados como de seu tratamento teórico-metodológico. Acrescente-se a isso o reconhecimento de pesquisas também na área de Ciências da Comunicação (porque são afetas principalmente à de Artes), elaboradas a partir de metalinguagens não-verbais, que são as teses em forma de vídeos, filmes, peças, quadros etc., distintas das habituais, que usam a linguagem escrita¹¹. A tendência que se constata a partir dessa diversidade temática, teórica e metodológica é a de os pesquisadores-discentes procurarem um conjunto de disciplinas, sejam elas da área de concentração ou da área complementar, em função do tema de seus projetos. Entretanto, como a concordância entre os temas de pesquisa e os temas das disciplinas oferecidas não tem sido exatamente a regra de funcionamento da PG, a expectativa é de que a organização das linhas de pesquisa venha a alterar esse quadro. Em 1986 foram propostas 35 linhas de pesquisa na área de Comunicação na PG da ECA¹².

Quanto ao conteúdo das teses, entre 1975, época das primeiras defesas, e 1986, as tendências têm sido a grande variedade de temas, o interesse progressivo por aspectos do ensino de

10. Eduardo Peñuela Cañizal, "Diversidade e interdisciplinaridade", in J. Marques de Melo (org.), *Pesquisa em comunicação no Brasil. Tendências e perspectivas*, São Paulo, Cortez, 1983.

11. A permanência dessa diversidade ao longo da existência da PG vem reiterar esse traço como distintivo do campo da Comunicação, ou seja, que a definição de sua identidade científica deve necessariamente equacionar-se dentro dessa diversidade que é constitutiva de seu próprio objeto. A diversidade em si não é um traço negativo; ao contrário, ele deve ser reconhecido, perseverado e mesmo estimulado. O problema passa a residir na necessidade de trabalhar essa diversidade cientificamente, isto é, a necessidade de trabalhar o objeto em seu nível epistemológico, teórico e metodológico, que é a única forma que justifica a existência de qualquer novo campo da Ciência.

12. As trinta e cinco linhas de pesquisa propostas pelos cinco departamentos que formam a área de Comunicação da ECA estão assim distribuídas:

— CBD (Departamento de Biblioteconomia e Documentação) com três linhas;

Comunicação e a preocupação atual por temas menos abrangentes. Nesse período foram defendidas 152 teses, sendo 130 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado¹³.

Essas características gerais da PG da ECA interessam-nos enquanto componentes do contexto institucional em que se realizam as teses em Comunicação. Por isso recuperaremos a trajetória e a inserção da Metodologia como objeto de ensino e como prática de pesquisa por meio de documentos da PG da ECA que se referem a: 1) disciplinas; 2) linhas de pesquisa; 3) projetos em andamento; 4) avaliação da CAPES¹⁴.

No tocante às *disciplinas*, durante o período de 1972 a 1986 foram ministradas 32 disciplinas de Metodologia, o que dá a média baixa de uma disciplina por semestre¹⁵. O fato de 47% delas terem sido ministradas nos últimos cinco anos desse período

- CTR (Departamento de Cinema, Rádio e Televisão) com cinco linhas;
- CRP (Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo) com oito linhas;
- CCA (Departamento de Comunicações e Artes) com onze linhas;
- CJC (Departamento de Jornalismo e Editoração) com oito linhas.

A experiência foi implantada em 1987, e necessita de tempo para que se façam reformulações e ajustes e se possa avaliar convenientemente as mudanças que pós em marcha.

13. Virgílio Noya Pinto, "Análise da pós-graduação na Escola de Comunicações e Artes da USP". Texto apresentado no Simpósio "A pesquisa brasileira da comunicação nos anos 80", promovido pela INTERCOM, dentro do tema "Pesquisa da comunicação na universidade brasileira: balanço dos anos 80 nos cursos de pós-graduação", Embu (São Paulo), dezembro de 1987 (mimeo.).

14. Os documentos da PG da ECA a que tivemos irrestrito acesso são de fundamental importância para recompor os parâmetros institucionais que têm norteado a pesquisa de Comunicação naquele que é tido como o mais qualificado curso de PG do país. Não é preciso chamar a atenção para a importância que teria uma investigação sobre a PG da ECA. Só para levantar algumas questões: quem são os pesquisadores, o quê, por que e para que pesquisam, quais as linhas de pesquisa predominantes, qual o papel dos projetos na renovação e na qualidade da pesquisa e do ensino de Comunicação no país etc.

15. As trinta e duas disciplinas de Metodologia foram assim distribuídas:

72	73	74	75	76	77	78	79
—	—	—	—	—	—	—	—
1° 1	1° 0	1° 1	1° 1	1° 1	1° 1	1° 2	1° 0
2° 0	2° 0	2° 0	2° 2	2° 1	2° 0	2° 1	2° 1

do (de 1982 a 1986) eleva a média para 1,5 disciplina por semestre, o que pode ser uma tendência positiva de aumento dessas disciplinas na PG. Outra característica encontrada é sua concentração em praticamente dois departamentos¹⁶. Essa concentração, além de indicar a necessidade de os demais departamentos da ECA voltarem-se para a oferta de disciplinas de Metodologia, mostra também a necessidade de organização de uma área ou uma linha de pesquisa em Metodologia, o que parece não ser tarefa para um ou dois departamentos. Antes, deve ter um caráter interdisciplinar e interdepartamental, longe da realidade atual, em que 81% das disciplinas oferecidas em 15 anos foram ministradas por apenas dois docentes.

Quanto ao conteúdo das disciplinas, o traço mais marcante e comum a 94% delas é o caráter operacional, isto é, voltado para os procedimentos técnicos da pesquisa, e o forte caráter normativo que marca as questões metodológicas. É possível que o exíguo espaço ocupado pela Metodologia, ou seja, a falta de uma maior oferta de disciplinas, tenha, por um lado, obrigado a essa concentração temática e, por outro, ido de encontro a outra deficiência, a falta de formação dos discentes em pesquisa, o que os levaria à demanda por disciplinas que lhes solucionasse "rapidamente" o problema de como elaborar e executar seus projetos de pesquisa¹⁷.

80	81	82	83	84	85	86
—	—	—	—	—	—	—
1° 1	1° 2	1° 2	1° 2	1° 2	1° 2	1° 2
2° 1	2° 1	2° 2	2° 0	2° 0	2° 0	2° 3

16. A distribuição das disciplinas por departamento até 1986 era a seguinte: o CRP com 47%, o CTR com 44% e o CCA com 9%.

17. Dizemos "rapidamente" porque no conjunto de créditos de disciplinas que o aluno é obrigado a cumprir, dificilmente ele cursa (quando cursa) mais do que uma disciplina de Metodologia. E é inconcebível que se espere obter uma formação minimamente profissional em pesquisa num curso de doze semanas. Um programa interdisciplinar estruturado com base numa área ou linha de pesquisa em "Metodologia em Comunicação" poderia modificar esse estado de coisas. A ênfase nos procedimentos técnicos poderia ser abrandada, uma vez que os alunos deixariam de procurar na Metodologia um "receituário" para seus projetos. Talvez dessa forma se conseguisse reformular a concepção limitada de pesquisa científica que trazem para a PG.

A tendência verificada no conteúdo das disciplinas é sua concentração quase exclusiva no modelo quantitativo de pesquisa empírica. Teremos oportunidade de examinar essa questão, que é básica para a concepção de pesquisa que adotamos. É oportuno dizer que não são os métodos quantitativos que são criticados, uma vez que eles têm amplo uso na pesquisa social, mas o exclusivismo que tomam dentro do conjunto de disciplinas de Metodologia na PG da ECA. Se no conjunto da PG já se notara uma não-concordância entre os temas das disciplinas oferecidas e os temas dos projetos, ela se repete aqui entre a tendência ao exame de um único modelo metodológico nas disciplinas e a diversidade de metodologias requeridas pelos projetos de pesquisa em andamento. É o que logo se verá.

Uma terceira tendência, complementar às duas anteriores, marca a insuficiência do trato teórico e epistemológico da Pesquisa em Comunicação. O espaço por ele ocupado são normalmente os tópicos introdutórios dos programas através de sua formalização no plano do Método Científico em geral. Apenas uma disciplina tratou do desenvolvimento da pesquisa em Comunicação, mas numa abordagem que é mais histórica que teórica. Ao contrário de vários cursos de PG na América Latina, não existem na PG da ECA disciplinas que versem sobre a teoria e a epistemologia da pesquisa em Comunicação.

As tendências observadas evidenciam que há muito o que diversificar no conteúdo das disciplinas de Metodologia no que se refere tanto a problemáticas metodológicas básicas, como a específicas, que poderiam ser tratadas mediante cursos monotemáticos sobre metodologias especiais em Comunicação, como por exemplo as pesquisas de recepção, de conteúdo, documental, participante, o estudo de caso, de comunidade etc.

A bibliografia das disciplinas é essencialmente constituída por textos de metodologias das Ciências Sociais. Sabemos da precariedade que marca a publicação de textos voltados para as metodologias no campo da Comunicação, até mesmo no âmbito internacional. Esses textos são raríssimos, e o que normalmente se encontra são referências ocasionais às problemáticas meto-

dológicas em Comunicação, na forma de tópicos (às vezes nem isso), em textos que não são de Metodologia. É o caso de livros que são resultado de alguma pesquisa, em que o autor se refere brevemente aos métodos e técnicas utilizados. A importância é dirigida propriamente ao conteúdo do tema, e não à explicitação dos princípios de organização desse conteúdo. Também existem coletâneas sobre a pesquisa em Comunicação que apresentam artigos do tipo "balanço de área" e abordam questões teórico-metodológicas da pesquisa. Aqui aparece novamente o dualismo teoria-metodologia, em que só o primeiro termo acaba sendo examinado. E ainda existem textos cuja rubrica é "pesquisa em Comunicação", que tratam mais de tendências da pesquisa do que de metodologia da pesquisa. Se assim percebemos a deficiência bibliográfica em Metodologia na pesquisa em Comunicação é porque partimos da concepção de metodologia como uma instância autônoma e interna à pesquisa que comporta uma disciplina (ou reflexão) específica sobre essa instância. Essa concepção será abordada no Capítulo IV. Finalizando essas observações sobre a precariedade bibliográfica de metodologia em Comunicação, parece que só com o avanço das pesquisas é que a necessidade de refletir sobre a ciência que se está fazendo pode se viabilizar como discurso autônomo¹⁸.

A bibliografia adotada nas disciplinas é constituída, em ordem decrescente, por manuais de Metodologia, manuais de redação de tese, textos de filosofia da Ciência, livros sobre aspec-

18. É uma prática tradicional na Ciência que o relatório final da pesquisa contenha esclarecimento dos procedimentos metodológicos empregados, além dos resultados alcançados. Só agora, após 15 anos de existência da PG em Comunicação, é que começam a surgir trabalhos de reflexão sobre as experiências concretas de pesquisa já realizadas. Acreditamos que teses ou textos específicos sobre a pesquisa e simpósios sobre Metodologia deverão se tornar mais frequentes. Uma das teses que se aproximam dessa abordagem é a de Walmir A. Barbosa, *A questão agrária e a comunicação rural no Brasil*, São Paulo, ECA/USP, 1986 (mimeo.). Quanto aos simpósios, citamos o realizado pelo Curso de Comunicação da UFBA em 1987 e os promovidos pela INTERCOM, com "papers" sobre métodos específicos, como o histórico, o etnográfico, a análise qualitativa de conteúdo, a pesquisa-ação em pesquisas de Comunicação etc.

tos teóricos da pesquisa e de temas específicos como hipóteses, estatística, variáveis etc. A maioria dos autores é norte-americana, e os nacionais somam 29% do total.

Dentro das *linhas de pesquisa*¹⁹ atualmente em vigor na ECA, a Metodologia integra duas: "Metodologia da Pesquisa em Comunicações e Artes" e "Análise Documental"²⁰. As razões dessa escassez podem ser muitas, indo desde a diversidade de critérios que parece ter orientado a definição das linhas de pesquisa, até o forte caráter departamental delas, o que dificulta, pelo menos neste momento, a constituição de programas interdisciplinares de pesquisa em Metodologia²¹.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que atualmente é preciso dirigir as disciplinas de Metodologia oferecidas na PG a uma maior adequação e coerência em relação às linhas de pesquisa.

19. No Documento da PG de 2/6/1986, intitulado "Conceitos básicos para a estruturação da PG da ECA", a definição de linhas de pesquisa é a seguinte: "São temas aglutinadores de estudos dentro de uma área de pesquisa de onde se originam programas (de pesquisa) e projetos (de pesquisa)".

20. A primeira é do CCA e a segunda, do CBD.

21. Uma tentativa de organização interdepartamental da área de Metodologia na PG da ECA deveria ser algo em torno do exemplo que se segue:

Área:

Metodologia da Pesquisa em Comunicação.

Linhas de Pesquisa:

Pesquisa de Jornalismo Impresso, de Opinião Pública, de Rádio, de Ideologia, de Publicidade, de Comunicação de Massa, Documental, de Marketing, de Turismo etc.

Programas de Pesquisa:

Metodologias quantitativas de pesquisa, Metodologias qualitativas de pesquisa, Metodologias de análise de conteúdo, Metodologias de reconstrução histórica etc.

Nessa organização, as linhas de pesquisa são dos departamentos e, a rigor, cada uma deveria corresponder às grandes linhas de pesquisa de cada departamento. Por exemplo, na linha de pesquisa do CJE, "Jornalismo Impresso", caberia a linha de "Pesquisa de Jornalismo Impresso". Os Programas de Pesquisa são interdepartamentais e acolheriam conjuntos de projetos (jornalismo impresso, opinião pública, comunicação de massa etc.) que seriam reunidos em função de uma mesma metodologia, integrando o programa de "Metodologias quantitativas de pesquisa", por exemplo.

Evidentemente que para tal proposta ser implantada depende de fatores que extrapolem o plano das intenções e deste livro, mas através dela fica consignada a necessidade urgente de se organizar a área de Metodologia na PG da ECA.

No momento sente-se a falta de coordenação entre elas e há disciplinas que são intercambiáveis. Em segundo lugar, deve-se considerar que as questões metodológicas podem ser aces-soriamente abordadas nas disciplinas ou nas linhas de pesquisa existentes. No entanto, isso seria manter a reflexão meto-dológica num segundo plano, ou, o que seria pior, não se dar conta nem das temáticas teóricas nem de suas metodologias. Em consequência, reafirma-se a necessidade de introduzir linhas de pesquisas autônomas e sistemáticas em metodologias especiais a fim de darem conta das linhas temáticas propostas na PG em Comunicação.

A terceira fonte de documentos são os *projetos de pesquisa em andamento*.

De acordo com o cadastramento realizado, em 1986 havia 206 projetos em Comunicação²². As maiores concentrações temáticas são:

estudos de ideologia	16%
estudos de meios	15%
estudos de organizações	11%
estudos históricos	10%
estudos de profissão	6%
estudos de recepção	5%
estudos de ensino	5%
estudos de consumo	5%
estudos metodológicos	2%
estudos teóricos	1%

22. Em 1986, a PG realizou um cadastramento das pesquisas em andamento em que se pedia as seguintes informações sobre o projeto: título, resumo, linha de pesquisa, área de conhecimento (Comunicação, Artes e Ciências da Informação), área de conexão (Ciências Sociais, Literatura, Direito etc.), departamento, orientador e data prevista para apresentação da pesquisa. As tabulações que fizemos referem-se aos projetos de pesquisa registrados na área de Comunicação. Os dados sobre as metodologias em uso decorreram de inferências que fizemos através do cruzamento de informações constantes do título, resumo e área de conexão. O item "linha de pesquisa" ficou prejudicado por falta de consenso quanto ao seu entendimento. Mesmo que haja possibilidade de alguns alunos não terem registrado seu projeto, os dados podem ser considerados bastante representativos das tendências que apontamos.

Explicitaremos apenas as quatro primeiras.

Os estudos de ideologia recaem sobre as mensagens dos meios, e o método mais apontado é o da análise de conteúdo. Os estudos dos meios são os que abordam aspectos da produção e mensagens nos veículos, com ênfase nos estudos monográficos e de caso (um jornal, uma editora, o documentário etc.). Os estudos de organização enfocam o fluxo de comunicação dentro das empresas e das empresas com o público/mercado; o método predominante é o estudo de caso (liderança, planejamento e coordenação de informações). Os estudos históricos se referem à reconstrução histórica (de jornais, personagens, ciclos cinematográficos), e o método é o documental.

De modo geral, o caráter das pesquisas é acentuadamente prático e aplicado a determinados objetos de estudo, que são os meios, as empresas, o mercado e a profissão. O caráter social e crítico dos projetos é minoritário e situa-se em outros objetos como o de ideologia, históricos e de recepção. Observa-se finalmente que tanto a pesquisa teórica (1% do total) como os projetos sobre Metodologia (2% do total) são muito raros. Destaque-mos os temas destes últimos: organização de um tesouro, metodologia da pesquisa empírica em Comunicação, metodologia em Sociologia da Comunicação e da Arte e metodologia das pesquisas de mercado e opinião.

Desse quadro ressalta a grande variedade temática e metodológica que por si mereceria um exame mais detalhado. Para nossos objetivos interessa reter a escassez de projetos sobre metodologia. Há também a necessidade de ampliar o número de disciplinas de Metodologia e, principalmente, de torná-las mais adequadas e coerentes à variedade metodológica das pesquisas em andamento.

Vista de outro ângulo, a relação entre ensino de Metodologia e prática metodológica da pesquisa indica que ao longo do tempo o aumento quantitativo e temático dos projetos de pesquisa não foi acompanhado por um aumento proporcional das disciplinas de Metodologia nem pela especialização delas. A média das dis-

sertações de mestrado dobrou na década de 1980, passando de 8 por ano entre 1975 e 1980, para 16,8 entre 1981 e 1986²³.

O documento de *avaliação da CAPES* sobre o Curso de PG em Comunicação contém informações que confirmam os dados expostos²⁴. São informações de caráter estrutural e genérico sobre a PG da ECA e pelos quais: a) qualificam-se positivamente as tendências das linhas de pesquisa, mas aponta-se para a necessidade de definir critérios orientadores. Também o quadro curricular exige maior estruturação entre as disciplinas; b) enfatiza-se que a diferenciação entre os cursos define o padrão de identidade da área de Comunicação, que deve ser não só respeitada como também estimulada; c) nota-se que a produção discente é baixa (só no mestrado) em relação ao tempo de funcionamento do curso de PG da ECA. Se, em parte, essa baixa produção é remetida ao excessivo prazo de titulação (8 anos), ela também parece estar relacionada com dificuldades que cercam a formação do aluno em pesquisa, que também se refletiria num excessivo tempo para a realização de seu projeto de pesquisa. Entre essas dificuldades, detivemo-nos nas deficiências relativas à área de Metodologia da Pesquisa. A breve leitura de alguns documentos da PG da ECA indica que o estudo da área de Metodologia em Comunicação apresenta as seguintes tendências:

1) O aumento progressivo dos projetos de pesquisa não parece encontrar ressonância no que chamaríamos de *pedagogia da pesquisa*. Isso foi revelado tanto pelo número inexpressivo de disciplinas quanto por sua concentração na abordagem quantitativa.

2) O fraco apoio pedagógico em Metodologia não decorre apenas da falta de disciplinas, mas também do insuficiente aprofundamento em metodologias especializadas. O eixo de uma pedagogia da pesquisa na PG da ECA inexistente. Dele deveria

23. Virgílio Noya Pinto, "Análise da Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da USP", loc. cit.

24. Documento "Avaliação dos programas de pós-graduação na área de comunicação elaborada pela CAPES. Período de referência: 1984/85". Nessa avaliação, conceitos máximos foram dados aos cursos da ECA e da PUC/SP tanto no nível de mestrado como no de doutorado.

proceder um programa em Metodologia da Pesquisa que contemple o estudo e a investigação acerca de fundamentos epistemológicos da Comunicação e dos diversos modelos metodológicos capazes de orientar projetos que, além do uso de abordagens quantitativas, se voltam para enfoques qualitativos, para modalidades de pesquisa que combinam os enfoques, para pesquisas de caráter participante etc. Desse ponto de vista, a carga e o conteúdo das disciplinas de Metodologia está longe de abrigar uma pedagogia da pesquisa em Comunicação.

3) Os obstáculos apontados não são insuperáveis, e o processo de reestruturação em andamento na PG deve alterar positivamente a condição da Metodologia nesse curso. Referimo-nos principalmente à expectativa que cerca a implantação das linhas de pesquisa que deve ordenar as disciplinas e as pesquisas. A definição de uma área ou linha de pesquisa de Metodologia em Comunicação propiciará o desenvolvimento sistemático de reflexão do campo da Comunicação sobre si mesmo, o que significa igualmente um avanço para a estruturação teórico-metodológica de seu objeto, no sentido de uma concepção mais consciente do que é a Comunicação no Brasil. Portanto, acreditamos que o estabelecimento das linhas de pesquisa é fundamental para ir ao encontro desses objetivos, mas não devemos nos iludir com sua simples presença. O processo de definição das linhas de pesquisa é determinado em última análise pela compreensão teórica da Comunicação assumida ou ignorada pela instituição e resulta fundamentalmente das decisões tomadas pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

CAPÍTULO IV

PROBLEMÁTICAS METODOLÓGICAS NA PRÁTICA DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

No capítulo anterior, foi realizada uma primeira aproximação do nosso objeto de estudo ao tratarmos das condições gerais que regem a produção científica em Comunicação. Devemos agora aprofundar a reflexão sobre as características do discurso científico em Comunicação, uma vez que pouco se ganha se não pudermos perceber com maior clareza os problemas particulares ou internos que dizem respeito à produção do conhecimento nesse campo das Ciências Sociais, em especial aos problemas metodológicos. Esses problemas assomam com particular intensidade nos primórdios de uma ciência, quando são grandes os esforços para seu reconhecimento científico, e nos períodos de crise de paradigmas e teorias, quando é necessário enfrentar limitações e obstáculos de várias ordens no fazer científico de uma disciplina. No campo da Comunicação hoje, no Brasil e na América Latina, concentram-se ambas as situações, a da imaturidade de seu corpo teórico e a da crise de suas heranças científicas. A abordagem crítica das metodologias em uso ainda é rara e feita de forma assistemática e não-cumulativa.

Entendida amplamente como teorização do processo de produção de conhecimento e como "investigação da investigação", a Metodologia, em uma ciência, constitui o espaço por excelência

da reflexão de um campo de conhecimento sobre si mesmo, enquanto prática teórica.

A concepção de Metodologia que adotamos neste trabalho será detalhada adiante. Apenas antecipamos aqui que ela integra uma forte tendência nos atuais estudos de Filosofia da Ciência, vinculados à epistemologia histórica inaugurada por Gaston Bachelard. De fato, esse autor foi o primeiro a reconhecer que a *historicidade* é essencial ao objeto da Filosofia da Ciência. Concebeu este objeto — o sistema articulado das práticas científicas — como um conjunto de relações historicamente determinadas, de produção de conceitos, e estabeleceu como regra, em epistemologia, respeitar-se o trabalho dos cientistas. Tal concepção levou a uma mudança profunda no domínio da epistemologia com a simples proposição de que qualquer ciência particular produz, a cada passo de sua história, suas próprias normas de verdade e, portanto, os princípios de cientificidade operam internamente à prática científica. Invalidou, por conseguinte, a categoria universal e absoluta de Verdade em nome da prática efetiva das ciências¹.

Entre nós, as Ciências Sociais e Humanas pouco têm refletido sobre o processo interno de produção de seus discursos científicos, levando geralmente os problemas para o nível das discussões lógicas e abstratas do Método científico em geral. Esta situação é sentida com particular intensidade no campo da Co-

1. Fizemos leituras interessadas nesta linha de Epistemologia, pois nela encontramos inúmeros elementos que servem de suporte epistemológico para o modelo metodológico que estamos propondo. São leituras que enfatizam o caráter não-dogmático da epistemologia histórica e procedem de: 1) textos que acentuam a importância dos princípios da construção do objeto das Ciências Sociais (a vigilância e os obstáculos epistemológicos nessas ciências), como: Pierre Bourdieu et alii, *El oficio de sociólogo*, México, Siglo XXI, 1975, e de Paul De Bruyne et alii, *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977; 2) textos que realizam uma leitura materialista da epistemologia bachelardiana acentuando a concordância em torno do valor da prática efetiva das ciências, e a identificação do obstáculo epistemológico que é o funcionamento das ideologias no interior das Ciências Sociais. É o caso dos textos de Dominique Lecourt, *Pour une critique de l'épistémologie*, Paris, Maspéro, 1972, e de Manuel Castells e Emilio Ipola, *Prática epistemológica e Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1982.

municação Social, onde inexiste a reflexão desse campo de conhecimento sobre si mesmo².

As características das condições concretas de produção de uma ciência são dadas, em última análise, por seus paradigmas científicos, que fornecem como que um "reservatório disponível" das possibilidades teóricas, metodológicas e técnicas num dado momento do desenvolvimento da disciplina em uma situação social determinada. É nesse reservatório que se realizam as operações de construção da linguagem científica que estão assentadas sobre um sistema de decisões por parte do investigador. São decisões que dizem respeito à utilização de modelos interpretativos de análise, à seleção e operacionalização de conceitos, à formação de hipóteses, ao uso de determinadas técnicas de coleta de dados etc.

O modelo metodológico que vamos propor, ao invés de ter por base um discurso sobre o Método em geral, assenta-se nas condições concretas da prática científica em Comunicação.

2. A prova mais cabal dessa afirmação é dada pela quase ausência de textos sobre as metodologias que efetivamente se usam nas pesquisas em Comunicação no país. Duas observações a respeito são necessárias. A primeira é o nível de discussão que rege os textos do tipo "balanço da área" ou do "estado de pesquisa". Os problemas aí discutidos pertencem propriamente ao "pólo teórico" do processo de pesquisa e são abordados principalmente segundo os princípios da Sociologia do Conhecimento. São feitas normalmente explanações, que são sem dúvida necessárias e importantes, sobre as "tendências", as "influências", as "limitações dos paradigmas e teorias", as "problemáticas" etc. Textos de Metodologia que abordem questões da dinâmica interna da pesquisa são realmente raros e estas acabam sendo remetidas em geral aos manuais sobre "Metodologia da Investigação em Ciências Sociais". Estas, além de procederem à redução da noção de Metodologia aos procedimentos técnicos e operatórios da pesquisa empírica, ainda são em sua maioria de origem norte-americana, onde determinada concepção de método (positivista) aparece como o discurso sobre o Método Científico, parâmetro universal de cientificidade do discurso das Ciências Sociais. É no mínimo estranho esse tratamento desigual conferido pelos livros de Metodologia ao pólo "teórico" e "metodológico", como se a determinada problemática teórica não correspondesse determinada problemática metodológica, dado que esta acaba sendo deslocada para o âmbito formal e abstrato do Método Científico. Mais ainda, trata-se do prejuízo acarretado por não se considerar que dada metodologia é sempre a materialização de dada teoria. Isso explica as referências obrigatórias quase sempre aos mesmos textos que acabam funcionando como verdadeiros "paradigmas metodológicos" para resolver as "questões de método" dentro do processo de investigação.

São dois os *princípios básicos* que regem a construção desse modelo metodológico:

- 1) a reflexão metodológica não se faz de modo abstrato porque o saber de uma disciplina não é destacável de sua implementação na investigação. Comte já afirmava que *o método não é suscetível de ser estudado separadamente das investigações em que é empregado*, o que implica negarmo-nos a dissociar o método da prática de sua aplicação, bem como deslocar o discurso sobre o método particular de determinada disciplina a um discurso sobre o Método. Este último, por se situar num elevado nível de abstração e formalização, será acionado apenas no que possa ser pertinente à discussão dos métodos particulares aplicados em Comunicação³.
- 2) A reflexão metodológica não só é importante como necessária para criar uma *atitude consciente e crítica* por parte do investigador quanto às operações científicas que realiza na investigação e quanto ao questionamento constante a que deve submeter os métodos ante as exigências que lhe impõe a realidade. Do estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos poder-se-á lograr um bom sistema de hábitos intelectuais, que, sem dúvida, é o objetivo essencial da Metodologia.

Por isso, fazemos nossas as palavras de J. Medina Echeverria de que “as questões metodológicas só são infecundas se absorvem toda a atenção do cientista, paralisando-o, desse modo, e substituindo-se à investigação concreta, mas, de outra forma, não só são úteis senão indispensáveis, pois traduzem a reflexão de uma ciência sobre si própria, a qual aclara seu campo de

3. Podemos dizer que as Ciências Sociais devem lidar com uma ambigüidade necessária a toda a ciência: sua metodologia necessita apresentar os requisitos próprios de qualquer ciência. Recai, por um lado, sobre uma metodologia geral como sintaxe e semântica da linguagem científica e, por outro, precisa especificar sua metodologia própria atendendo à natureza dos fenômenos sociais (seu objeto de estudo) e da investigação social (seu instrumento de estudo).

ação, seus procedimentos, o valor de seus resultados e o âmbito de suas possibilidades”⁴.

É nessa conjunção das noções de *prática* e de *hábito* intelectuais que se insere a presente investigação sobre metodologia da pesquisa em Comunicação.

Em seguida, vamos empreender uma discussão de cunho metateórico sobre o processo de pesquisa social visando à fundamentação de um modelo metodológico da pesquisa empírica em Comunicação.

1. A dupla concepção de metodologia

Ocorre com a palavra “metodologia” o mesmo que ocorre com as palavras “comunicação”, “história”, “economia” e outras, que são empregadas tanto para indicar uma disciplina ou estudo quanto o seu objeto. Temos aí uma ambigüidade no sentido da palavra que acarreta certas imprecisões e equívocos. A fim de evitar tal confusão, empregaremos os termos Metodologia *da* pesquisa para indicar a investigação ou teorização da prática da pesquisa científica e Metodologia *na* pesquisa para indicar o trabalho com os métodos empregados.

A Metodologia é, portanto, uma investigação específica e constitui-se numa metateoria ou metaciência, de acordo com a definição de Kaplan: “Emprego a palavra para indicar o estudo — descrição, explicação e justificação — dos métodos e não os próprios métodos”⁵. Os conceitos de Metodologia e de método possuem estatutos diferenciados dentro da Ciência. A Metodologia situa-se no plano do paradigma, que nas Ciências Sociais fornece tanto modelos teóricos (determinada concepção do social), como modelos metodológicos (determinada concepção de investigação do social). Um paradigma é sempre uma perspectiva teórico-metodológica, e uma problemática teórica traz sempre acoplada uma problemáti-

4. Apud Florestan Fernandes, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, São Paulo, Nacional, 1967, p. 15.

5. Abraham Kaplan, *A conduta na pesquisa*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975, p. 21.

ca metodológica, que são as estratégias usadas para a própria construção/investigação de um objeto de conhecimento.

A Metodologia na pesquisa se situa no plano da prática e indica os métodos efetivamente usados numa pesquisa. Aqui, método é entendido como um conjunto de decisões e opções particulares que são feitas ao longo de um processo de investigação. Os métodos constituem uma das instâncias da prática metodológica.

A fim de esclarecer nossa concepção de Metodologia é preciso primeiramente situar seu lugar no campo da pesquisa científica.

O *campo de pesquisa* é o lugar da prática e da elaboração dos objetos do conhecimento científico, de sua construção sistemática e da fundamentação empírica dos fatos com que lida. É o lugar efetivo do trabalho dos pesquisadores, dinâmico e dialético, no qual se elabora uma prática científica. A Metodologia da pesquisa, que é uma “praxiológica” dessa produção científica, tem por objetivo esclarecer a unidade subjacente a uma multiplicidade de procedimentos científicos. Nas palavras de Peirce, a Metodologia auxilia a desobstruir as vias de investigação dos obstáculos que esta encontra.

Por isso, é essencial situar primeiramente toda pesquisa num campo epistêmico, isto é, visar a uma prática de tipo científico fundada numa posição “descentrada” (Piaget).

No caso das Ciências Sociais, vimos que é a complexidade de seu objeto de estudo que instaura a diversidade de paradigmas científicos. Estes constituem para a Metodologia os *pressupostos* verdadeiros da pesquisa e implicam a tomada de decisões. A consideração dessas decisões apenas como questão de “neutralidade axiológica” (cf. Weber) não deve impedir o tratamento da espinhosa questão da objetividade científica, ou seja, da constituição interna da racionalidade científica. Em outros termos, devido à ênfase dada à questão das valorizações e normas externas, adia-se, constantemente, o confronto metodológico e, como consequência, a própria retenção desses valores e normas, base das decisões, na textura interna do discurso.

As condições que instauram as construções científicas ocorrem não apenas entre valores e através de valores, mas também

no plano racional da ordenação do universo instaurado pela atividade científica e, igualmente, não se apresentam como imediatamente apreendidas pela consciência do investigador; as decisões operam através de progressiva “descentração” psicológica e social, como objetividade jamais alcançada, porém nem por isso menos pretendida, em sucessivas aproximações à racionalidade ativa que se pretende em qualquer atividade científica (a ação polêmica da razão, segundo Bachelard). A objetividade é entendida como limite ao qual se tende e a que nunca se chega terminantemente. Essa posição “descentrada” é indispensável à *autonomia relativa da pesquisa*, isto é, à sua exigência interna de desenvolvimento e de autocontrole, impedindo que ela se converta em mera caixa de ressonância de normas externas e, portanto, em discurso totalmente ideológico⁶.

O postulado de autonomia relativa da pesquisa funda então a pertinência da Metodologia como domínio de reflexão sobre os processos e procedimentos desenvolvidos no interior da investigação. Isso faz com que, do ponto de vista metodológico, o campo de pesquisa seja concebido como a articulação dinâmica de diferentes *instâncias* e de diferentes *fases* que determinam um espaço no qual a pesquisa é apanhada num campo de forças, submetida a determinados fluxos, a determinadas exigências internas⁷.

Como campo dinâmico, a pesquisa se configura como estrutura e como processo. Como *estrutura* porque apresenta uma articulação de natureza “vertical” entre níveis, instâncias ou dimensões: epistemológica, teórica, metódica⁸ e técnica. Como *processo* realiza-se mediante uma articulação de tipo “horizontal”

6. Não retomaremos aqui a questão sobre Ciência e Ideologia. Entretanto, consideramos a ideologia como elemento ou nível presente em todo tipo de discurso, até mesmo o científico. A presença da ideologia no discurso científico é constituída por todas as decisões que são tomadas pelo pesquisador e não são suscetíveis de serem explicadas em nome do Método Científico.

7. Esta concepção metodológica de pesquisa será desenvolvida no item 2 do presente capítulo.

8. A fim de não gerar confusão, os termos “metodologia” e “metodológico” remetem à totalidade do campo da pesquisa e os termos “metódico” e “de método” remetem a uma das instâncias metodológicas da pesquisa, que é a instância do método (cf. capítulo VI).

entre fases, ou momentos da investigação: a definição do objeto de pesquisa, a observação, a descrição e a interpretação. Assim entendido, o campo de pesquisa é definido essencialmente por uma dinâmica que resulta de uma *rede de articulações verticais e horizontais* tecida pelo raciocínio científico. Cada um dos níveis atravessa de forma permanente cada uma das fases da investigação, o que implica a necessidade de apreender a diversidade dos níveis envolvidos na estruturação de cada fase e ao mesmo tempo reconhecer a lógica da interação entre as fases. É isso que possibilita identificar, por exemplo, o que seja a dimensão epistemológica, teórica e metódica dos instrumentos técnicos de investigação⁹ ou da definição do objeto de pesquisa. E, igualmente, o que seja a dimensão técnica (processo de operacionalização) dos conceitos e hipóteses e das fases da observação e da descrição.

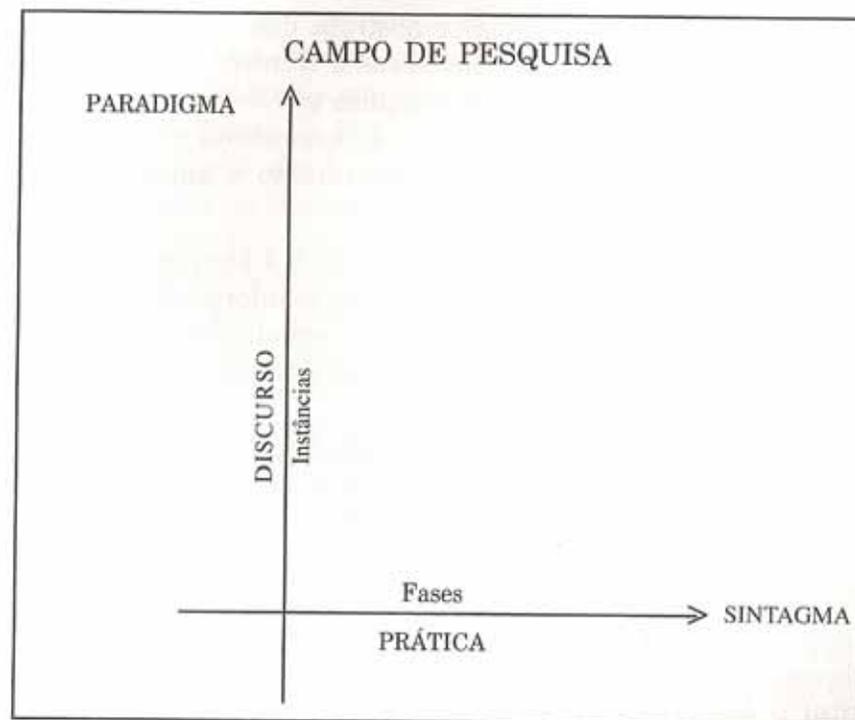
Esta concepção de pesquisa não somente está adequada ao sentido que o conceito de paradigma científico toma para nós dentro do desenvolvimento das Ciências Sociais, como é decorrência necessária dele. Nossa concepção de pesquisa traduz o modo pelo qual os paradigmas científicos se realizam na prática concreta da pesquisa, ou seja, na prática metodológica.

Outra adequação importante é a correspondência dessa noção de pesquisa com a de Ciência como discurso e como prática. Sabemos, conforme Jakobson, que a linguagem é constituída de dois mecanismos básicos, de seleção e de combinação de signos, aquele operando no eixo vertical, paradigmático ou da língua, e este no eixo horizontal, sintagmático ou da fala. A Metodologia das Ciências Sociais, como disciplina cujo objeto é a linguagem dessas ciências, tem por objetivo demonstrar o sistema de deci-

9. Esta é a base da crítica feita por Bourdieu à falsa neutralidade das técnicas de pesquisa, ou seja, ao desconhecimento dos supostos epistemológicos que essas técnicas trazem de contrabando e a não-percepção de que se tratam de "teorias em ato". Ver *El ofício de sociólogo*, op. cit., pp. 61-72, e "Os doxósofos", in Michel Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, São Paulo, Polis, 1980. Todo o capítulo II deste livro trata do assunto da falsa neutralidade das enquetes sociais.

sões que está por trás da construção da linguagem científica. Essas opções se dão por meio de seleções feitas dentro do conjunto das possibilidades teóricas, metodológicas e técnicas que constituem o "reservatório disponível" de uma ciência em dado momento de seu desenvolvimento em determinado ambiente social. As opções que se dão por meio de combinações atualizam aquelas relações numa cadeia de movimentos sucessivos que são a própria prática de pesquisa. O campo da pesquisa é ao mesmo tempo estrutura enquanto se organiza como discurso científico e é processo enquanto se realiza como prática científica. É o que podemos visualizar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1



A finalidade de todas essas observações é fundamentalmente ressaltar que o campo de pesquisa não é redutível a uma seqüência

de operações, de procedimentos necessários e imutáveis, de normas rigidamente codificadas. Essa concepção linear de metodologia e de pesquisa, oposta à que endossamos, converte a metodologia numa tecnologia, num receituário de “como fazer” a pesquisa e baseia-se numa visão “burocrática” do projeto, o qual, fixado no início da pesquisa, é convertido numa verdadeira camisa-de-força que transforma o processo de pesquisa num ritual de operações rotineiras. Ao contrário, já afirmamos que a complexidade do objeto das Ciências Sociais exige interpenetrações de suas diversas instâncias e voltas constantes entre as operações envolvidas em suas fases.

Essa concepção metodológica de pesquisa como campo articulado em diferentes instâncias e fases evita:

- 1) uma discussão formal e abstrata das questões epistemológicas, teóricas, metódicas e técnicas, ou seja, fora da prática concreta da pesquisa e
- 2) uma visão linear da pesquisa, responsável pela redução desta a um processo standardizado e automático de operações.

Nossa concepção metodológica promove a pesquisa como dinâmica múltipla de instâncias e fases que se interpenetram dialeticamente. Portanto, é uma concepção simultaneamente topológica e cronológica de pesquisa que está na base do modelo metodológico que visamos formular.

Uma vez caracterizada a concepção de metodologia no âmbito do campo total da pesquisa, podemos agora definir o trabalho metodológico que se realiza durante o processo concreto de investigação. É quando se torna possível captar plenamente o duplo sentido da noção de Metodologia *da* pesquisa e de metodologia *na* pesquisa. Enquanto a primeira indica o domínio do estudo dos métodos numa ciência particular, a segunda constitui o âmbito da aplicação desses métodos em determinada pesquisa. Enquanto a primeira é a teoria metodológica, a segunda é a prática metodológica.

Sabemos dos riscos possíveis dessa distinção, mas a assumimos porque achamos que é o que ocorre *de fato* no fazer científico. A Metodologia como teoria ou disciplina dentro de uma ciência leva à formação de especialistas, os chamados metodólogos, necessários tanto à investigação sistemática da metodologia particular dessa ciência quanto à divulgação e circulação desses conhecimentos entre os investigadores. Não consideramos que isso necessariamente deva dar margem à constituição de um corpo “estranho” ou exterior à prática de cada pesquisador e do qual este lança mão para ter resolvidas as questões metodológicas de sua pesquisa. São essas as expectativas que normalmente ocorrem diante das disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Comunicação, tanto na graduação como na pós-graduação, o que não ajuda o desenvolvimento metodológico de uma ciência; antes, reforça o estado “exterior” da reflexão metodológica e sua condição de “receituário” (cf. capítulo III). Entretanto, o fato de cada pesquisador não ser um “metodólogo” não deve eximi-lo de um necessário domínio de conhecimentos de Metodologia da pesquisa em sua área de estudo, condição *sine qua non* para poder realizar uma reflexão ativa e exercer a vigilância sobre as questões metodológicas apresentadas pela realidade de sua investigação. Lembramos que esse domínio é parte fundamental das condições da produção científica de todo investigador.

É necessário esclarecer que o duplo sentido distinguido na noção de Metodologia caracteriza-a tanto como “lógica reconstruída” quanto como “lógica em ato” (os termos são de Kaplan). Pode-se até discordar dele por não notar a interação que se realiza no próprio ato da investigação entre a Metodologia como “lógica reconstruída”, que fornece um referencial teórico para o pesquisador, e a metodologia como “lógica em ato”, que se realiza por meio de uma estratégia que ele elabora ao longo do processo de investigação. Enquanto estudo dos procedimentos da investigação, a Metodologia da pesquisa se apresenta como “lógica reconstruída”, isto é, seu objetivo é realizar *reconstruções*

metodológicas dos processos de investigação¹⁰, e enquanto metodologia na pesquisa ela se constitui como “lógica em ato” que orienta a dinâmica real da investigação.

A Metodologia diz respeito à ciência “que se está fazendo”, ao exercício da vigilância sobre as condições e limites do trabalho científico. Estamos muito longe de uma visão de Metodologia como exigência de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas, ao contrário, aproximamo-nos da Metodologia que possibilita fecundidade na produção de conhecimentos. Não vemos incompatibilidade entre o exercício da “imaginação metodológica” e a prática da reflexão e da vigilância sobre os procedimentos científicos adotados. Essa concepção de metodologia vai ao encontro do caráter constantemente criativo e aberto de investigação científica sem lhe impor dogmaticamente exigências illusórias de fechamento. O rigor e a audácia não são incompatíveis no fazer científico.

2. Metodologia e opções metodológicas

Distintamente de Metodologia da pesquisa, vamos definir metodologia na pesquisa “como uma série de pontos de decisão que apresentam modos alternativos pelos quais uma pergunta genérica pode tomar contornos mais definidos. O significado dos resultados da investigação depende sempre das séries particulares de decisões e opções feitas ao longo do processo de investigação”¹¹.

Trata-se de uma noção não-reducionista de método. Podem ser apontadas pelo menos duas visões reducionistas de método. A primeira, por identificar o método com as técnicas, ou seja,

10. Um interessante trabalho que acentua a necessidade de investigação em metodologia teórica no país é o de José Jeremias de Oliveira Filho, “Reconstruções metodológicas de processos de investigação social”, in *Revista de História*, 197, São Paulo, USP, 1976.

11. Philip J. Runkel e Joseph F. McGrath, *Research on human behavior*, Nova Iorque, Holt, Rinehart & Winston, 1972, p. 2.

com operações que envolvem graus significativos de padronização; a segunda, por usar o método como “título honorífico”. Nas palavras de Kaplan, “assim utilizado, um prólogo ‘metodológico’ é algo como um ritual, uma invocação às deidades que presidem o método científico, servindo para assegurar adequado *status* ‘científico’ ao que se segue”¹². Esse uso honorífico do termo “método” costuma expressar tão-somente uma preocupação formal, sem qualquer indicação clara de como essa preocupação se incorpora à investigação.

Seguindo uma noção ampla e não-tecnicista de método, este aparece como uma série de opções, seleções e eliminações que incidem sobre todas as operações metodológicas no interior da investigação: na definição do problema da pesquisa, na formulação de hipóteses, na teorização de conceitos e, o que é menos óbvio, na construção dos dados.

As opções metodológicas, por serem feitas concretamente em cada fase da pesquisa e também na forma de uma estratégia de conjunto, implicam sempre questões de ordem interna, que são epistemológicas, teóricas, técnicas, e de ordem externa, que são de conjuntura (contexto institucional e social da pesquisa). Portanto, essas opções dizem respeito propriamente à prática metodológica na pesquisa.

Temos enfatizado o caráter reflexivo da prática da metodologia. É ele que permite alcançar o uso mais consciente de métodos e técnicas e que possibilita fundamentar e legitimar as opções concretas dentro da pesquisa. Sabemos que as opções metodológicas são feitas em função de um conjunto *amplo* de critérios vinculados aos projetos concretos de investigação. Entretanto, é importante salientar que essas opções são normalmente tomadas com um baixo grau de consciência por parte do investigador. No caso das pesquisas de Comunicação Social, esse fato se expressa, em princípio, por uma quase *ausência de explicitação da estratégia metodológica* que sustenta a investigação. É comum nas teses de Comunicação notar-se um marco

12. A. Kaplan, *A conduta na pesquisa*, op. cit., p. 22.

teórico (às vezes ambicioso, às vezes fraco) que guarda pouca relação com a estratégia metodológica (quase sempre não justificada em relação ao marco teórico), ou então um discurso inicial e bastante genérico sobre o método, que serve mais para preencher a função de "título honorífico", tal como apontada por Kaplan. Segundo Bachelard, a explicitação dos métodos é requisito indispensável para o exercício da vigilância em sua aplicação e corresponde ao "segundo grau" da vigilância epistemológica que deve ser exercida pelo investigador¹³.

Essa falta de um "discurso sobre o método" que se está aplicando exige esclarecimentos que excedem em muito os limites deste livro. Entretanto, cabem aqui algumas reflexões aproximativas sobre os critérios que normalmente dirigem as opções metodológicas, independentemente do grau de consciência com que são tomadas.

1. O critério epistemológico das opções

O primeiro critério, fundador de todas as opções metodológicas, é de natureza *epistemológica*. Nesse aspecto, a epistemologia é um pólo intrínseco à pesquisa científica e uma das instâncias da prática metodológica¹⁴. Deve-se criticar e lamentar o descaso pelas questões epistemológicas nas pesquisas de Comunicação Social, prejuízo talvez herdado de uma razão instrumentalista de ciência que atribui essas questões ao estudo exclusivo dos filósofos da ciência, e não ao ofício de todo pesquisador.

O critério epistemológico orienta a opção em torno da diversidade dos paradigmas existentes nas Ciências Sociais e de seus

13. Complementarmente, a vigilância de primeiro grau guia a atenção para o esperado e o inesperado (desenvolvimento do espírito empirista), e a de terceiro grau é o exercício de uma sociologia do conhecimento e da cultura (para refazer criticamente a história dos métodos e das teorias). Ver excerto de *Racionalismo aplicado*, de Gaston Bachelard, apud P. Bourdieu et alii, *El ofício*, op. cit., p. 121.

14. Trata-se propriamente da reflexão epistemológica na pesquisa ou do papel de vigilância interna que a epistemologia exerce sobre os processos e procedimentos da ciência que se está fazendo. É nesse papel que as funções da epistemologia e da metodologia se confundem e esta passa a ser considerada um "ramo" daquela.

modelos teóricos particulares. Seja implícita ou explícita, a adesão a um quadro teórico de referência se realiza na própria origem de um projeto de pesquisa, porque desse quadro depende a própria formulação do objeto de estudo. Isso sem tocar na questão de que toda a percepção dos fenômenos (portanto, antes de sua constituição em problema de pesquisa) é condicionada por uma visão de mundo. Essa opção metodológica ocorre no início de toda investigação, mesmo (ou principalmente) naquelas que negam a escolha prévia de qualquer teoria na pesquisa¹⁵.

Portanto, segundo o critério epistemológico, torna-se impossível a investigação e, conseqüentemente, a teoria em Comunicação sem a respectiva Teoria Social¹⁶. Esta, por ser prévia à investigação concreta, enquanto paradigma, orienta o ajustamento do investigador ao objeto mediante a opção por certos métodos. Os métodos não são simples instrumentos ou meios, são antes cristalizações de enunciados teóricos que permitirão ou não revelar aspectos e relações fundamentais no objeto estudado. É da adequação entre teoria, método e objeto concreto que emerge a primeira formulação da problemática de pesquisa e, portanto, do próprio objeto científico e dos resultados da investigação.

Entretanto, a questão da adequação teoria-metodologia-objeto arrisca ser um princípio formal se não for enfrentada tal como se configura na prática da pesquisa. Costuma-se afirmar que é o problema de comunicação, sua situação específica, que

15. No próprio paradigma positivista se reconhece essa opção, que costuma ser indevidamente criticada por adversários. Diz Comte: "Se, por um lado, toda teoria tem de estar necessariamente baseada em observações, por outro, nota-se igualmente que, para dedicar-se à observação, nosso espírito necessita de uma teoria qualquer. Se ao contemplarmos os fenômenos não os relacionássemos de imediato com alguns princípios, não somente nos seria impossível combinar essas observações isoladas e, conseqüentemente, extrair algum proveito, mas também estaríamos totalmente incapacitados de conservá-las; e o mais provável é que os fatos permanecessem despercebidos à nossa percepção" (*Cours de philosophie positive*, t. 1, pp. 14-15). Apud P. Bourdieu et alii, *El ofício*, op. cit., p. 86.

16. A discussão de algumas questões epistemológicas em Comunicação é feita na coletânea organizada por Fátima F. Christlieb e Margarita Y. Hernández, *Comunicación y teoría social*, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1984.

constitui o elemento determinante da opção metodológica. É preciso criticar essa *ilusão empiricista* do objeto de estudo, pois a Ciência não lida com o objeto percebido, mas com o objeto construído. É nesse aspecto que a teoria guia, seleciona e recorta o fenômeno ou objeto real para constituí-lo em problema ou objeto de pesquisa. Quando este é formulado no início de um projeto, ele já não é do plano do "real", mas do plano do discurso. É o que leva Granger a afirmar que "a Ciência apreende objetos construindo sistemas de formas numa linguagem e não diretamente sobre dados sensíveis"¹⁷. Portanto, o objeto de estudo já é desde o início uma construção teórica, e a opção pelos métodos é imposta antes pela teoria que pelos fatos da realidade. Segue-se que a pertinência ao objeto é sempre *teórico-metodológica*, dada a impossibilidade de cindir os dois termos do binômio. Por isso, planejar ou realizar uma pesquisa crítica não é apenas questão de seleção do tema: exige-se o domínio crítico da metodologia. A ênfase na primazia do critério epistemológico da opção e do uso de determinados métodos e técnicas ressalta a importância do exercício da vigilância e da atitude crítica. Dessa forma, será possível ao pesquisador justificar a estratégia metodológica adotada a partir do que ela realmente é: uma *opção específica* para uma particular pesquisa em ato. Abre-se com isso a possibilidade de combinar diferentes metodologias, sem abandonar determinado marco teórico e sem que isso redunde num ecletismo infundado. A teoria é que dota de rigor lógico a seleção e a combinação dos métodos. Também se torna evidente o caráter estratégico dessa combinação feita em função de uma problemática teórica, o que reafirma o caráter superável e aberto da metodologia dentro de uma pesquisa.

2. O critério metodológico das opções

O segundo critério das opções metodológicas é propriamente *metodológico* e diz respeito à seleção dentro de uma multiplicidade de métodos de análise na pesquisa.

17. Gilles-Gaston Granger, *Pensée formelle et science de l'homme*, Paris, Aubier, 1960, pp. 12-13.

No caso da Comunicação, por se tratar de uma disciplina ou campo recente, ela não pode senão apoiar-se e desenvolver-se a partir das Ciências Sociais tradicionais. Suas formas específicas de aproximação à realidade só agora começam a ser delimitadas. O amadurecimento metodológico no campo da Comunicação depende do desenvolvimento das análises de seus múltiplos níveis e dimensões, o que exige necessariamente uma *variedade de metodologias*. Essa posição requer o esclarecimento de duas questões sobre as relações entre a Comunicação e as Ciências Sociais.

A primeira é o relativo consenso que se formou da complexidade do fenômeno comunicacional e da dificuldade de ser estudado em sua totalidade por uma só ciência ou disciplina. Entretanto, a despeito da necessidade de integrar enfoques particulares dependentes de uma ótica sintetizadora e explicativa do fenômeno global da Comunicação, não se produziu ainda tal Ciência da Comunicação. Esse fato — a não-produção de uma Ciência da Comunicação — não implica necessariamente, como afirmam certos autores, duvidar das possibilidades de desenvolver o campo da Comunicação e de delimitar seu objeto de estudo. Se nos voltarmos para a história das Ciências Sociais e Humanas, veremos que o problema da integração teórica de todas e em cada uma dessas ciências também está longe de ser resolvido. O que acontece na Sociologia, na Política, na Antropologia, na Psicologia, na História etc. é a mesma diversidade de paradigmas que originaram teorias diversas e até conflitantes entre si e que aí estão hoje realizando-se em escolas, tendências, linhas etc., dentro de cada uma das Ciências Sociais. Se não existe integração teórica nessas ciências, como esperar que exista no campo da Comunicação?

Nas condições atuais de produção científica no campo das Ciências Sociais e Humanas, trabalhar por uma Teoria da Comunicação abstrata e genérica não parece ser o caminho mais apropriado. Diferentemente, achamos que no campo da Comunicação deve-se firmar com urgência um espaço de investigação sobre as investigações que se têm feito; é o estudo do uso das teorias, métodos e técnicas nas pesquisas empíricas de Comunicação; é a reflexão sobre o modo como as teorias na Comunicação têm sido

construídas. A essa reflexão demos o nome genérico de “trabalho metodológico” em Comunicação, o mesmo que já foi identificado como de necessidade vital para as ciências imaturas ou em crise teórica. Trata-se do espaço que na história das Ciências Sociais tem sido denominado *Teoria Social*¹⁸, e é a partir desse nível que as investigações empíricas de Comunicação devem ser apreendidas, isto é, a partir de estudos sobre os referentes epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos por meio dos quais vêm sendo construídos o objeto e a teoria na Comunicação.

Cabe aqui traçar um paralelo entre a Teoria da Comunicação e a “Sociologia Geral ou Teórica”, um dos campos em que Mannheim dividiu a Sociologia. Com funções de Metassociologia, ela se constitui uma disciplina crítica e de síntese. Suas principais tarefas são de caráter metodológico: examinar criticamente a construção do conhecimento sociológico, por meio da análise dos conceitos básicos, princípios e postulados da investigação sociológica, e sistematizar e relacionar os conhecimentos teóricos descobertos nos vários campos da Sociologia com vistas a um *corpus* teórico disciplinar mais integrado. Portanto, a analogia que se segue seria: o campo/disciplina na Sociologia responsável pela Teoria Sociológica ou Teoria da Sociologia corresponderia ao campo/disciplina na Comunicação responsável pela Teoria da Comunicação ou “Comunicação Teórica”.

A segunda questão nas relações entre Comunicação e Ciências Sociais diz respeito à multidimensionalidade do fenômeno comunicacional, o que configura um objeto de estudo interdisciplinar. Sabemos que a determinação de um campo ou disciplina é feita a partir do seu objeto, e, no caso da Comunicação, tal determinação se dá a partir de um objeto multifacetado que faz

18. Não é preciso insistir que a designação Teoria Social enquanto síntese vem se constituindo por meio do que seriam suas dimensões regionais: a Teoria Política, a Teoria Sociológica, a Teoria Antropológica etc. No caso da Teoria Sociológica, temos a importante linha de estudos inaugurada no Brasil por Florestan Fernandes e a linha em que está empenhada uma equipe comandada por P. Bourdieu na França. No campo da Comunicação, o trabalho metodológico na perspectiva da Teoria Social tem sido objeto de preocupação mais em outros países latino-americanos, como o México, do que no Brasil.

referência a uma pluralidade de aspectos: problemas de conhecimento individual, problemas de ordem semântica e técnica, de organização social, de funções econômicas e culturais, de desenvolvimento etc. Por isso, a emergência da “Comunicação” dentro do quadro das Ciências Sociais se faz em função da delimitação de um novo objeto de estudo. Concordamos com Moragas quando afirma que o que constitui a especificidade da Comunicação é justamente “a provocação para as Ciências Sociais exercida pela localização de seu objeto e delimitação de suas múltiplas facetas”¹⁹. O que se deve enfrentar nesse novo campo é o seu objeto específico a partir das metodologias existentes das Ciências Sociais e Humanas.

Firmar a especificidade da Comunicação a partir de sua constituição como um campo novo de problemas, necessariamente interdisciplinar, é concomitantemente recuperar o caráter de unidade do conhecimento porque o “fato social é total” (Mauss); é também criticar certa imagem fisicista do real criado pelo positivismo como se fosse a realidade.

De acordo com Kosik²⁰, a possibilidade de uma ciência unitária baseia-se no descobrimento da mais profunda unidade do real. Quanto mais a Ciência se especializa e se diferencia, quanto maior o número de seus novos campos, tanto mais transparente se torna a unidade interna dos mais diversos e afastados campos do real. Portanto, de acordo com o autor, o problema da unidade da Ciência é o problema da unidade do mundo. Esta compreensão da unidade do real e também a compreensão da especificidade de cada campo do real. É a idéia de unidade e totalidade do social que fundamenta epistemologicamente a existência das Ciências Sociais e é a partir dessa idéia que deve ser entendida a especificidade da Comunicação como um novo campo de problemas interdisciplinares. Se historicamente nas Ciên-

19. Miguel de Moragas Spa, “Ubicación epistemológica e ideológica de la comunicación de masas”, in F. F. Christlieb e M. Y. Hernández (orgs.), *Comunicación y teoría social*, op. cit., p. 42.

20. Karel Kosik, *Dialética do concreto*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, principalmente o capítulo “Dialética da totalidade concreta”.

cias Sociais a interdisciplinaridade envolve a idéia de totalidade, modernamente implica a idéia de integração. Entretanto, a função da interdisciplinaridade não é passar uma visão integrada de todo o conhecimento social, mas sim desenvolver um processo de pensamento que, a partir de novos objetos de conhecimento, como a Comunicação, busque uma nova síntese disciplinar. Coloca-se a possibilidade dessas novas sínteses constituírem novas disciplinas científicas nas quais a integração do conhecimento é sempre tentativa e virtual.

Como em qualquer área do conhecimento, nas Ciências Sociais a divisão em disciplinas não constitui pontos de vista irreduzíveis, mas complementares e convergentes. Por isso, os métodos em circulação nessa área do conhecimento podem ser aplicados à investigação e à explicação de qualquer novo fenômeno social sem que, com isso, se deva admitir a formação de uma disciplina especial com métodos novos. Essa tendência teve razão de ser no passado, quando pairavam dúvidas sobre as questões essenciais, relativas ao objeto dessas ciências, a seus métodos e técnicas de investigação. Ela simplificava o trabalho dos especialistas confinando o âmbito da discussão das questões metodológicas e de seus resultados. Como observa Florestan Fernandes a respeito da Sociologia da Consciência definida por Mannheim, “essa expressão conserva, atualmente, um sentido figurado, pois a investigação de um fenômeno particular com frequência envolve o recurso simultâneo às abordagens sociológicas fundamentais”²¹. Conclui o autor que o uso e a criação mais ou menos livre de expressões como Sociologia do Conhecimento, Rural, Urbana, da Cultura etc. se justificam pela função de facilitar a identificação do teor dos problemas, “já que carecem de sentido lógico os intentos de subdividir, indefinidamente, os campos da Sociologia”²².

21. F. Fernandes, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, op. cit., p. 30.

22. Caberia nessa linha de raciocínio refletir sobre a facilidade com que se criam títulos disciplinares em Comunicação — Comunicação empresarial, internacional, alternativa, popular, política, rural, urbana etc. —, advogando objetos e métodos próprios, quando de fato se trata da investigação de fenômenos particulares, porém todos igualmente aspectos do objeto da Comunicação.

Nessa direção vão também autores como Contreras Budge²³, que apontam a Comunicação como uma “disciplina-variável” e seu objeto “vertical” (analogamente à educação, à economia), em contraste com “disciplinas-nível” como a Psicologia e a Sociologia, que delimitaram horizontalmente certo nível do real como seu objeto de estudo. A Comunicação assume enquanto disciplina uma enorme complexidade e também uma perigosa tendência a abordagens segmentárias e reducionistas, quer dizer, estudos que pretendem explicar um fenômeno que possui diversos níveis a partir do privilégio de apenas um deles.

A questão é que através da história das Ciências Sociais os métodos se particularizaram segundo o desenvolvimento por níveis. A sondagem (*survey*) é tão própria da Sociologia quanto o experimento de laboratório é da Psicologia, o estudo de comunidade é da Antropologia e a análise do discurso é da Semiologia. A Comunicação, que por natureza deve recorrer a vários níveis, não teria um só método privilegiado. Deveria fazer uso da multiplicidade de métodos disponíveis, sempre a partir da problemática específica que constitui seu objeto de estudo. Isso introduz fatores de incertezas e de legitimidade quanto aos métodos a usar. Também introduz a perigosa tendência de reduzir o objeto aos níveis mais facilmente manejáveis, como ocorre com o enfoque da Sociologia ou da Psicologia Social. Mais ainda, o privilégio de um método pode não favorecer ou dispor ao trabalho interdisciplinar que deve ser o ponto de partida de qualquer estudo no campo da Comunicação.

Nesse sentido, por exemplo, Moragas entende que se deve fixar a “bidisciplinaridade” como programa interdisciplinar concreto para a Comunicação. Reconhece o resultado especialmente útil para o progresso de nosso campo que tem acompanhado a combinação de métodos, aspectos de interpretação e de experiências históricas de duas disciplinas distintas, como a psicossociologia, a sociolinguística, a economia política, a psicolinguística etc.

23. Eduardo Contreras Budge, *Investigación en comunicaciones en América Latina: la duda del método*, CIESPAL, Quito, 1983 (mimeo.).

Os critérios das opções metodológicas em Comunicação não se esgotam na proposta *interdisciplinar* e de *multimétodos*. Eles remetem a uma dimensão mais ampla que é a dos paradigmas científicos que nas Ciências Sociais coexistem e competem entre si. A prática interdisciplinar (bidisciplinar ou não) estará sempre condicionada pelo paradigma eleito pelo investigador. Em outros termos, as opções metodológicas são concretamente tomadas a partir do grau de coerência e de adequação com que, por exemplo, o investigador, a partir do referencial marxista, consegue combinar os métodos sociológicos e semiológicos na investigação da ideologia de um MCM.

3. Os critérios operacionais das opções

O terceiro critério das opções metodológicas envolve um conjunto de fatores de caráter *operacional* que, apesar de não competirem em complexidade com os critérios epistemológicos e metodológicos, se não forem levados em consideração podem restringir seriamente as opções dentro de uma pesquisa.

O primeiro fator operacional diz respeito ao domínio de um repertório variado de metodologias, técnicas e instrumentos que enriqueça o momento da opção. Não se trata de um conhecimento exaustivo de todas as metodologias, mas de um conhecimento de referência. Para isso, torna-se imprescindível o acesso a uma ampla e variada bibliografia de apoio, seja em bibliotecas, centros de documentação ou livrarias especializadas. Isso quer dizer que a *formação profissional em pesquisa* que o investigador teve opera como um condicionamento básico das possibilidades de opções metodológicas. Por formação profissional entendemos aqui tanto o aprendizado sistemático obtido em cursos de Metodologia como o contínuo aperfeiçoamento e especialização pessoal. Também a experiência acumulada na prática de pesquisas e a atualização sobre os avanços na área de Metodologia são fundamentais para um trabalho metodológico mais reflexivo.

Um segundo fator operacional refere-se aos *destinatários ou usuários da pesquisa*. Isso é de particular importância não só para as pesquisas aplicadas, mas também para a investigação

básica, pois remete à necessidade intransferível de o pesquisador fazer considerações sobre o uso social dos resultados da investigação.

E temos a limitação das opções imposta pela dimensão dos *recursos* — material, financeiro e de pessoal — e por uma noção realista de tempo na pesquisa.

Finalizando este tópico, insistimos em três pontos essenciais:

- 1) As opções se baseiam em critérios. Expusemos os principais, mas nem todos se aplicam igualmente e com o mesmo peso em determinada pesquisa.
- 2) Optar implica a responsabilidade intransferível de montar uma estratégia metodológica que atenda às características do objeto e dos objetivos da pesquisa.
- 3) É a prática da pesquisa que, em última análise, testa e julga as opções feitas.

CAPÍTULO V

MODELO METODOLÓGICO: LEITURA E PRÁTICA DA PESQUISA

As problemáticas metodológicas discutidas no capítulo anterior orientarão a formulação de um *Modelo Metodológico* da pesquisa empírica em Comunicação.

Aqui cabe fazer algumas considerações sobre esse modelo antes de passarmos à sua formulação. Essas considerações dizem respeito às noções de: 1) modelo; 2) modelo de leitura ou de reconstrução do discurso científico; 3) modelo de prática ou de construção do discurso científico.

1. Modelo e discurso científico

De acordo com Greimas e Courtés, “no sentido herdado da tradição clássica, entende-se por modelo o que é capaz de servir de objeto de imitação. O modelo pode então ser considerado (...) como um simulacro construído que permite representar um conjunto de fenômenos”¹. Por envolver representação, a construção

1. A. J. Greimas e J. Courtés, *Dicionário de Semiótica*, São Paulo, Cultrix, s.d., p. 284.

de modelos na Ciência se realiza na distância que separa a linguagem-objeto da metalinguagem. Por isso, de um lado os modelos são sempre representações hipotéticas, suscetíveis de serem confirmadas, e, de outro, dependem de uma teoria a partir da qual são deduzidos e que controla sua homogeneidade (elementos de mesmos níveis e dimensões) e sua coerência (elementos solidamente vinculados e não-contraditórios). A elaboração e utilização dos modelos acham-se assim comprimidas entre as exigências da teoria e a necessária adequação ao objeto de conhecimento. É essa dupla conformidade dos modelos que os caracteriza como uma *construção metodológica* e lhes dá um caráter hipotético-dedutivo. Pode-se então designar por modelo qualquer sistema de relações entre propriedades selecionadas, abstratas e simplificadas, construído conscientemente com fins de descrição, de explicação ou previsão e, por isso, perfeitamente manejável.

Trazendo essas considerações para o modelo de pesquisa que queremos formular, podemos afirmar em primeiro lugar que ele é deduzido da já comentada *teoria da pesquisa* como campo estruturado em movimentos verticais (instâncias) e horizontais (fases). Demonstramos naquele momento que, tomada como discurso científico, a pesquisa é atualização de opções metodológicas que operam por meio de seleções e combinações.

Em segundo lugar, acreditamos que a adequação desse modelo a seu objeto — pesquisas empíricas em Comunicação — só se comprova mediante sua aplicação concreta. Essa aplicação foi feita inúmeras vezes durante os cursos de Metodologia que temos ministrado, e seu desempenho se revelou bastante satisfatório. Mas foi por meio de sua aplicação a um *corpus* de dezenove teses de Comunicação da PG da ECA que pudemos sistematizá-lo, dando-lhe uma forma mais elaborada.

Em terceiro lugar, podemos definir nosso modelo como tendo um duplo teor, *conceitual* e *analítico*, porque representa elementos que se situam tanto no plano teórico quanto no plano empírico ou operacional da pesquisa.

2. Modelo, construção e reconstrução metodológica

A par de sua dupla condição, teórica e analítica, o Modelo Metodológico pode ser igualmente aplicado tanto a investigações já realizadas, que são *discursos produzidos*, quanto a investigações em ato, que são *discursos em produção*. Em ambos os casos, ele opera como um modelo de “interpretação metodológica”, particularizando-se no caso da obra acabada como um *modelo de reconstrução metodológica*, isto é, um modelo para o intérprete/leitor; e no caso da pesquisa em processo particulariza-se como um *modelo de construção metodológica*, um modelo para o investigador.

A noção de modelo de interpretação metodológica implica duas funções: descritiva e crítica. Por meio da descrição, que nunca é neutra, pois parte de uma série de postulados sobre a natureza da pesquisa, o modelo realiza a explicação dos fundamentos metodológicos da pesquisa. Mediante a função crítica, busca uma intervenção e reorientação das estratégias de investigação, na medida em que obstáculos são identificados no processo de pesquisa e vias de superação podem ser propostas.

Sem ocultar o caráter seletivo do modelo, queremos ressaltar seu caráter instrumental. Ao ser aplicado como modelo de prática ou de leitura, ele não pode deixar de operar de modo normativo com relação a essas investigações e ao mesmo tempo com respeito a futuras investigações. Desempenha desse modo importante papel na socialização do repertório metodológico existente para as investigações que se seguirão.

O caráter instrumental do modelo acentua a natureza ativa e ampla das opções possíveis, além de possibilitar, por meio da crítica, o aumento do repertório metodológico disponível em determinado momento. Acentua também o caráter aberto e sempre provisório das construções metodológicas que o investigador realiza em sua prática e o caráter sempre parcial e aproximativo do próprio modelo de interpretação metodológica, no sentido de vir a ser aperfeiçoado para alcançar maior grau de adequação aos processos concretos de investigação.

Fica clara a interpenetração das funções de reconstrução metodológica (das investigações já feitas) e de construção metodológica (da investigação a ser feita ou em curso) no modelo metodológico que estamos propondo. Acreditamos que a adequação do modelo à leitura do *corpus* de teses em Comunicação demonstrou igualmente sua pertinência como modelo de construção metodológica para as pesquisas empíricas de Comunicação.

Propor um modelo metodológico é propor um método que visa apreender a construção da estrutura da obra científica. Essa construção é feita à base de opções, seleções, combinações etc., cujo resultado é a produção do conhecimento científico. Em outras palavras, o discurso científico é o resultado do fazer de um sujeito que, possuidor de uma série de competências, visa buscar um objeto de valor que é o saber. O sujeito investigador é então o *responsável* pela organização do discurso e é nessa organização que se deve buscar a inteligência de suas asserções².

Se é fato que ele chegou a essas asserções graças ao percurso (método) de investigação que adotou, separá-las desse percurso é subtrair-lhes toda condição de inteligibilidade. De acordo com Victor Goldschmidt, “os movimentos do pensamento (...) estão inscritos na *estrutura* da obra, nada mais sendo esta estrutura, inversamente, que as articulações do método em ato; mais exatamente: é uma mesma estrutura que se constrói ao longo da progressão metódica e que, uma vez terminada, define a arquitetura da obra. Ora, falar de movimentos e de progressão é, a não ser que se fique em metáforas, supor um tempo, e um tempo estritamente metodológico ou, guardando para o termo sua etimologia, um *tempo lógico*”³.

2. No ensaio “Semiótica do discurso científico”, Greimas propõe a aplicação das estruturas narrativas ao estudo do discurso científico em Ciências Sociais tais como são inferidas do discurso literário; o objetivo é dar conta da dinâmica do processo de produção e de transferência do saber científico. O discurso científico é então considerado uma “aventura cognitiva”, ou seja, a narrativa da busca que realiza o sujeito discursivo, de um objeto de valor, no caso, de certo saber. Ver A. J. Greimas, *Semiótica do discurso científico da modalidade*, São Paulo, DIFEL/SBPL, 1976.

3. Victor Goldschmidt, “Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos”, in *A religião de Platão*, São Paulo, DIFEL, 1963, p. 143.

Admitir um tempo lógico em que se move a pesquisa é bem menos formular uma teoria que um roteiro de construção e de reconstrução metodológica, de que é preciso, ao menos, assinalar algumas regras.

A reconstrução, em primeiro lugar, concerne à própria exegese dos métodos. Refazer, após o autor, os movimentos cujo traçado é conservado pela estrutura da obra é repor em movimento a estrutura e, desse modo, situar-se num tempo lógico. É preciso ressaltar que o método em ato não somente se move num tempo lógico, mas mantém relações, implícitas ou explícitas, com o tempo histórico do objeto, que nas Ciências Sociais e Humanas é fundamentalmente dinâmico, mutável e descontínuo.

Em segundo lugar, colocar o discurso científico num tempo lógico é compreender e apreender sua *autonomia relativa* em relação ao tempo histórico. Neste aspecto discordamos de Goldschmidt, que afirma uma “autonomia essencial” do sistema da obra em relação ao tempo exterior ou histórico em que aparece. Consideramos que o tempo histórico inscreve-se na obra tanto quanto o tempo lógico. Enquanto este mede seu grau de coerência interna, aquele mede seu grau de adequação ao real. Ou os critérios de validação interna, regidos pela lógica e epistemologia, devem ser combinados aos critérios de validação externa apoiados na crítica feita pela Sociologia do Conhecimento⁴.

Em terceiro lugar, a reconstrução metodológica deve obedecer ao caráter de totalidade do discurso científico. O discurso é uma totalidade onde se juntam, indissolúvelmente, as teses e os movimentos. Esses movimentos, efetuando-se num tempo lógico, implicam decisões para a montagem da arquitetura da obra. Em outros termos, implicam uma coerência que provém da *responsabilidade científica* do investigador. Daí faz-se necessário, por parte do pesquisador ou leitor, o reconhecimento da *obra assumida*, produto da competência de um sujeito que detém sua autoria e é responsável por ela. Essa responsabilidade científica,

4. Segundo Pierre Bourdieu, na Sociologia do Conhecimento “encontram-se os instrumentos para dar força e forma à crítica epistemológica, revelando os supostos inconscientes e as petições de princípio de uma tradição teórica” (cf. *El ofício sociológico*, op. cit., p. 99).

partindo do pesquisador no exercício da vigilância sobre o trabalho metodológico, nos leva a acreditar que essa disposição diante da investigação pode ser desenvolvida por meio de uma pedagogia crítica da pesquisa.

Há, portanto, três princípios básicos envolvidos na produção do discurso científico a que o modelo metodológico deve atender: o princípio da não-contradição interna, pelo qual o modelo deve dar conta do tempo lógico em que o discurso se inscreve; o princípio da não-contradição externa, que exige que se dê conta do tempo histórico presente na obra; o princípio da responsabilidade científica, que reclama do autor do discurso o desempenho consciente em sua produção.

CAPÍTULO VI

MODELO METODOLÓGICO: AS INSTÂNCIAS DA PESQUISA

O modelo a ser formulado, como todo modelo, é uma construção metodológica. Lembremos que ele tem por base o campo de pesquisa como totalidade estruturada a partir da qual se pode deduzir e progressivamente elaborar seus componentes que são de ordem “paradigmática” (níveis ou instâncias) e “sintagmática” (fases ou etapas).

Essa estrutura em níveis e fases é tecida concomitantemente na prática de uma pesquisa. É para fins de operacionalização do modelo que vamos distinguir os momentos de construção/reconstrução da *estrutura*, ou seja, da articulação dos diferentes *níveis metodológicos*, e de construção/reconstrução do *processo*, da articulação das diferentes *fases metodológicas* no interior da pesquisa.

Toda pesquisa engaja, explícita ou implicitamente, as seguintes instâncias metodológicas: epistemológica, teórica, metódica e técnica. Cada instância interage em suas operações com as outras instâncias e está presente em cada fase da pesquisa.

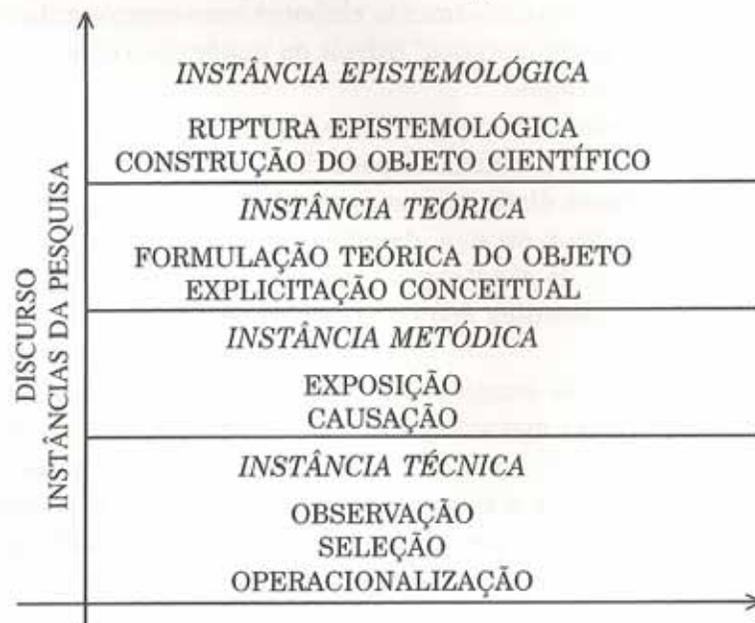
As instâncias da pesquisa e suas operações metodológicas estão no Quadro 1 e são representadas no Gráfico 2.

QUADRO 1

COMPONENTES PARADIGMÁTICOS DO MODELO METODOLÓGICO	
<i>Instâncias metodológicas</i>	<i>Operações metodológicas</i>
(A) Epistemológica (vigilância epistemológica)	1) Ruptura epistemológica 2) Construção do objeto científico
(B) Teórica (quadros de referência)	3) Formulação teórica do objeto 4) Explicitação conceitual
(C) Metódica (quadros de análise)	5) Exposição 6) Causação
(D) Técnica (construção dos dados)	7) Observação 8) Seleção 9) Operacionalização

GRÁFICO 2

Componentes paradigmáticos do modelo metodológico



1. A instância epistemológica

É a instância que exerce uma função de vigilância crítica na pesquisa. Ao longo de toda a pesquisa essa instância se traduz em movimentos ou operações destinadas à explicitação dos obstáculos epistemológicos da pesquisa e sua autocorreção e à construção do objeto científico.

Os paradigmas científicos nas Ciências Sociais devem ser vistos, em primeiro lugar, como construções epistemológicas que propõem, cada qual à sua maneira, regras de produção e explicitação dos fatos; de compreensão e validade das teorias; de transformação dos objetos científicos e crítica de seus fundamentos. Os paradigmas viabilizam, deste modo, um tipo de ajustamento, necessário ou possível, entre o sujeito e o objeto de conhecimento. As operações epistemológicas que cada um propõe vão se concretizar em soluções específicas para questões como a objetividade, a causalidade, a formação de inferências, a generalização, as leis etc. Segue-se então que a reflexão epistemológica desenvolve-se internamente à prática da pesquisa, encarregando-se de renovar continuamente uma série de operações que asseguram a cientificidade dessa prática. Essas operações são a ruptura epistemológica e a construção do objeto científico.

1. A ruptura epistemológica

A primeira operação é a ruptura epistemológica entre o objeto científico e o objeto real ou concreto. Tratando-se do universo social, a ilusão de transparência do objeto real deve ser criticada e as relações mais aparentes, que são as mais familiares, devem ser afastadas. Essa operação de ruptura exige também submeter à crítica metódica as categorias, os problemas e os esquemas que a linguagem científica toma da linguagem comum. A predisposição de tomar, como dados, objetos pré-construídos pela língua comum é um obstáculo epistemológico amplamente notado nas teses de Comunicação analisadas. A preocupação com a definição rigorosa torna-se inútil e até enganosa se o princípio unificador dos objetos submetidos à definição não for submetido

à crítica. Também está envolvido o recurso aos esquemas analógicos das Ciências da Natureza (física, mecânica etc.) adotados sem reflexão crítica.

A operação epistemológica da ruptura decorre do princípio de que “o fato científico se conquista contra a ilusão do saber imediato” (Bachelard) e incide particularmente sobre a fase de definição do objeto de pesquisa e do sistema de conceitos aí envolvidos.

2. A construção do objeto científico

A segunda operação epistemológica é a construção do objeto científico. Ela parte de uma crítica ao empirismo grosseiro, uma vez que o objeto é tido como um sistema de relações expressamente construído. O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto. O objeto é produzido ao longo de um processo de objetivação, que é a progressão da formação, da estruturação e do recorte dos fatos até os procedimentos de coleta dos dados. “A objetivação é o conjunto dos métodos e das técnicas que elaboram o objeto de conhecimento ao qual se refere a investigação.”¹

Dado que, no dizer de Poincaré, “os fatos não falam”, o real nunca toma a iniciativa, uma vez que só pode responder se interrogado. Temos aí a base epistemológica para executar a fase de elaboração da *problemática da pesquisa*. Ela vem a ser a visão global do próprio objeto da pesquisa e do domínio científico (disciplina) no qual ela se desenvolve. É a problemática que permite submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade relacionados pelo sistema das questões, teóricas e práticas, que lhe são apresentados. As respostas antecipadas a essas questões integram a fase de elaboração das hipóteses que devem estar presas conceitualmente à problemática. Uma vez que os aspectos ou fatos da realidade não são dados, estes, quando obtidos por meio das técnicas de investigação, já implicam supostos teóricos. A crítica epistemológica das técnicas deve ser feita já na própria elaboração da problemática da pesquisa,

1. P. De Bruyne et alii, *Dinâmica da pesquisa*, op. cit., p. 52.

deslocando a tradicional visão da “neutralidade axiológica” das técnicas pela concepção de técnicas como “teorias em ato”.

A operação epistemológica envolvida na construção do objeto científico também impõe a necessidade, nas Ciências Sociais, de *romper com o monopólio dos procedimentos indutivos*, que têm conduzido facilmente à perspectiva positivista das relações entre a necessidade de observação com base empírica e a exigência teórica que funda a própria observação. É indispensável renunciar a querer encontrar nos dados imediatamente percebidos um princípio que os unifique. Isso quer dizer que a necessidade do recurso aos modelos teóricos está em sua capacidade de formular os princípios geradores e unificadores de um sistema de relações. Abre-se a possibilidade de extrapolar as diversidades da realidade fenomenal e atingir as homologias estruturais, sem que se dispense a obrigação de procedimentos de verificação sistemática. Produtos conscientes de um distanciamento por referência à realidade, os modelos teóricos remetem sempre à realidade e permitem medir nela as propriedades que só a dialética entre procedimentos indutivos e dedutivos possibilita descobrir².

2. A instância teórica

É o lugar de formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação. Corresponde fundamentalmente às operações de adequação dos modelos teóricos ao objeto empírico de

2. É o que Marx traduziu para o método da Economia Política, ao afirmar: “O concreto é o concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensador um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento”. Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977, pp. 218-219.

investigação. Esses modelos funcionam como “quadros de referência” e nas Ciências Sociais se referem ao paradigma marxista, ao funcionalista e ao compreensivo.

Na relação da teoria com o paradigma, este deve ser visto como um sistema teórico global, ao passo que a teoria é sempre parcial e limitada à interpretação de um fenômeno ou conjunto de fenômenos da realidade. O paradigma é formado por várias teorias setoriais ou disciplinares (da cultura, da economia, da comunicação, da política etc.) e teorias particulares ou temáticas (da cultura popular, da dependência, da indústria cultural, da recepção etc.). As “teorias globais” são os parâmetros aos quais toda teoria parcial deve se adequar, o que repõe constantemente nas Ciências Sociais as questões da integração teórica dentro de um mesmo paradigma e da convergência teórica e epistemológica dos vários paradigmas.

A função da teoria na pesquisa, isto é, a teoria concebida como parte integrante do processo metodológico, é realizar efetivamente, ser o *meio* de ruptura epistemológico em face das premissões do senso comum, através de um corpo sistemático de enunciados e de sua formulação conceitual visando captar e explicar os fatos.

A teoria assim concebida impregna todo o processo concreto da pesquisa, é imanente a todos os procedimentos da observação e a todas as questões (problema de pesquisa) e respostas (hipóteses) que se apresentam ao objeto real. É no sentido amplo de confronto com o real, para apreendê-lo, que a teoria existe.

O processo científico não vai dos “dados” à teoria, mas parte de determinadas informações, mediatizadas por uma problemática, para uma formulação conceitual dos problemas e, em seguida, desses problemas para um corpo de hipóteses que forma a base de toda teorização. A teoria hipotética suscita e produz evidências fatuais que, reciprocamente, controlarão sua validade. Em última instância, a razão de ser das teorias científicas “é o papel que elas desempenham diante dos fatos: elas dão um quadro coerente dos fatos conhecidos, indicam como são organi-

zados e estruturados, explicam-nos, prevêm-nos e fornecem, assim, pontos de referência para a observação de fatos novos”³.

A teoria deve ser concebida em função da pesquisa, na direção da experiência do real na qual ela confronta os fatos que ela própria suscitou com seu sistema de hipóteses. Trata-se então de marcar o lugar de uma teoria integrada na pesquisa e de denunciar com isso toda visão dicotômica que dissocia teoria e pesquisa.

Nas pesquisas de Comunicação é comum encontrar a instância técnica, que concerne às operações de construção do objeto empírico, muito dissociada da instância teórica, cujas operações são as únicas que conferem condição de validade científica à investigação que se está desenvolvendo. Submerge-se conseqüentemente num empirismo ingênuo. É preciso evitar o “dataísmo” tanto quanto o terrorismo da teoria e a relação parasitária com os corpos teóricos caducos, a mera acumulação de dados, tanto quanto a erudição estéril.

A teoria, como instância metodológica da pesquisa, deve realizar a ligação entre os contextos da *prova* e da *descoberta*. O contexto da prova é aquele em que levantamos a questão de saber se aceitamos ou rejeitamos as hipóteses e as teorias, sem nos preocuparmos com a maneira pela qual descobrimos e testamos essas hipóteses e teorias. O contexto da descoberta é aquele no qual nos perguntamos como encontramos e como construímos nossas hipóteses e teorias. A ligação entre esses dois contextos é feita por meio de duas operações teóricas: a formulação teórica e a explicitação conceitual.

1. A formulação teórica do objeto

Inicia-se no exato momento em que começa a pesquisa pela *formulação da problemática da pesquisa*. Neste, o objeto real é constituído como objeto de ciência. A problemática, por levantar internamente questionamentos à realidade, e soluções antecipa-

3. W. M. O'Neil, *Faits et théories*, apud P. De Bruyne et alii, *Dinâmica da pesquisa*, op. cit., p. 102.

das, desdobra-se em *hipóteses de trabalho* que já são modalidades particulares mais rigorosas das *hipóteses teóricas* trazidas conjuntamente a essa problemática.

A formulação é o aspecto sintático assumido pelas teorias como articulações de proposições segundo regras de derivação lógica; a formulação é o pré-requisito da testabilidade da teoria, pois obedece ao critério de coerência formal exigido por uma concatenação, uma coligação de todas as proposições da teoria num corpo articulado e não-contraditório.

2. A explicitação conceitual

Vem a ser a própria consistência semântica da teoria como corpo de conceitos. Os conceitos contêm propriedades explicativas, e sua explicitação deve se efetuar durante a pesquisa para preparar o teste das hipóteses, ou seja, ela permite operações referenciais sobre os objetos de investigação, na medida em que, a partir da *definição dos conceitos*, estes podem ser progressivamente decompostos em indicadores empíricos por meio do processo de *operacionalização*.

A teoria interage dinamicamente com as demais instâncias metodológicas da pesquisa: no plano epistemológico, enquanto conjunto significativo pertinente a uma problemática de base empírica; no plano metódico, enquanto conjunto coerente de proposições que fornecem um quadro explicativo e compreensivo; no plano técnico, enquanto conjunto de hipóteses a serem testadas empiricamente.

3. A instância metódica

É o lugar de enunciação das regras de estruturação do objeto científico, impondo a este certa figura, certa ordem entre seus elementos. É o espaço do "método" propriamente dito na Metodologia da pesquisa. Permite colocar num espaço de causalidade os elementos constitutivos da investigação (o problema, as hipóteses, as técnicas de observação, a verificação etc.).

Se a teoria é o lugar da formulação da problemática, o nível metódico é seu lugar de objetivação. Isso porque a teoria dentro da pesquisa estrutura o objeto por meio de certos métodos. Os métodos aqui compõem para fornecer *quadros de análise* através dos quais são ordenados e articulados os conceitos, elementos e variáveis, numa espécie de "arquitetônica" do discurso. Por isso os quadros de análise principais realizam, cada um a seu modo, as funções metodológicas *stricto sensu* na pesquisa. São os métodos estruturais (da teoria marxista e do estruturalismo), tipológico (da teoria weberiana) e sistêmico (da teoria funcionalista). A teoria é fortificada e constantemente consolidada à medida que se fixam nos quadros de análise o recurso à tipologia, ao sistema, à estrutura, ao tipo ideal. Nesta instância do método é de particular importância a formalização ou a expressão da estrutura do trabalho dos conceitos, proposições, teses etc. Esta articulação do sentido dá-se por meio das seguintes operações: exposição e causalidade.

1. A exposição

Dá-se através de determinado "estilo". O modo de expressão é freqüentemente um correlato do modo de reflexão e da própria prática metodológica. À exposição cabe a função de formalização e de articulação do sentido, da estruturação das teorias e das problemáticas úteis à pesquisa. Diferentemente das operações teóricas que procedem a verificações empíricas entre teorias e fatos, as operações de exposição estão sujeitas a uma única prova, que é a do *rigor* e da *coerência interna*, distribuída pelos aspectos de coerência semântica (de conteúdo), coerência sintática (de forma) e coerência de estilo. Por meio da exposição o discurso científico propõe-se como modelo, como cópia do real ou seu simulacro.

2. A causalidade

Consiste em traçar conexões entre teses, fatos, variáveis, proposições. Essas conexões podem aparecer sob as formas de determinação, de causas múltiplas de intensidade diversa, de

causalidade simples, de relações significativas, associativas, de variáveis independentes e dependentes etc. A causalidade será dita expressiva ou compreensiva no quadro tipológico, será quantitativa num quadro sistêmico e tomará a forma de determinação no quadro estrutural.

4. A instância técnica

É o lugar da construção dos dados ou do objeto empírico. Compreende os procedimentos de coleta das informações e das transformações destas em dados pertinentes à problemática geral. Será em função desses dados que se elaborará o objeto científico. Coloca-se nesta instância da pesquisa a necessidade de operar logicamente uma série de passos a fim de adequar o campo doxológico, o da "realidade de todos os dias", com o campo teórico, o da formulação dos fatos científicos.

Se as Ciências Sociais não pretendem pura e simplesmente reproduzir os discursos do senso comum, uma ruptura epistemológica conseqüente deve caracterizar a investigação nessas ciências. Para elas os "fatos" não devem se impor absolutamente como verdade — como se impõem nas práticas sociais correntes — e deve-se fazer um esforço para objetivá-las, isto é, colocar os fatos em seu lugar teórico, como "dados", estabelecendo-se uma passagem dos fatos aos dados e vice-versa.

As operações que visam à construção dos dados de modo sempre relacionado à perspectiva teórica adotada pertencem ao pólo técnico da pesquisa. Algumas, talvez as principais, têm caráter indutivo e são operações que transformam os fatos em dados, isto é, em conceitos ou objetos científicos; outras têm caráter dedutivo e percorrem o caminho inverso, de transformar os conceitos em fatos, que passam a ser diretamente observáveis. Há, portanto, um movimento dialético entre indução e dedução nas técnicas de construção dos dados.

Essas operações técnicas são: a observação (da informação ao dado), a seleção (do dado ao objeto) e a operacionalização (do objeto à informação).

1. Técnicas de observação

A "informação" torna-se *dado* mediante operações técnicas de observação. Essa transformação é feita na medida em que a significação das práticas sociais é apreendida como significação pertinente a uma problemática científica. O dado leva-nos a abandonar o espaço doxológico do real e nos introduz no espaço epistêmico da pesquisa. Para constituírem-se em "objeto", os dados devem ser pertinentes a determinadas teorias e hipóteses teóricas precisas, e, afinal, poder testar os sistemas teóricos nos quais essas hipóteses particulares se inserem.

Dessa maneira, os objetos científicos são "conquistados, construídos e comprovados", segundo Bachelard. Sua própria natureza é "instrumentada" pelas técnicas que os coletaram e tornada significativa pelo sistema teórico que os produziu ou acolheu. Os objetos remetem a enunciados empíricos que descrevem situações observadas, enquanto as teorias apenas apresentam, em sua linguagem hipotética, a possibilidade de tais situações. Dessa forma, a instância técnica e a teoria são indissociáveis. O pólo técnico é o momento da observação, do relatório dos fatos, enquanto o pólo teórico é o momento da interpretação e da explicação desses fatos. A "evidência" empírica não pode ser separada da "pertinência" teórica; o fato é o correlato da idéia.

2. Técnicas de seleção

As operações técnicas de coleta efetuam transformações específicas das informações coletadas, enquanto as operações técnicas de seleção de dados implicam processos teóricos de redução a um objeto de conhecimento verificável. Por meio destas, os dados são selecionados, expurgados e classificados com vistas à descrição de "tipos empíricos". Finalmente, estes são elevados à categoria explicativa pelos modelos teóricos. Verifica-se que existem graus de ruptura epistemológica que vão do trabalho de observação e coleta das informações, de seleção dos dados, à interpretação do objeto operada através de teorias específicas.

Podemos então afirmar que as operações de coleta e de seleção envolvem três operações de transformação técnica, que

são a quantificação, a codificação e a descrição. Por meio da *quantificação*, as informações são transformadas em indicadores empíricos e estes em variáveis e fatores mensuráveis; pela *codificação* os traços significativos do objeto são reunidos em categorias, e pela *descrição* os fenômenos concretos são organizados em tipos empíricos, por meio de inferências indutivas.

Uma questão importante surge aqui: o uso do termo *método* para realizar operações intelectuais de caráter técnico. Normalmente não há dúvidas em se definir o questionário ou a entrevista como “técnicas de investigação”, mas o mesmo não ocorre quando se trata da quantificação (análise estatística), da codificação (análise de conteúdo) e da descrição sociológica (estudo de caso), etnográfica (estudo de comunidade), ou historiográfica (estudo histórico). Entretanto, todas essas operações possuem a mesma função técnica no discurso científico.

Segundo Wolf, o termo *método* pode ser aplicado no campo da ciência tanto em sentido “técnico” quanto em sentido “lógico”. No primeiro caso, ele denota as operações através das quais a realidade é observada (técnicas de observação), os dados brutos são organizados e classificados (técnicas de investigação) e por meio de procedimentos indutivos são formadas as instâncias empíricas representativas. A esta última operação denominamos “descrição” e ela envolve processos analíticos da formação das evidências empíricas representativas, que são realizados através dos métodos: monográfico, estatístico, historiográfico, etnográfico, análise de conteúdo etc. Todas essas operações correspondem aos métodos “técnicos”, que são métodos de investigação e de reconstrução. As operações que levam à formação da inferência e da explicação da realidade correspondem aos “métodos lógicos”, que são métodos de interpretação ou de explicação⁴.

3. Técnicas de operacionalização

A operacionalização é um conjunto de operações técnicas de caráter dedutivo que realizam a conexão entre o dado e o fato,

4. Ver F. Fernandes, “O processo de observação da realidade”, in *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, op. cit.

entre o conceito (enunciado lingüístico teórico) e o fato empírico (referente real). As técnicas de operacionalização interagem dialeticamente com as técnicas de observação dentro da pesquisa. Estas envolvem a indução de conceitos a partir de operações de investigação definidas que elevam os fatos ao conceito; inversamente, as técnicas de operacionalização voltam-se para a dedução do conceito em operações de investigação definidas, que decompõem o conceito em fatos.

Cabe perguntar aqui como é possível medir ou observar um conceito surgido da reflexão teórica sobre a realidade social. Esse problema de método é apresentado pelas diferentes perspectivas teórico-metodológicas, pois está estreitamente vinculado a posturas epistemológicas definidas. Por exemplo: Durkheim propõe uma definição operacional para delimitar com clareza o problema da pesquisa, e Marx estabelece relações metodológicas entre o abstrato e o concreto⁵.

O processo de operacionalização surgiu no funcionalismo norte-americano e foi sistematizado, entre outros, por Lazarsfeld⁶. É constituído por uma série de operações que se sucedem: a representação do conceito (por exemplo, participação); a especificação de suas dimensões ou categorias (por exemplo, participação econômica, política, cultural etc.); a eleição de indicadores observáveis (por exemplo, na participação econômica, emprego, salário, consumo etc.) e a elaboração de índices (por exemplo, o índice de participação será dado por uma medida “x”). Essa necessidade de definição operacional na pesquisa empírica apresentada pelo funcionalismo norte-americano é de certo modo incompatível com a teoria marxista. Por não haver nesta uma interpretação única da relação concreto-abstrato, tal necessidade cairia numa espécie de “vazio metodológico” que tenderia a

5. Cabe notar que os textos propriamente metodológicos de Durkheim, Marx e Weber são, respectivamente: *As regras do método sociológico*, São Paulo, Nacional, 1963; *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977; *Sobre a teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1977.

6. Paul F. Lazarsfeld, “De los conceptos a los índices empíricos”, in Raymond Boudon e Paul F. Lazarsfeld (orgs.), *Metodología de las Ciencias Sociales*, v. I, Barcelona, Laia, 1973, pp. 35-46.

ser preenchido pelo esquema positivista. Isso configuraria para alguns uma incoerência metodológica na teoria marxista, enquanto outros assinalam a possibilidade de incorporar o processo de operacionalização, desde que se tenham presentes os postulados básicos do método dialético. Assim, nas investigações marxistas de nível microssocial, esse processo deveria:

- considerar a perspectiva da totalidade e o processo histórico dos fenômenos;
- distinguir entre o morfológico (aparência) e o estrutural (essência);
- redefinir constantemente conceitos, categorias, variáveis e indicadores a partir do contexto histórico-social que se quer estudar. Por exemplo:
 - conceito: classe social;
 - categoria: burguesia brasileira;
 - variável: burguesia agrária;
 - indicadores: hectares de terra, valor de produção, uso de tratores, de inseticidas/hectare etc.

Quanto a todas essas operações de apreensão “técnica” do real, concordamos com as afirmações de Bourdieu e de Thiollent⁷ sobre a necessidade urgente de restituir à observação metódica e sistemática seu primado epistemológico. Longe de constituir uma forma neutra e controlada de elaboração de dados, as técnicas de coleta e de seleção supõem um conjunto de retenções e de exclusões, as quais são tanto mais perniciosas quanto mais permanecem inconscientes. Deve-se então realizar na prática a crítica à falsa neutralidade das técnicas, seja no momento da opção das técnicas dentro da estratégia metodológica de uma pesquisa, seja por ocasião da construção dessas técnicas (questionário, modalidade de entrevista, de amostra etc.). Exige-se que não se encare as técnicas como mero “know-how”, como regras de “como fazer”, de como manipular categorias em detrimento do estudo sobre as operações que permitem construí-las.

7. P. Bourdieu et alii, “A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato”, in *El oficio*, op. cit.; M. Thiollent, “A definição das técnicas de pesquisa” e “A falsa neutralidade das enquetes sociológicas”, in *Crítica metodológica*, op. cit.

As técnicas de pesquisa são “teorias em ato” (Bachelard), procedimentos de construção dos dados e das relações entre os dados. Os pressupostos epistemológicos das técnicas são as representações do objeto investigado e do social que elas carregam. Em certas técnicas de amostragem, por exemplo, está implícita a representação da sociedade como multidão atomizada.

Fazendo a crítica à ausência de uma “teoria do questionário”, Bourdieu⁸ problematiza a pretensa neutralidade das técnicas de pesquisa, criticando os seguintes componentes do questionário: imposição da problemática, fruto do sociocentrismo do investigador e do autoritarismo na organização das questões; desníveis de comunicação entre investigadores e investigados verificados nas respostas pré-formuladas e nas diferenças dos modos de comunicação: a duplicidade de princípios (moral e político) da produção de opiniões demonstrada pelo descompasso que se verifica entre a pergunta política e a resposta moral ou vice-versa; a limitação conformista do questionário, verificada na tendência à reprodução de evidências primárias, pelo que se consegue captar apenas os efeitos da dominação ou reprodução simbólica e dificilmente se capta a mobilização de opiniões.

É também o caso de aqui fazermos a crítica à definição restritiva das técnicas de investigação, que confere ao questionário um privilégio indiscutível e pelo qual as demais técnicas nada mais são que substitutos aproximativos dele. Defender uma combinação de diferentes técnicas, quantitativas (questionário, análise quantitativa de conteúdo, amostragem) e qualitativas (entrevistas, observação participante, análise qualitativa de conteúdo), é reconhecer, ao lado das vantagens metodológicas de cada uma, seus limites epistemológicos.

8. P. Bourdieu, “A opinião pública não existe”, in M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit.

CAPÍTULO VII

MODELO METODOLÓGICO: AS FASES DA PESQUISA

O segundo momento do processo de operacionalização do modelo metodológico é o da construção/reconstrução da pesquisa, agora vista como processo de articulação em diferentes fases ou etapas metodológicas.

Apesar da representação seqüencial da pesquisa implicada na divisão em fases, estas não são absolutamente autônomas nem estanques. A dinâmica do processo de pesquisa exige interações, voltas, novas combinações lógicas entre as etapas. Também é necessário lembrar os cruzamentos que se dão entre as operações envolvidas em cada fase e as operações propriamente estruturais do nível epistemológico, teórico, metódico e técnico.

A concepção de pesquisa empírica como seqüência de fases está fundamentada nos seguintes pontos:

1. A fase de definição do objeto de pesquisa precede à da observação propriamente dita e a esta seguem-se a elaboração descritiva e a interpretativa das evidências descobertas durante a fase da observação.
2. Este encadeamento das diversas fases da pesquisa empírica demonstra que há certa *ordem* nas diferentes operações intelectuais realizadas pelo investigador.

3. O encadeamento indica também que essas operações são *interdependentes*, associando-se e influenciando-se mutuamente, segundo o padrão regular de trabalho científico. As fases da pesquisa e suas operações estão no Quadro 2 e são representadas no Gráfico 3.

QUADRO 2

COMPONENTES SINTAGMÁTICOS DO MODELO METODOLÓGICO	
Fases Metodológicas	Operações Metodológicas
I) Definição do objeto (teorização da problemática)	1) Problema de pesquisa 2) Quadro teórico de referência 3) Hipóteses
II) Observação (técnicas de investigação)	4) Amostragem 5) Técnicas de coleta
III) Descrição (técnicas e métodos de descrição)	6) Análise descritiva
IV) Interpretação (métodos de interpretação)	7) Análise interpretativa 8) Conclusões* 9) Bibliografia *

* As conclusões e a bibliografia não constituem operações da fase IV.

1. A definição do objeto

É inegável a importância da instância epistemológica e teórica no desenvolvimento de todas as fases da investigação. Na verdade, a própria estratégia da pesquisa, a coleta e a seleção dos dados e sua manipulação analítica dependem, fundamentalmente, do *quadro de referência* escolhido pelo investigador. Portanto, a primeira fase da pesquisa empírica é constituída por operações de caráter totalmente teórico feitas sempre em função

do fenômeno de comunicação que se quer investigar. Assim, o quadro de referência acaba delimitando teoricamente o problema de pesquisa e os alvos de toda a investigação.

As operações envolvidas nesta fase são: o problema de pesquisa; o quadro teórico de referência e as hipóteses.

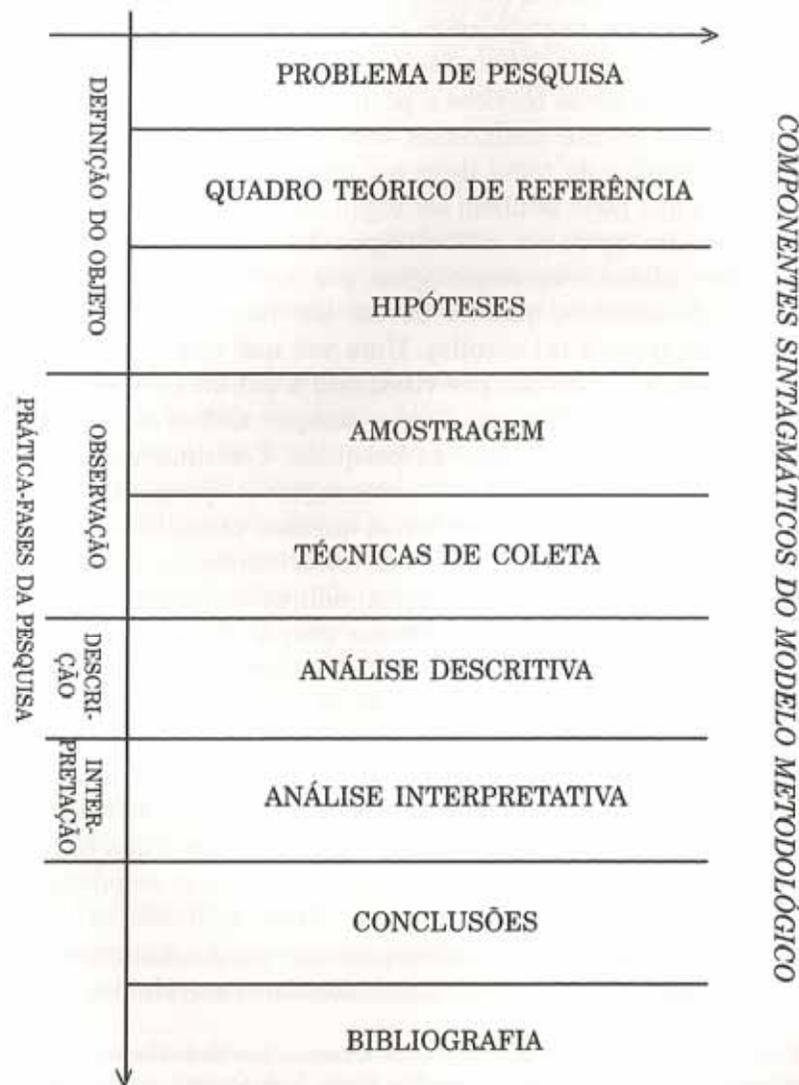


GRÁFICO 3

COMPONENTES SINTAGMÁTICOS DO MODELO METODOLÓGICO

1) O problema de pesquisa

Este problema situa-se num conjunto mais amplo, que é o *assunto* ou tema da pesquisa. Este é escolhido e aquele é constituído pelo investigador.

Difícilmente a escolha do assunto é responsabilidade exclusiva do investigador. O engajamento teórico, o compromisso social, as condições institucionais são fatores intervenientes na escolha e dirigem os alvos teóricos e práticos da pesquisa. Em vez de ser apressadamente confundida com a moda intelectual do momento, a escolha do tema deve ser encarada como "um fato social em si, e que pode também ser explicada sociologicamente"¹.

Na primeira operação metodológica da pesquisa começa o exercício da vigilância epistemológica, por meio da *justificativa da escolha do assunto*, quando devem ser fundamentadas as razões que levaram a tal escolha. Uma vez que o assunto traz em si uma problemática sempre vinculada a um modelo teórico, é mediante um procedimento quase sempre dedutivo que se chega a especificar o problema da pesquisa. Costuma-se partir de um problema abrangente até se conseguir a "pergunta-chave" que a pesquisa pode responder. A questão crucial constitui o problema de pesquisa que deve ser criteriosamente redigido.

Essa definição deve ser acompanhada pela *elucidação dos conceitos envolvidos*. É que o problema vem a ser um conjunto de proposições que estabelecem relações entre termos que são conceitos de elevado nível de abstração. A necessidade que já se apresenta nessa fase é de proceder à *operacionalização* dos conceitos. Esta é uma operação envolvida na instância técnica da pesquisa que aqui incide na fase de elaboração teórica do objeto, mais diretamente sobre a explicitação dos conceitos e das hipóteses. Os conceitos são transformados em *indicadores empíricos*, ou unidades diretamente observáveis. Esses indicadores são concreções de cada variável ou dimensão em que foi decomposto o conceito original. O conjunto dos indicadores envolvidos nos

1. Perseu Abramo, "Pesquisa em Ciências Sociais", in Sedi Hirano (org.), *Pesquisa social — projeto e planejamento*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 60.

conceitos e nas hipóteses deve fornecer o esboço que permitirá construir os instrumentos técnicos da fase seguinte, que é a observação.

Os *objetivos* da pesquisa também decorrem da formulação do problema. Fixados nessa primeira fase da pesquisa, eles devem ser exequíveis e podem conjugar várias ordens: empírica (verificar determinado fenômeno da realidade), teórica (contribuir para o estudo da teoria sobre o problema), prática (intervir na existência do fenômeno) etc.

2) O quadro teórico de referência

Ao ser formulado, o problema de pesquisa é automaticamente inserido em determinada orientação teórica que lhe provê o quadro de conceitos disponíveis e assim organiza o *objeto teórico* da pesquisa.

Nesta segunda operação metodológica procede-se ao enquadramento teórico do objeto. Além da explanação teórica do objeto feita a partir de determinado paradigma científico, faz-se também necessário situar o problema em relação às pesquisas existentes, mesmo de orientações teóricas diferentes. Trata-se de descrever o que se chama de "estado de conhecimento" do problema, o que pressupõe a realização de uma *pesquisa bibliográfica* específica². Esta, para ser incorporada eficazmente ao quadro de referência da pesquisa, deve comportar pelo menos o estudo de textos que versem sobre: os modelos teóricos; os problemas metodológicos e os conteúdos temáticos relativos ao objeto da investigação. Essa bibliografia será utilizada como apoio ao longo de todo o processo de pesquisa, devendo as citações serem pertinentes a cada uma das fases.

3) As hipóteses da pesquisa

Na fase de definição ou construção do objeto de pesquisa, as operações iniciais de elucidação conceitual do problema e de sua

2. A bibliografia que aparece no Quadro 2 refere-se a esta pesquisa bibliográfica, que deve acompanhar toda a pesquisa.

contextualização num quadro teórico de referência constituem as fontes básicas das hipóteses da pesquisa. Desse ponto de vista, as hipóteses têm sua origem na problemática teórica e se constituem em *hipóteses teóricas* da pesquisa. Daí decorre a necessidade de se ter sempre em vista, com a maior clareza possível, o método de interpretação adotado e suas implicações teóricas, especialmente conceituais, e as que se refletem na seleção das técnicas e métodos descritivos de pesquisa.

Desse modo, analogamente à operacionalização dos conceitos em indicadores empíricos observáveis, as hipóteses teóricas também são traduzidas em *hipóteses de trabalho*. Estas são afirmações condicionais feitas geralmente no início da pesquisa com o objetivo de orientá-la e podem ser modificadas parcial ou totalmente em seu decorrer. Ao término da investigação, espera-se a confirmação, a rejeição (total e parcial) ou a formulação de novas hipóteses.

A função do *sistema de hipóteses* é fornecer a conexão necessária entre teoria e investigação, teoria e fato. Ao sugerirem relações entre conceitos e variáveis, as hipóteses se definem como *meios* pelos quais a teoria intervém na investigação e nos fatos. Por isso, pensar em sistema de hipóteses implica não apenas a articulação de várias hipóteses dando conta dos diversos níveis de concreção do objeto, mas também estabelecer diretrizes entre *hipóteses centrais*, mais amplas, e *hipóteses derivadas ou secundárias*, mais específicas. Permite-se assim trabalhar inter-relacionando movimentos de indução e de dedução entre as hipóteses³.

Uma observação se faz necessária sobre a questão da obrigatoriedade ou não da hipótese numa pesquisa empírica. Trata-se da presunção de que a hipótese só seria necessária em pesquisas interpretativas, tornando-se dispensável nas pesquisas descritivas ou de caráter exploratório. Provavelmente esta posição possa se justificar nas Ciências Exatas, que possuem um

3. Um trabalho de construção de hipóteses que continua como modelo teórico e operacional é o realizado na pesquisa sobre relações raciais por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Ver "O preconceito racial em São Paulo. Projeto de estudo", in S. Hirano (org.), *Pesquisa social — projeto e planejamento*, op. cit.

corpo teórico e conceitual já sedimentado e em que novas linhas de pesquisa se implantam atendendo primeiramente à necessidade de coletar e descrever dados que só posteriormente são incorporados à teoria. Esse não é o caso das Ciências Sociais. Nestas, por um lado, a imaturidade de seu corpo teórico e, por outro, a complexidade e a pluridimensionalidade do objeto, suas variações históricas e seu dinamismo, praticamente as condenariam à condição de perpétuas "ciências exploratórias", se não se dispusessem a testar e a elaborar permanentemente suas hipóteses. Isso torna-se mais necessário no campo recém-delimitado da Comunicação. É evidente a crescente exigência que temos de levantar dados empíricos a respeito dos fenômenos comunicacionais, assim como a necessidade de sua "descrição", que vem a ser o nível de elaboração mais próximo da manifestação concreta desses fenômenos.

Cabe lembrar aqui o que já afirmamos a respeito da "ilusão da transparência do real" e a crítica ao empiricismo. Criticar o empiricismo não é (a não ser por má-fé) fazer a defesa do teoricismo; é, antes, reconhecer a fraqueza do trabalho teórico no campo da Comunicação como a provável causa principal de nossa crise de identidade e da ausência de uma orientação substantiva em nossa pesquisa. O crescimento de um campo científico só se dá mediante o permanente confronto da teoria com os fatos, fatos esses que devem ser criteriosamente colhidos e transformados em objetos científicos por meio da manipulação e elaboração intelectuais. Como afirmou Bunge, sem teoria não há ciência. Pressupor que a teoria seja um "luxo" no campo da Comunicação, ou poder abster-se dela, e uma impostura que deve ser recusada sob pena de privar o trabalho de pesquisa realizado nesse campo da própria condição de ciência.

Duas situações devem ser evitadas. A primeira é a que caracteriza boa parte das pesquisas de Comunicação nos EUA, que redundaram na construção de técnicas muito aperfeiçoadas de coleta de dados e na grande desproporção entre o acúmulo de dados e o curto alcance de suas explanações teóricas. A segunda é a promovida por certa concepção hierárquica de pesquisa, pela

qual existiriam pesquisas de primeira e de segunda linha; enquanto estas se especializariam apenas em coletar os dados, com ou sem análise descritiva, aquelas as usariam posteriormente como dados secundários, sobre os quais fariam a interpretação teórica. Evidentemente, não concordamos com essas posições e consideramos necessária a *presença de hipóteses* na pesquisa empírica, principalmente nas teses, mesmo que sua validade tenha o marco de um universo restrito ou que se abstenham de proceder a generalizações. Igualmente necessária é a *formulação explícita do sistema de hipóteses*, sob risco de não se efetuar a ruptura epistemológica com as categorias e problemas do senso comum. Cada hipótese deve ser conceitualmente clara, de forma que os termos lógicos possam ser relacionados a variáveis e estas possam ser operacionalizadas ou decompostas em indicadores empíricos observáveis.

Em termos operacionais, a função do conjunto de hipóteses em uma investigação é fazer a ponte entre a teoria e os fatos de realidade e, deste modo, conduzir à elaboração de uma estratégia da investigação ou desenho de pesquisa.

2. A observação

A segunda fase da pesquisa empírica é constituída pelo processo de observação. As operações envolvidas nessa fase visam à "reconstrução empírica da realidade", isto é, visam coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial.

A observação nas Ciências Sociais, por ser o processo de construção dos dados científicos, é uma etapa crucial da investigação e reveste-se de questões metodológicas particularmente graves. Isso porque a observação, por um lado, prende-se aos propósitos teóricos da investigação que repercutem na reconstrução empírica dos fenômenos e, por outro, deve desenvolver técnicas de controle do próprio processo de observação.

Cria-se então a necessidade de promover uma *integração metodológica* entre o momento da observação a ser realizado por

meio de operações intelectuais de caráter técnico e o momento posterior da explanação a ser desenvolvido por operações intelectuais de caráter lógico. É a necessidade de integração, diríamos orgânica, entre a observação, por um lado, e a descrição e a interpretação, por outro, que exige do pesquisador o equacionamento de uma *estratégia da pesquisa*, ou o seu *design*: feita a formulação do problema, esta deve indicar o tipo de dados a procurar e como obtê-los, o tipo de tratamento a dar-lhes, como vinculá-los ao quadro teórico da pesquisa etc. É importante, então, neste momento, antes de "ir a campo", fazer a crítica epistemológica da observação.

A realidade não é suscetível de apreensão imediata, e sua reprodução exige atividades intelectuais complexas⁴; o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método, pois o investigador pode ver muito e identificar pouco e pode ver apenas o que confirma suas concepções.

Por isso, consideramos a etapa da observação o momento em que a ruptura epistemológica deve ser realizada na prática (porque esta pode ter sido feita apenas no nível teórico por ocasião da elaboração da problemática). E, conseqüentemente, consideramos estreita a concepção de observação como conjunto de operações para reunir dados brutos, segundo a qual ela se torna sinônimo de técnicas de coleta de dados. Concordando com Florestan Fernandes, a observação reúne as seguintes características: "Primeiro ela transcende a mera constatação dos dados de fato. Segundo, ela envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos. Terceiro, ela constitui o processo pelo qual as instâncias empíricas, relevantes para a descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais, são obtidas, selecionadas e coligidas"⁵. Trata-se então de uma fase dominada por operações da

4. No dizer de Marx, toda ciência seria supérflua se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente.

5. F. Fernandes, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, op. cit., pp. 6-7. A acuidade do tratamento metodológico dado por esse autor ao processo de reconstrução da realidade nas Ciências Sociais é responsável pela extrema atualidade desse escrito sobre a observação, que é de 1957.

instância técnica e da metódica. A observação, como o processo de construção dos dados da pesquisa, abrange duas operações distintas: a amostragem e a coleta dos dados.

1) A amostragem

As técnicas de amostragem são utilizadas nas pesquisas empíricas a fim de delimitar o *universo de investigação*. Este pode ser definido como um conjunto de unidades (pessoas ou não) tornadas fontes de informação ou informantes da pesquisa. No momento em que as fontes de informação se relacionam define-se a *unidade de pesquisa* (pessoas, famílias, grupos, documentos, textos etc.), que pode combinar várias fontes. Definem-se, por conseguinte, as técnicas de observação para a coleta de dados junto às fontes de informação selecionadas. A reunião de informações nas pesquisas sociais limita-se freqüentemente a uma ou várias amostras da população estudada.

Não é o caso de expormos aqui os detalhes técnicos da amostragem⁶, mas apenas de alertar para a necessidade da reflexão crítica e adequada sobre os critérios de seleção, sua dimensão, composição e representatividade em função do tipo de pesquisa que se está realizando. Portanto, é o objeto e sua problemática que devem nortear o uso das técnicas de amostragem, as vantagens e desvantagens de cada uma. É quando se faz necessário o exercício da vigilância epistemológica das técnicas de amostragem, uma vez que estas se apóiam em pressupostos teóricos sobre o social (representação atomista, agregada, classista etc.).

Há duas grandes técnicas de amostragem: a probabilística e a não-probabilística. A primeira baseia-se na aplicação de métodos de tratamento estatístico e métodos quantitativos de análise. Os principais tipos dessa amostragem, que podem ser

6. Ver esta questão principalmente em Seltiz et alii, *Métodos de pesquisa das relações sociais*, São Paulo, Herder, 1965, e Russell L. Ackoff, *Planejamento da pesquisa social*, São Paulo, EPU-EDUSP, 1975.

combinados entre si, são os seguintes: amostra aleatória, sistemática, estratificada e por conglomerados. Dependendo da pesquisa pode haver necessidade do recurso a um especialista em estatística, o que não exige o pesquisador do domínio básico de estatística social.

Na amostra não-probabilística a inferência estatística não pode ser legítima, uma vez que o pesquisador não conhece a probabilidade que cada unidade tem de ser selecionada para fazer parte da amostra. Neste caso, a amostra é dita significativa ou de representatividade social (não-estatística), e os métodos de tratamento dos dados são qualitativos.

Diante da complementaridade das técnicas de coleta, é igualmente possível combinar técnicas de amostragem probabilística e não-probabilística. Por exemplo: numa pesquisa seleciona-se uma amostra aleatória para a qual se utiliza o questionário, devendo-se por isso dar conta da representatividade estatística tanto da amostra como dos dados. Em seguida, seleciona-se uma subamostra de caráter intencional com base no critério da representatividade social (e não mais estatística), à qual se aplica a entrevista. O perfil dessa segunda amostra é de sujeitos "típicos", e os dados são essencialmente qualitativos⁷.

Finalmente, nessa operação de amostragem é necessário apontar uma questão crucial para a pesquisa social empírica que envolve a amostra por classes sociais. Trata-se de um problema teórico-metodológico da organização da amostra nas investigações que lidam com o conceito marxista de classe social. Na prática, isso se traduz na seguinte questão: é possível usar

7. Uma estratégia de combinação múltipla de técnicas quantitativas e qualitativas na amostragem e na coleta de dados foi utilizada com excelentes resultados por Helgio Trindade para a reconstrução empírica do movimento político integralista no Brasil. Ver o relato metodológico dessa experiência de pesquisa feita pelo autor. Helgio Trindade, "Tentativa de reconstituição empírica de um movimento político radical", in Edson O. Nunes (org.), *A aventura sociológica — objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

os dados secundários das estatísticas oficiais de institutos como o IBOPE, que costumam estratificar a população e as amostras nas "classes" A, B, C, D e E? Essa questão deve ser objeto de reflexão dentro das condições particulares de uma pesquisa a ser enfrentada em função do problema específico sob investigação.

A estratificação socioeconômica não coincide com a concepção marxista do sistema de classes sociais. Os estratos são usados como sinônimos de classes, quando na verdade são meros *indicadores* do sistema de classes sociais. Dever-se-ia então problematizar a relação do indicador empírico com o conceito de classe social ou setor de classe. Isso remete à questão da operacionalização de conceitos diante do método marxista abordado no capítulo VI.

2) As técnicas de coleta

As técnicas de pesquisa são instrumentos por meio dos quais são obtidas ou coletadas as informações ou dados brutos da pesquisa. Elas são propriamente técnicas de observação ou de investigação (questionário, entrevista, história de vida etc.), no que se diferenciam das técnicas de análise (tabulação e classificação) que lhes sucedem.

As técnicas variam de acordo com a natureza da pesquisa e são determinadas pela maneira como integram a estratégia da investigação. É enquanto "teorias em ato" que elas devem ser integradas ao projeto de pesquisa. As técnicas são teorias particulares relativas à representação do objeto e, por conseguinte, são procedimentos que constroem empiricamente o objeto por meio dos fatos coletados. Segundo Bourdieu, a teoria implícita numa prática, teoria do conhecimento do objeto e teoria do objeto, quanto menos for consciente, tanto maior a possibilidade de não ser controlada e, portanto, de ser inadequada ao objeto em sua especificidade. Ao se chamar de metodologia, como é comum acontecer, o que não é senão um decálogo de preceitos tecnológicos, escamoteia-se a questão metodológica propriamente dita: a opção entre as técnicas. Uma vez escolhidas, as técnicas conferem

um significado epistemológico ao tratamento do objeto e um significado teórico aos problemas que se apresentam ao objeto⁸.

Assumimos uma posição crítica diante da questão da suposta neutralidade das técnicas de investigação quando tratamos das instâncias ou níveis metodológicos da pesquisa. Trata-se agora de realizá-la na prática, através da escolha das técnicas, de sua combinação e de sua construção, promovendo sua adequação às demais operações metodológicas da pesquisa.

Também assumimos uma posição crítica diante do rechaçamento *a priori*, quer das técnicas de investigação e de análise, quer dos métodos descritivos ou interpretativos que não se tenham originado de um mesmo paradigma teórico-metodológico. Numa investigação marxista, por exemplo, recusa-se o formulário, a análise multivariada ou os métodos estatísticos porque são procedimentos que surgiram dentro do paradigma positivista ou funcionalista⁹. A utilização acrítica e sem vigilância epistemológica das técnicas de pesquisa e de análise originadas de diferentes paradigmas, que conduz a um ecletismo ingênuo e insustentável, também deve ser criticada.

A etapa da observação nas pesquisas sociais empíricas é realizada por meio de técnicas ditas de observação direta e de observação indireta.

Na *observação direta*, a posição do investigador pode ser manipulada estrategicamente, com o propósito de proporcionar-lhe perspectivas mais favoráveis de obtenção de dados. Ela pode ser realizada mediante técnicas que vão desde o registro sistemático dos fatos que ocorrem na situação de pesquisa até as diversas modalidades de observação participante¹⁰.

8. P. Bourdieu et alii, *El oficio*, op. cit.

9. Uma importante redefinição do questionário foi feita pelo próprio Marx. Ver em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., os textos de Dario Lanzardo, "Marx e a enquête operária", e de Karl Marx, "O questionário de 1880".

10. Para questões metodológicas e extensa bibliografia sobre as modalidades de observação participantes, ver Carlos Rodrigues Brandão (org.), *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Michel Thiollent, *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez, 1985; Marcela Gajardo, *Pesquisa participante na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

As principais técnicas de coleta da pesquisa empírica são, porém, técnicas de observação indireta¹¹, como o questionário¹², o formulário, a entrevista¹³ e a história da vida¹⁴.

Normalmente, as técnicas de coleta são combinadas em função dos propósitos da pesquisa, que exigem diversos tipos de dados. Nesta fase, os dados primários, que são os obtidos originariamente pelo investigador, são integrados a dados secundários obtidos de fontes como: jornais, revistas, publicações estatísticas etc. A rigor, também a pesquisa bibliográfica, constituída por levantamentos, fichamentos e consultas bibliográficas, é uma fonte secundária de dados. Acumula-se uma documentação sobre o objeto que fornece o estado atual do conhecimento sobre o tema de pesquisa, isto é, "o que se diz dele". Esse levantamento bibliográfico, quando bem realizado, oferece textos de apoio a todas as dimensões da pesquisa, envolvendo questões epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas. É importante o investigador citar a bibliografia a fim de demonstrar a diversidade das preocupações que o acompanharam ao longo do processo de pesquisa e seu empenho em responder a elas. A bibliografia de uma pesquisa fornece o itinerário ou roteiro intelectual percorrido por seu autor.

11. Uma objetiva e útil descrição das técnicas de observação indireta pode ser encontrada em Perseu Abramo, "Pesquisa em Ciências Sociais", op. cit., e Oracy Nogueira, *Pesquisa social*, São Paulo, Nacional, s.d., parte II.

12. A crítica metodológica do questionário e da entrevista é feita em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., por Michel Thiollent em "A falsa neutralidade das enquetes sociológicas" e "O processo de entrevista"; e por P. Bourdieu, "A opinião pública não existe" e "Os doxósofos".

13. Sobre as diversas técnicas de entrevistas, ver Edgar Morin, *Linguagens da cultura de massas*, Petrópolis, Vozes, 1973; sobre a técnica de entrevista não-diretiva, ver em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., os seguintes textos: Liliane Kandel, "Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva e sobre as pesquisas de opinião"; Guy Michelat, "Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia"; e Jacques Maitre, "Sociologia da ideologia e entrevista não-diretiva".

14. Ver Florestan Fernandes, "A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações", in *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*, op. cit., Guita G. Debert, "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

3. A descrição

A descrição faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase da interpretação e, por isso, combina igualmente em suas operações técnicas e métodos de análise¹⁵. Sustentaremos a tese de que a descrição constitui a primeira etapa da análise dos dados na pesquisa.

A descrição é desenvolvida através da operação de *análise descritiva* e é feita em dois passos: o primeiro é constituído por procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados. Trata-se na prática de proceder a uma manipulação dos dados que implica: 1) realizar o tratamento estatístico, ou seja, fazer tabulações para encontrar concentrações, frequências e tendências na documentação coletada; a análise multivariada para efetuar relações e cruzamentos; a categorização dos dados para encontrar campos de sentido; 2) assegurar o "domínio" sobre a massa de dados coletados, porque permite identificar e selecionar fatos de significação para o tratamento analítico ulterior; 3) conseguir um conhecimento prévio das possibilidades da documentação em relação aos objetivos teóricos e práticos da investigação.

O segundo passo abrange procedimentos propriamente analíticos que visam à construção dos "objetos empíricos" e a reprodução do fenômeno nas condições de sua produção. A construção do "objeto empírico" vem a ser reprodução do fenômeno concreto descrito através de seus caracteres essenciais. Este procedimento analítico só é possível mediante as inferências permitidas pela tabulação ou classificação anterior dos dados, pelas quais o fenômeno deixa de ser percebido como algo caótico e ininteligível e passa a ser visto em seus atributos essenciais e interdependentes, isto é, sob uma forma sintética.

Ao reproduzir o fenômeno em seu contexto empírico, a descrição relaciona-o com variáveis que intervêm em sua produção. Este procedimento é obtido operacionalmente por meio dos

15. Rever a distinção que fizemos às pp. 129-131.

métodos descritivos, que são métodos "técnicos", segundo Wolf. Os mais usados na Comunicação são: o monográfico, o estudo de caso¹⁶, o estudo de comunidade, o etnográfico¹⁷, e o estatístico¹⁸, o histórico ou documental¹⁹ e a análise de conteúdo²⁰.

O critério de seleção (ou combinação) desses métodos deve ser a natureza da unidade de investigação. Geralmente cada método acarreta o uso de determinadas técnicas de coleta ou também sua combinação. Por exemplo: um fato segmentário (um comportamento, um fenômeno, uma classe de indivíduos) pede em geral o método monográfico e o emprego de questionário e/ou entrevista; uma organização (grupo, instituição) requer o método do estudo de caso e o uso de questionário, entrevista e/ou observação participante; pequenos aglomerados, vilas, favelas, solicitam o estudo de comunidade, com o emprego de formulário, entrevista e/ou observação participante. Esse método é semelhante ao etnográfico no estudo de sociedades arcaicas. Hoje assiste-se à revalorização do uso desse método no estudo de

16. O estudo de caso é uma variante do método monográfico. Ver Paul De Bruyne, *Dinâmica da pesquisa*, op. cit., pp. 224-227.

17. Uma abordagem crítica dos estudos de comunidade e etnográficos no Brasil é feita por Oracy Nogueira, *Pesquisa social*, op. cit., parte III.

18. Os métodos matemáticos e a problemática das pesquisas quantitativas são analisados por Raymond Boudon, *Os métodos em Sociologia*, Lisboa, Rolim, s.d.

19. Sobre a aplicação do método histórico às Ciências Sociais, ver Maurice Duverger, *Métodos de las Ciencias Sociales*, Barcelona, Ariel, 1975.

20. A bibliografia sobre os métodos de análise de conteúdo é extensa, se pensarmos na variante quantitativa, qualitativa e estrutural. Entre os textos metodológicos, operacionais e acessíveis a não-especialistas em Semiologia (como é o caso da maioria dos pesquisadores em Comunicação) estão os seguintes: Albert Kientz, *Comunicação de massa — análise de conteúdo*, Rio de Janeiro, Eldorado, 1973 (com uma extensa bibliografia); Laurence Bardin, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1979 (com casos concretos de análise); Eliseo Verón, "Ideología y comunicación de masas: la semantización de la violencia política", in Eliseo Verón (org.), *Lenguaje y comunicación social*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1971; Violette Morin, "Aplicação de um método de análise da imprensa", Série Jornalismo e Editoração ECA/USP, 1970 (mimeo.); Umberto Eco, "James Bond: uma combinação narrativa", in Roland Barthes et alii, *Análise estrutural da narrativa*, Petrópolis, Vozes, 1976; Roland Barthes, *Mitologias*, São Paulo, Difel, 1978.

populações e culturas urbanas²¹. Um fato do passado é a unidade de investigação por excelência do método histórico que exige o uso da análise documental. Desta decorre também o método de análise de conteúdo, de larga aplicação nas pesquisas dos MCM, com o recurso ao método quantitativo, qualitativo e estrutural do discurso. O método estatístico costuma ser combinado ao método monográfico com o emprego da estatística-matemática no tratamento dos fenômenos.

As operações técnicas e de análise desenvolvidas na etapa da descrição conferem ao investigador a capacidade de descrever, de modo unívoco e sintético, as condições concretas de produção dos fenômenos estudados, condições que residem no nível empírico. Isso nos faz voltar às pesquisas que se interrompem na fase de caracterização descritiva dos dados. Elas não se enquadram na categoria de contribuições *explicitativas* da investigação científica. Será necessário voltarmos a essa questão porque envolve o caráter e a contribuição de numerosas teses em Comunicação.

4. A interpretação

A explicação ou interpretação é a segunda etapa da análise e com ela a pesquisa atinge a condição própria de cientificidade. É a fase que envolve a teorização dos dados empíricos dentro da perspectiva teórica adotada no início da pesquisa. O ponto de chegada retoma dialeticamente o ponto de partida, integrando os dados numa totalidade que agora é igualmente objeto empírico e objeto teórico.

O quadro teórico de referência fornece *métodos interpretativos* de análise pelos quais os dados são explicados por meio de caracteres ou propriedades inerentes ao sistema inclusivo ou

21. Eunice R. Duhram, "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", in R. Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, op. cit.

ao tipo de sistema social. Essa explicação generalizadora seria impossível sem o tratamento analítico prévio dos dados coletados e a acumulação de conhecimentos proporcionados pela análise descritiva. Assim, cada um dos três principais métodos de interpretação nas Ciências Sociais lida com problemas teóricos próprios e com os materiais empíricos de forma diferenciada. O método dialético realiza o processo de abstração e de generalização sempre num campo histórico, buscando as relações estruturais do fenômeno no todo social por meio do princípio da contradição (nível de funcionamento do tipo social histórico); o método funcionalista busca a totalidade em termos de causação funcional e de relações funcionais do fenômeno com o todo, num campo supra-histórico (nível da comparação de tipos sociais históricos); o método compreensivo busca construir relações de sentido entre o fenômeno e o todo que se localiza num campo a-histórico (nível operativo do tipo ideal).

É somente através dessa fase de elaboração interpretativa dos dados que se pode atingir um padrão de trabalho científico unificado na área de conhecimento da Comunicação. Só esse padrão é capaz de coordenar organicamente teoria e pesquisa, operações técnicas, metodológicas, teóricas e epistemológicas numa única experiência de investigação. Enquanto isso não ocorrer, o levantamento de dados empíricos está destinado a ficar mais ou menos dissociado dos objetivos fundamentais do conhecimento científico, que são, sem dúvida, a construção de teorias capazes de corresponder e responder aos problemas substantivos que lhe são apresentados por uma realidade social determinada.

Três observações se fazem necessárias sobre a análise descritiva e a interpretativa. A primeira diz respeito ao objetivo de cada uma dessas etapas. A análise descritiva visa à reconstrução da realidade do fenômeno por meio de operações técnico-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos. A análise interpretativa visa à explicação do fenômeno mediante operações lógicas de síntese e de amplificação levando a análise a um nível superior de abstração e de generalização. A despeito de as operações e os objetivos de cada uma dessas etapas não se

confundirem do ponto de vista da análise científica, é possível que, conforme o método de exposição adotado pelo pesquisador, as duas etapas se apresentem de forma conjunta e entrelaçada num único momento ou fase da pesquisa. É o caso em que o "método da elaboração" do autor é completamente distinto do "método da exposição". Isso corresponde no discurso científico às partes ou capítulos (geralmente a maioria) de análise dos dados, em que o autor passa indistintamente do plano descritivo para o interpretativo. Dificilmente encontramos o discurso organizado em capítulos descritivos e capítulos interpretativos. Longe de ser um erro, a exposição conjunta significa que o investigador efetivamente logrou alcançar o padrão unificado de trabalho científico, integrando "pesquisa" e "teoria" em seu discurso. Entretanto, a leitura metodológica desse discurso torna-se mais complicada, porque uma vez que os dois planos de análise não estão formalmente separados, só podem sê-lo através da inferência, decompondo-se cada uma de suas operações.

A segunda observação é sobre a questão do alcance e da validade científica das pesquisas descritivas que não atingem a etapa interpretativa. Independentemente de nosso ponto de vista de que não se deve subestimar esse tipo de pesquisa e de que sempre é possível a reelaboração teórica posterior, não há como deixar de estabelecer a diferença entre *levantamento* ou *sondagem* (*survey*) e *pesquisa social* (*social research*)²². O levantamento é um estudo eminentemente descritivo, com ênfase na coleta e sistematização de dados empíricos para utilização imediata,

22. É a mesma distinção feita entre "investigação descritiva" e "investigação explanatória" por Herbert Hyman em *Planejamento e análise da pesquisa*, Rio de Janeiro, Lidador, 1967. A distinção é retomada com outras designações por diversos autores, entre os quais Adorno e Lazarsfeld, que usam "administrative research" (pesquisa administrativa) e "critical research" (pesquisa crítica). Ver referências no interessante e já citado artigo de Adorno, "Experiencias científicas en Estados Unidos", em que o autor também discute a distinção divergente, porém complementar, entre o sentido norte-americano de *metodologia* como "técnicas práticas de investigação" e o sentido europeu de "crítica do conhecimento". Também sobre a mesma questão, consultar os diversos artigos do *Journal of Communication*, Summer, 1983, número especial com o tema "Ferment in the field".

enquanto a pesquisa social parte da fundamentação empírica dos dados para contribuir para o corpo de conhecimento teórico e metodológico das Ciências Sociais, independentemente de sua utilização imediata. Esta é, a nosso ver, a condição que deve reger basicamente a pesquisa acadêmica em Comunicação.

A terceira e última observação é decorrente das anteriores e diz respeito à dicotomia que se estabeleceu em Comunicação entre pesquisas quantitativas e pesquisas qualitativas. É que comumente o uso de métodos estatísticos gera pesquisas descritivas, enquanto métodos qualitativos produzem pesquisas interpretativas.

Trata-se de uma falsa dicotomia, e a questão está invertida. É falsa a dicotomia quantitativo/qualitativo na investigação social porque, em primeiro lugar, é crescente a dificuldade de estabelecer um limite preciso entre análise quantitativa e qualitativa. Apesar de cada uma ter sua lógica implícita, não se pode esquecer que as operações quantitativas se apóiam em dados qualitativos originalmente coletados e logo transformados. "Com efeito, é característico das técnicas das Ciências Sociais (entrevistas, observações de grupos, análise de documentos etc.) prever a quantificação ulterior e recolher os dados qualitativos de uma forma que a prepare e facilite. A quantificação não é mais que a segunda etapa que depende necessariamente da primeira."²³ Acrescentamos a essa citação o fato de que à quantificação costuma suceder o "retorno" à qualificação dos dados, agora num nível que não é mais o do "real-concreto", mas o de uma primeira abstração promovida pela análise descritiva. Em segundo lugar, a maioria dos investigadores sociais reconhece atualmente esta *complementaridade*. Assinalam que não existe uma oposição entre o qualitativo e o quantitativo senão uma circularidade entre a análise qualitativa sistematizadora e as formas de medição mais rigorosas. Já não se discute sobre a possibilidade da quantificação na pesquisa social nem se faz opção metodológica *a priori* entre

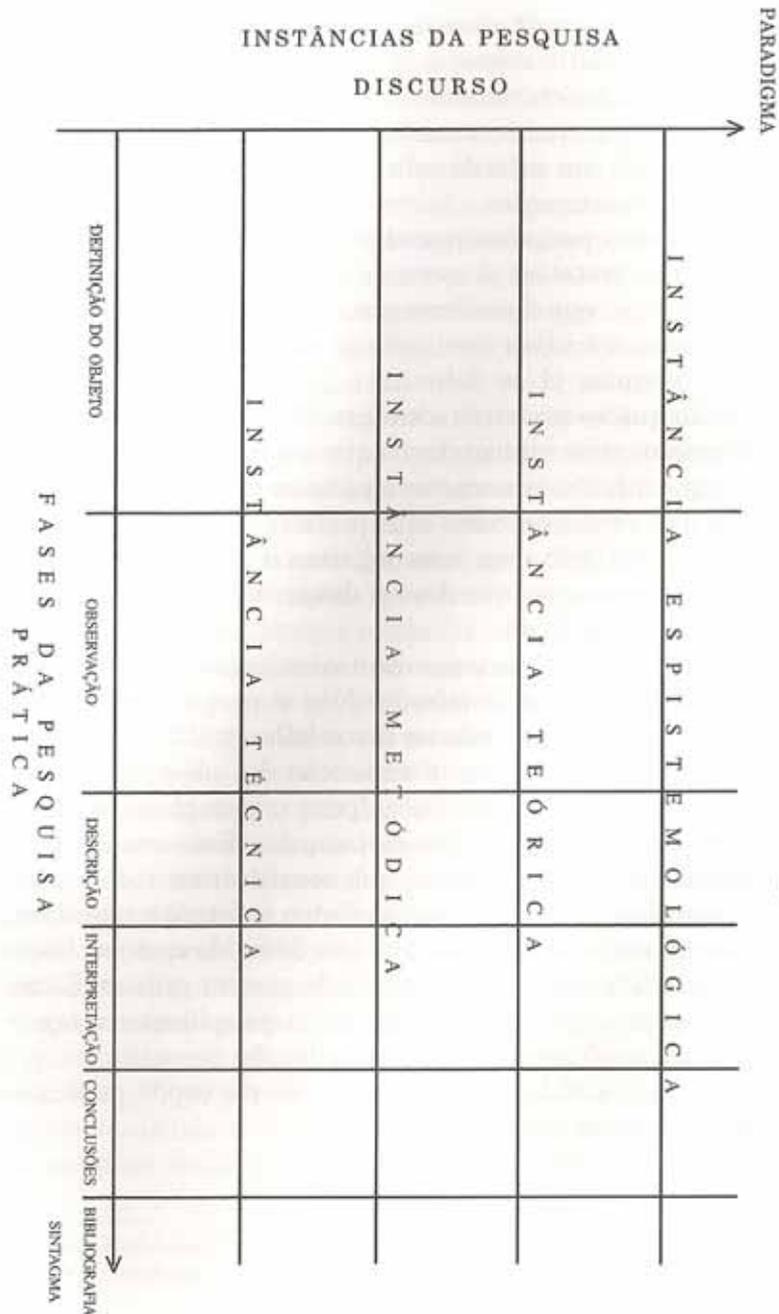
23. Madeleine Grawitz, *Métodos y técnicas de las Ciencias Sociales*, Barcelona, Hispano-europea, vol. I, 1975, p. 310.

fazer uma pesquisa qualitativa ou quantitativa, mas, antes, há necessidade de refletir sobre a aplicação de um ou de outro método de análise a determinado fenômeno ou circunstância. É necessário, enfim, reconhecer metodologicamente as vantagens e desvantagens de um método sobre outro em função do objeto e objetivos da investigação.

A questão de a pesquisa quantitativa ser descritiva e a qualitativa ser interpretativa é comumente invertida. Não são os métodos de análise que decidem o grau de elaboração teórica da pesquisa. Pelo contrário, na teorização da problemática feita desde o início da pesquisa já se delimita o grau de abstração e de generalização que se pretende alcançar. Portanto, são os objetivos de descrição ou de interpretação que orientam desde o início a pesquisa que a farão estancar-se ou não na etapa da descrição. A pesquisa que se define como interpretativa desde a etapa de definição do objeto já fixa em seus objetivos ir além da descrição, antecipando as operações que deverá desenvolver de acordo com o modelo teórico escolhido.

A última etapa do processo de investigação prevista pelo modelo metodológico é a *conclusão*. Não é propriamente uma etapa, mas um tópico em que se faz o balanço dos resultados alcançados. Corresponde a uma exposição dos objetivos conseguidos e das possíveis contribuições para o avanço do conhecimento sobre o tema que foi objeto da pesquisa. Esse avanço deve ser apontado nos diversos planos que constituíram todo o processo de pesquisa: o teórico, o metodológico, o fatural e o prático. Normalmente, como foi apontado, há um descuido com as observações metodológicas e também com as de caráter prático. Estas últimas refletem o grau de consciência do pesquisador sobre o "como" e "para que" servirão os resultados da pesquisa.

O modelo metodológico que acabamos de expor pode ser representado conforme o Gráfico 4.



CONCLUSÃO

Queremos ressaltar um ponto central neste trabalho, que é a noção de modelo aqui empregada com as decorrentes necessidades do trabalho metodológico reflexivo e de uma pedagogia crítica da pesquisa.

A epistemologia da ciência mostra que o trabalho científico assenta sobre uma inadequação sempre presente entre o pensamento formal e o vivido que pretende conceitualizar, inadequação que funda a distância entre a experiência humana e o objeto científico. A despeito dessa tensão, ou talvez por sua causa mesmo, a formalização nas ciências, mesmo nas Ciências Sociais e Humanas, é um ideal que atravessa o próprio movimento do progresso científico. Como lembra Granger, a tarefa da ciência é a construção de modelos que objetivam a experiência, mesmo que sua realização seja sempre aproximativa de um ideal de formalização completa¹. A ciência é fundamentalmente uma atividade discursiva e nesta condição reside seu poder de formalização e de axiomatização.

Essa mesma tensão pode ser reconhecida na construção do modelo metodológico. É a experiência de pesquisa que aqui é objeto de formalização e, quer se queira quer não, sua representação em modelo implica uma inflexão normativa. Não obstante, a noção de pesquisa que firmamos e desenvolvemos ao longo deste livro reside essencialmente num trabalho metodológico aberto e crítico, a despeito dos inúmeros fatores que o regulam.

1. G. G. Granger, *Pensée formelle et science de l'homme*, op. cit.

A exposição que desenvolvemos nos três primeiros capítulos teve por objetivo mostrar as condições concretas que condicionam a produção da pesquisa. São fatores que modelam a experiência da investigação porque dizem respeito a um lugar social determinado, um espaço institucional determinado e um campo de conhecimento determinado, todos fatores que igualmente preexistem a uma experiência de investigação². Portanto, o trabalho científico, como toda atividade social, é realizado em meio a múltiplas determinações.

Ao iniciar o trabalho de pesquisa, o investigador vai produzir um discurso particular que deve se pautar nas regras do Método Científico em geral. A pesquisa é, a rigor, um campo metodológico, ao qual postulamos uma autonomia relativa, tanto porque possui regras internas de produção (estruturação metodológica em níveis e etapas) quanto porque se situa numa temporalidade própria que é a sua "lógica em ato".

É nessa autonomia relativa do campo da pesquisa que começamos a enfatizar os aspectos decisórios envolvidos no trabalho metodológico e a ressaltar os princípios da vigilância epistemológica e da autoria responsável na prática da pesquisa.

A prática da metodologia (sobre o método e com o método) envolve fundamentalmente um conjunto de decisões, de opções que o sujeito-investigador realiza ao longo de toda a pesquisa, desde a etapa da formulação do problema de pesquisa, passando por escolhas e combinações dos instrumentos de observação, dos métodos de descrição e de interpretação até as conclusões. Também decide, ao optar por determinadas soluções epistemológicas em função de seu objeto de estudo, por certas combinações entre o nível teórico e técnico da investigação, por certas adequações entre formulações teóricas e questões epistemológicas etc.

Ao definirmos a metodologia praticada na pesquisa como um sistema interno de opções, passamos a endossar uma concepção não-tecnicista e profundamente não-dogmática de método. Essa concepção não tem nada a ver com qualquer sugestão

2. Analogamente seria como o país, a fábrica e as matérias-primas entram na conformação do trabalho a ser feito por um operário.

de banalização ou simplificação do trabalho metodológico. Ao contrário, na medida mesma da criatividade e da experimentação embutidas no caráter decisório da metodologia, aparecem as correlatas exigências de domínio do conhecimento metodológico, de rigor intelectual crítico e de responsabilidade científica.

Temos aí resumido o conjunto de princípios básicos que sustentam a proposta de nosso modelo metodológico: as decisões e opções, por um lado, e o domínio de Metodologia, o rigor crítico e a responsabilidade, por outro. Esses princípios são antes críticos que normativos. Mas vale a pena, neste momento, voltarmos a eles, integrando-os agora nos aspectos que remetem a um projeto de pedagogia da pesquisa.

Em primeiro lugar, apresenta-se a necessidade do conhecimento metodológico.

A fragilidade, quando não a ausência, do domínio metodológico no *corpus* de pesquisas que analisamos mostrou, talvez de forma aguçada, uma situação que é geral no campo da Comunicação. O dualismo teoria-metodologia é bastante acentuado, quando se sabe que a exigência é de equilíbrio e de articulação entre esses dois níveis. Não se faz teoria a não ser dentro de determinada estratégia metodológica, e esta, sem teoria, redundando num esqueleto sem carne. Acreditamos, no entanto, que não basta detectarmos este obstáculo, mas é possível superá-lo por meio de medidas que fortaleçam o que chamamos de formação profissional em pesquisa. Essa formação deve envolver, além da prática (insubstituível) da pesquisa, a preocupação com o ensino da investigação, importante canal para o domínio de conhecimentos metodológicos e principalmente para a formação de atitudes e disposições conscientes diante e dentro da pesquisa.

Em segundo lugar está a necessidade do exercício da vigilância epistemológica ou da crítica do conhecimento que se está produzindo. Esta é uma questão metodológica central. Parafraseando Bourdieu, "o ofício de pesquisador" é a aquisição de um "hábito" que, enquanto sistema de esquemas mais ou menos dominados, mais ou menos transponíveis, não é senão a interiorização da teoria do conhecimento, isto é, dos princípios gerados

pelas diferentes teorias do social. À tentação de transformar os preceitos do método em receitas culinárias ou em objetos de laboratório, deve-se opor um exercício constante da vigilância epistemológica. Esta, ao subordinar o uso de conceitos, métodos e técnicas a um exame das condições e limites de sua validade, proíbe a comodidade de uma aplicação automática de procedimentos provados e assinala que toda operação metodológica, não importa quão rotineira e repetida seja, deve repensar-se a si mesma em função do caso particular de pesquisa. Só assim será possível que as operações metodológicas desenvolvidas na pesquisa sejam vistas efetivamente como recursos do ofício de pesquisador; que a cautela metodológica não seja transformada em respeito sagrado, em temor de não cumprir totalmente as condições rituais, nem em temor de usar ou não instrumentos que deveriam ser julgados somente mediante seu uso concreto. Vemos que o exercício da lucidez e da crítica por parte do investigador também remete à necessidade de um projeto de pedagogia da pesquisa.

Em terceiro lugar está a necessidade do exercício da crítica aos obstáculos metodológicos que se apresentam dentro do processo de investigação. Um dos traços que distinguem nosso modelo metodológico é o fato de sua função crítica situar-se no plano interno da pesquisa, ou seja, sua estruturação em níveis e fases metodológicas. A crítica move-se, portanto, no plano não-manifesto do discurso científico e por isso o modelo tenta evitar as principais limitações em que geralmente incorrem outros modelos de pesquisa. Estamos pensando naqueles que se baseiam na "crítica externa" do discurso, quando um discurso é criticado a partir de outro paradigma. É o que acontece normalmente com a crítica às pesquisas funcionalistas feita a partir do quadro de análise marxista. Também pensamos naqueles modelos cuja crítica é meramente ideológica, porque não mencionam sequer a possibilidade da existência de outros paradigmas teórico-metodológicos além daquele em que se baseiam. Apresentam-se deste modo como único discurso possível, o que reforça e não diminui o "efeito ideológico" (este, segundo os semiólogos, é componente

de todo discurso, incluindo o científico). É o caso dos vários modelos de pesquisa expostos em manuais construídos exclusivamente dentro do marco funcionalista, o que os erige em verdadeiros discursos doutrinários³.

Em quarto lugar, as opções e decisões que caracterizam o trabalho metodológico tocam diretamente a questão da responsabilidade científica do pesquisador. É que não há receitas para se fazer as opções metodológicas durante uma pesquisa. Há critérios que devem ser levados em consideração em função de sua pertinência na investigação, mas nem todos se aplicam igualmente e com o mesmo peso. O investigador é obrigado a optar e por isso deve usar critérios o mais explicitados possível. Entretanto, isso não o exime da responsabilidade intransferível de optar e deste modo empreender operacionalmente na pesquisa uma estratégia metodológica que atenda à natureza aberta e dinâmica da pesquisa científica. A melhor maneira de refinar as opções metodológicas é a prática da pesquisa. É essa prática que, em última instância, testa e julga toda a estratégia de investigação montada pelo pesquisador.

Apontamos a necessidade de a Ciência construir modelos e a relação tensional que aí se instaura entre a tendência à formalização e a experiência vivida que se pretende objetivar. Além desse aspecto, o modelo traz consigo um caráter pedagógico na medida em que é objeto de imitação (na definição de Greimas e Courtés). No caso do nosso modelo metodológico está envolvida uma pedagogia da pesquisa que procede do conjunto de princípios básicos que nortearam a construção desse modelo.

Trata-se de um ensino da pesquisa cujo projeto deve se basear nos princípios de determinada prática da pesquisa, ou seja, no campo da Comunicação, e simultaneamente imprimir certa orientação a esta prática. Deve proporcionar os instrumen-

3. Veja-se a distinção feita por Edgar Morin entre discurso científico e discurso ideológico. A teoria, cujo princípio é ser aberta para o mundo, transforma-se em mera ideologia ao caracterizar-se como doutrina, isto é, fechada ao movimento do mundo. Edgar Morin, *Para sair do século XX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, principalmente o tópico "O desconhecido do conhecimento".

tos indispensáveis para o tratamento apropriado do objeto e uma disposição ativa para utilizá-los criticamente. Esse projeto pretende romper com a rotina do discurso pedagógico sobre a pesquisa a fim de restituir o primado da crítica epistemológica, ou seja, da crítica da investigação que se está fazendo. Esse, aliás, deve ser o principal objetivo da Metodologia da pesquisa. Isso significa exercitar a disposição para o trabalho criativo e ao mesmo tempo rigoroso; treinar a atitude crítica sobre as operações na pesquisa, as quais, por se basearem em decisões e escolhas, tocam diretamente o princípio da responsabilidade do pesquisador pela produção da obra, cuja autoria deve assumir integralmente.

Finalizando, esquematizamos os pontos básicos do modelo metodológico da pesquisa empírica em Comunicação:

1. A pesquisa como campo relativamente autônomo e estruturado em instâncias e fases metodológicas.
2. A pesquisa como construção metodológica em que o domínio teórico deve ser acompanhado do correspondente rigor no trato da metodologia. Obstáculos metodológicos podem inviabilizar ou invalidar o próprio caráter científico do trabalho de pesquisa.
3. A concepção não-tecnicista e não-dogmática da metodologia como trabalho que proíbe a comodidade de uma aplicação automática de procedimentos aprovados e exige que toda operação dentro da pesquisa deve questionar a si mesma.
4. O caráter aberto da metodologia, que deve ser praticada mediante uma série de decisões e opções tomadas ao longo da pesquisa.
5. O exercício crítico da metodologia.
6. A ênfase na responsabilidade científica do pesquisador, porque a metodologia não é um trabalho automático e ritualizado.
7. A contribuição para uma pedagogia-crítica da investigação.

8. O objetivo de servir como instrumento de criação e desenvolvimento de certas disposições intelectuais no pesquisador enquanto sujeito construtor de conhecimento.
9. A pesquisa num país de capitalismo dependente como o Brasil deve ser vinculada a temas substantivos para os quais a pesquisa em Comunicação deve se voltar. Objeto-método-teoria constituem uma unidade indivisível.
10. A incorporação das condições de produção da pesquisa (fatores sociais, institucionais e científicos) ao trabalho metodológico em ato.
11. A aplicação do modelo tanto à leitura ou análise da pesquisa já feita, como à pesquisa que se está fazendo. Portanto, trata-se de um modelo para a leitura metodológica e para a prática metodológica da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Perseu, "Pesquisa em Ciências Sociais", in Sedi Hirano (org.), *Pesquisa social — projeto e planejamento*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- ACKOFF, Russel L., *Planejamento da pesquisa social*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.
- ADORNO, Theodor W., "Experiência científica en Estados Unidos", in *Consignas*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973.
- , "A indústria cultural", in G. Cohn (org.), *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, Nacional, 1975.
- ALFARO, Rosa Maria, "Modelos radiales y proceso de popularización de la Radio Limeña", in *Contratexto*, 1, Universidade de Lima, Peru, 1984.
- BARBERO, Jesus Martin, "Comunicación, pueblo y cultura en el tiempo de las transnacionales", 2º Seminário de CLACSO, Buenos Aires, 1983 (mimeo.).
- , "Desafios à pesquisa em comunicação na América Latina", *Boletim INTERCOM*, 49/50, São Paulo, 1984.
- , "Pueblo y masa en la cultura: de los debates y los combates", Conferencia sobre cultura popular en América Latina, Columbia University, Nova Iorque, 1985 (mimeo.).
- , "La comunicación desde la cultura: crisis de lo nacional y emergencia de lo popular", Universidade de Cali, Colômbia, 1985 (mimeo.).
- BARBOSA, Walmir, *A questão agrária e a comunicação rural no Brasil*, São Paulo, ECA-USP, 1986 (mimeo.).
- BARDIN, Laurence, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1979.

- BARTHES, Roland, *Mitologias*, São Paulo, DIFEL, 1978.
- BELTRAN, Luiz Ramiro, "Estado y perspectivas de la investigación en comunicación social en América Latina", in *Memorias de la Semana Internacional de la Comunicación*, Bogotá, Pontificia Universidade Javeriana de la Facultad de Comunicación Social, 1981.
- BOSI, Ecléa, *Cultura de massas e cultura popular*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- BOUDON, Raymond, *Os métodos em Sociologia*, Lisboa, Rolim, s.d.
- BOURDIEU, Pierre, et alii, *El oficio de sociólogo*, México, Siglo XXI, 1975.
- BOURDIEU, Pierre, "Os doxósofos"; "A opinião pública não existe", in M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, São Paulo, Polis, 1980.
- , "O mercado de bens simbólicos", in *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BRUYNE, Paul de, et alii, *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- BUDGE, Eduardo Contreras, *Investigación en comunicaciones en América Latina: la duda del método*, CIESPAL, Quito, 1983 (mimeo.).
- BUNGE, Mario, *Epistemologia*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- CANCLINI, Nestor G., *As culturas populares no capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CANIZAL, Eduardo P., *Avaliação e perspectivas da área de comunicação*, São Paulo, ECA-USP, 1982 (mimeo.).
- , "Diversidade e interdisciplinaridade", in J. M. Mello (org.), *Pesquisa em comunicação no Brasil — tendências e perspectivas*, São Paulo, Cortez/INTERCOM, 1983.
- CAPARELLI, Sérgio, *Televisão e capitalismo no Brasil*, Porto Alegre, L&PM, 1982.
- CAPRILES, Oswaldo, "La nouvelle recherche Latino-américaine en communication", in *Communication-Information*, vol. V, n. 1, Quebec, 1982.
- CARDOSO, Ruth (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, Manuel e IPOLA, Emílio, *Prática epistemológica e Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1982.
- CHAUI, Marilena, *Conformismo e resistência — aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHRISTLIEB, Fátima F. e HERNÁNDEZ, Margarita Y., *Comunicación y teoría social*, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1984.
- CIRESE, Alberto M., *Cultura egemonica e culture subalterne*, Palermo, Palumbo, 1976.
- , "Cultura obrera y lo 'elementalmente humano'", *Comunicación y cultura*, 10, México, 1983.

- COHN, Gabriel, *Sociologia da comunicação — teoria e ideologia*, São Paulo, Pioneira, 1973.
- COHN, Gabriel (org.), *Sociologia: para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, LTC, 1977.
- CUNHA, Luiz Antonio, "A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social", in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 14, n. 5, 1974.
- DEBERT, Guita, "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in R. Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, op. cit.
- DUHRAN, Eunice R., "A pesquisa antropológica com populações urbanas — problemas e perspectivas", in R. Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, op. cit.
- DURKHEIM, Émile, *As regras do método sociológico*, São Paulo, Nacional, 1963.
- DUVERGER, Maurice, *Métodos de las Ciencias Sociales*, Barcelona, Ariel, 1975.
- ECO, Umberto, "James Bond: uma combinação narrativa", in R. Barthes et alii, *Análise estrutural da narrativa*, Petrópolis, Vozes, 1976.
- , *Apocalípticos e integrados*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
- FADUL, Anamaria, *Sobre a Recepção Crítica dos MCM no Brasil*, São Paulo, INTERCOM, 1982.
- FAUSTO NETO, Antonio, "As condições de trabalho dos pesquisadores da comunicação nas universidades", *I Encontro Ibero-americano de Pesquisadores da Comunicação*, São Paulo, INTERCOM, 1986 (mimeo.).
- FELAFACS — Federación Latino-americana de Asociaciones de Facultades de Comunicación Social, *La formación profesional de comunicadores sociales en América Latina*, Bogotá, 1985.
- FERNANDES, Florestan, "O problema do método na investigação sociológica", in *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo, Pioneira, 1960.
- , "A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações", in *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. op. cit.
- , *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, São Paulo, Nacional, 1967.
- FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger, "O preconceito racial em São Paulo — projeto de estudo", in S. Hirano (org.), *Pesquisa social — projeto de planejamento*, op. cit.
- GAJARDO, Marcela, *Pesquisa participante na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GOLDFEDER, Miriam, *Por trás das ondas da Rádio Nacional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GOLDMANN, Lucien, *As Ciências Humanas e a Filosofia*, São Paulo, DIFEL, 1984.

- GOLDSCHMIDT, Victor, "Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos", in *A religião de Platão*, São Paulo, DIFEL, 1963.
- GONZÁLEZ SANCHEZ, Jorge A., "Sociologia de las culturas subalternas", in *Cuadernos del TICOM*, México, UAM, Xochimilco, 1981.
- GOODE, William J. e HATT, Paul K., *Métodos em pesquisa social*, São Paulo, Nacional, 1979.
- GRAMSCI, Antonio, *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRANGER, Gilles-Gaston, *Pensée formelle et science de l'homme*, Paris, Aubier, 1960.
- GRAWITZ, Madeleine, *Métodos y técnicas de las Ciencias Sociales*, Barcelona, HispanoEuropa. vol. I, 1975.
- GREIMAS, Algirdas-Julien e COURTES, Joseph, *Dicionário de Semiótica*, São Paulo, Cultrix, s.d.
- GREIMAS, Algirdas-Julien, *Semiótica do discurso científico — da modalidade*, São Paulo, DIFEL/SBPL, 1976.
- GRUPPI, Luciano, *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- HERPIN, Nicolas, *A Sociologia americana — escolas, problemas e práticas*, Porto, Afrontamento, 1982.
- HIRANO, Sedi (org.), *Pesquisa social — projeto e planejamento*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- HOGGART, Richard, *The uses of literacy*, Londres, Penguin, 1956.
- HYMAN, Herbert, *Planejamento e análise da pesquisa*, Rio de Janeiro, Lidador, 1967.
- IANNI, Octavio, *Sociologia da Sociologia Latino-americana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- JOURNAL OF COMMUNICATION, "Ferment in the field", Summer, 1983 (número especial).
- KANDEL, Liliane, "Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião", in M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, op. cit.
- KAPLAN, Abraham, *A conduta na pesquisa*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.
- KIENTZ, Albert, *Comunicação de massa — análise de conteúdo*, Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.
- KNELLER, George F., *A ciência como atividade humana*, Rio de Janeiro, Zahar/EDUSP, 1980.

- KOSIK, Karel, *A dialética do concreto*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- KUHN, Thomas, *Estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1976.
- LANZARDO, Dario, "Marx e a enquete operária", in M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, op. cit.
- LAZARSFELD, Paul F., "De los conceptos a los índices empíricos", in R. Boudon e P. F. Lazarsfeld (org.), *Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. I, Barcelona, Laia, 1973.
- LEAL, Ondina F., *A leitura social da novela das oito*, Petrópolis, Vozes, 1986.
- LECOURT, Dominique, *Pour une critique de l'Épistémologie*, Paris, Maspero, 1972.
- LEWIS, Oscar, *La vida*, Nova Iorque, Vintage Books, 1959.
- LINS DA SILVA, Carlos E., *Muito além do Jardim Botânico*, São Paulo, Summus, 1985.
- LINS DA SILVA, Carlos E. e FESTA, Regina (orgs.), *Comunicação popular e comunicação alternativa*, São Paulo, Edições Paulinas, 1986.
- LOPES, Maria Immacolata V., *O rádio dos pobres — comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*, São Paulo, Edições Loyola, 1988.
- LUENGO, Enrique, "Problemas metodológicos de la Sociología contemporanea", in *Cuadernos del TICOM*, México, UAM/Xochimilco, 1982.
- LYOTARD, Jean-François, "Pragmática do saber científico", in *O pós-moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- MACDONALD, Dwight, "Uma teoria da cultura de massa", in B. Rosenberg e D. M. White (orgs.), *Cultura de massa*, São Paulo, Cultrix, 1978.
- MAITRE, Jacques, "Sociologia da ideologia e entrevista não-diretiva", in M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, op. cit.
- MARX, Karl, *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- , "O questionário de 1880", in M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, op. cit.
- MELO, José Marques de, FADUL, Anamaria e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo, *Ideologia e poder no ensino de comunicação*, São Paulo, Cortez & Moraes/INTERCOM, 1979.
- MELO, José Marques de (org.), *Teoria e pesquisa em comunicação — Panorama Latino-americano*, São Paulo, Cortez/INTER-COM, 1983.

- , *Pesquisa em comunicação no Brasil — tendências e perspectivas*, São Paulo, Cortez/INTERCOM, 1983.
- , *Inventário da pesquisa em comunicação no Brasil (1883 a 1983)*, São Paulo. INTERCOM/ALAIC/CIID/CNPq, 1984.
- , "A pesquisa da comunicação na transição política brasileira", in *Comunicação e transição democrática*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- MERTON, Robert K., "Os imperativos institucionais da ciência", in J. Dias de Deus (org.), *A crítica da ciência*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MICELI, Sérgio, "Entre no ar em Belíndia" (A indústria cultural hoje), *Cadernos IFCH-UNICAMP*, Campinas, 1984.
- MICHELAT, Guy, "Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia", in M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, op. cit.
- MORAGAS SPA, Miquel, *Teoría de la comunicación — investigaciones sobre médios en América y Europa*, Barcelona, Gustavo Gili, 1981.
- , "Ubicación epistemológica e ideológica de la comunicación de masas", in F. F. Christlieb e M. Y. Hernández (orgs.), *Comunicación y teoría social*, op. cit.
- MOREL, Regina Lucia M., *Ciência e Estado — a política científica no Brasil*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- MORIN, Violette, *Aplicação de um método de análise da imprensa*, Série Jornalismo e Editoração, ECA/USP, 1970 (mimeo.).
- MORIN, Edgar, *Linguagens da cultura de massas*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- , *Para sair do século XX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da cultura brasileira*, São Paulo, Ática, 1977.
- MOURÃO, Dora R., "O cinema brasileiro e o populismo na década de 30", in J. M. Melo (org.), *Comunicação e populismo*, São Paulo, Cortez, 1981.
- NICOLAUS, Martin, "A organização profissional da Sociologia: um enfoque a partir da base" in R. Blackburn (org.), *Ideologia na Ciência Social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- NOGUEIRA, Oracy, *Pesquisa social*, São Paulo, Nacional, s.d.
- NUNES, Edson O. (org.), *A aventura sociológica — objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- OLIVEIRA FILHO, José J., "Reconstruções metodológicas de processos de investigação social", in *Revista de História*, 107, São Paulo, USP, 1976.
- ORTIZ, Renato, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- , *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1988.
- PARSONS, Talcott, "Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais", in G. Cohn (org.), *Sociologia: para ler os clássicos*, op. cit.

- PEREIRA, Luiz, "Caracterização do Subdesenvolvimento", in *Ensaio de Sociologia do desenvolvimento*, São Paulo, Pioneira, 1978.
- PINTO, Virgílio N., "Análise da pós-graduação na Escola de Comunicações e Artes da USP", simpósio "A pesquisa brasileira da comunicação nos anos 80", Embu, INTERCOM, 1987 (mimeo.).
- POPPER, Karl, *A lógica da pesquisa científica*, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1984.
- RUNKEL, Philip J. e MCGRATH, Joseph F., *Research on human behavior*, Nova Iorque, Rinehart & Winston, 1972.
- SARTRE, Jean-Paul, *Questão de método*, São Paulo, DIFEL, 1966.
- SATRIANI, Luigi, *Antropologia cultural e análise das classes subalternas*, São Paulo, Hucitec, 1986.
- SCHWARZ, Roberto, "As idéias fora do lugar", in *Estudos CEBRAP*, 3, São Paulo, 1976.
- SCHWARTZMAN, Simon e CASTRO, Claudio M. (orgs.), *Pesquisa universitária em questão*, Campinas, UNICAMP/ÍCONE, CNPq, 1986.
- SCHMUCLER, Héctor, "La investigación sobre comunicación masiva", in *Comunicación y cultura*, 4, México, 1975.
- SELLTIZ, Claire, et alii, *Métodos de pesquisa das relações sociais*, São Paulo, Herder, 1965.
- SOUSA, Mauro W., *A rosa púrpura de cada dia — trajetória de vida e cotidiano dos receptores de telenovela*, São Paulo, ECA-USP, 1986 (mimeo.).
- SWINGWOOD, Alain, *O mito da cultura de massa*, Rio de Janeiro, Interciência, 1978.
- THIOLLENT, Michel, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, São Paulo, Polis, 1980.
- , *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez, 1985.
- TRINDADE, Helgio, "Tentativa de reconstrução empírica de um movimento político radical", in E. O. Nunes (org.), *A aventura sociológica — objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, op. cit.
- VERÓN, Eliseo, "As ideologias estão entre nós", in *Ideologia, estrutura e comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1970.
- , "Ideologia y comunicación de masas: la semantización de la violencia política", in E. Verón (org.), *Lenguaje y comunicación social*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1971.
- VIEIRA, Roberto A., "O papel do rádio e da TV na formação da cultura brasileira, ou da monocefalia à atomização", in *Comum*, 2, Rio de Janeiro, 1979.
- WEBER, Max, *Sobre a teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1977.

Este é um livro fundamental sobre a metodologia da pesquisa em comunicação. Simultaneamente ao esclarecimento de algumas das características principais da comunicação, esclarece os lineamentos básicos de sua metodologia de pesquisa. Como nos ensina este livro, toda pesquisa científica sobre comunicação apóia-se necessariamente na definição do tema, ou do objeto, continuando na coleta e sistematização dos dados colhidos. E desenvolve-se com a descrição de situações e relações, bem como de variáveis e fatores. É assim que se alcança a explicação propriamente dita, com a qual se revelam processos e estruturas, ou nexos e tendências da realidade. Note-se, ainda, que a contribuição de Maria Immacolata Vassallo de Lopes para a metodologia da pesquisa em comunicação é também importante para a consolidação da problemática da comunicação como campo de ensino e pesquisa. Em uma época em que os meios de comunicação se tornam cada vez mais fundamentais na vida dos indivíduos e coletividades, povos e nações, quando a informação e o entretenimento tornam-se esferas relevantes do mundo da cultura e dos imaginários de uns e outros, em todo o mundo, é indispensável que aproveitemos os ensinamentos deste livro acerca da problemática da comunicação como uma atividade científica da maior importância e atualidade.

Octavio Ianni

ISBN 85-15-00109-8



9

788515001095

Cód. 1217